UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA –
PROLAM/USP

MILENA MAGALHÃES OLIVEIRA
INTERCÂMBIO CULTURAL NA FRONTEIRA: RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE
BRASIL E PARAGUAI DE 1856 A 1870

VERSÃO REVISADA

SÃO PAULO
2019

MILENA MAGALHÃES OLIVEIRA

Intercâmbio cultural na fronteira:
Relações comerciais entre Brasil e Paraguai de 1856 a 1870

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Mestra em Ciências.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Economia e Estado.

Orientador: Prof. Dr. Renato Braz Oliveira de Seixas.

VERSÃO REVISADA

SÃO PAULO

2019

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

O48i   Oliveira, Milena Magalhães
            Intercâmbio cultural na fronteira: Relações
            comerciais entre Brasil e Paraguai de 1856 a 1870 /
            Milena Magalhães Oliveira ; orientador Renato Braz
            Oliveira de Seixas. - São Paulo, 2019.
            150 f.

            Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação
            Interunidades em Integração da América Latina. Área
            de concentração: Integração da América Latina.

            1. GUERRA DO PARAGUAI. 2. RELAÇÕES ECONÔMICAS. 3.
            FRONTEIRAS. 4. COMÉRCIO. 5. BRASIL IMPÉRIO. I. Seixas,
            Renato Braz Oliveira de, orient. II. Título.

Nome: OLIVEIRA, Milena Magalhães.

Título: Intercâmbio cultural na fronteira: Relações comerciais entre Brasil e Paraguai de 1856 a 1870.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestra em Ciências.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, sem Ele nada seria.

Aos meus pais, Djalma e Gleice Maria, e ao meu irmão, Kleber Augusto, que me incentivaram desde o primeiro minuto em que decidi concorrer ao programa de mestrado na Universidade de São Paulo, vibraram comigo a cada conquista, consolaram o meu choro quando acreditei que não iria conseguir e sempre me encorajam a batalhar pelos meus sonhos e propósitos. A eles, todo o meu amor.

A minha família paulistana, tia Teresinha e minhas primas queridas, Cláudia e Flávia, que me acolheram, apoiaram e deixaram o caminho árduo da pesquisa mais leve com as nossas brincadeiras e risadas ao longo desses dois anos, e me deram uma segunda referência afetiva para a palavra *casa*. A elas, minha eterna gratidão.

Ao meu professor, Renato Seixas, que me guiou para alcançar reflexões muito mais profundas das que pensei no início da pós-graduação. Ao profissionalismo e comprometimento em todo meu processo de orientação, com leituras minuciosas, sensatas e sensíveis. Que me incentivou a desengessar minha escrita durante a pesquisa e me fez evoluir para enxergar elementos que apenas podem ser captados se nos permitirmos *sentir*. A ele, todo o meu respeito.

A todas as pessoas que me auxiliaram nos arquivos, nos centros de pesquisa, nas secretarias de cultura e nas bibliotecas no Brasil e no Paraguai: aos colaboradores do Arquivo Público de Mato Grosso, onde passei o maior período na minha pesquisa de campo; a Vicente Arrúa Avalos, do Archivo Nacional de Asunción; a Ivan Almeida, da Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso.

Aos professores, Braz Batista Vaz e Júlio Suzuki, pelos questionamentos e sugestões feitos durante meu exame de qualificação.

A querida Cristiana Vasconcelos, que compartilhou tanto conhecimento, me incentivou e me preparou para a vida acadêmica.

Aos meus amigos, Rita Sanches, Sílvia Magalhães, Marcos Vinícius, Alípio Fernando, Juliette Magalhães, Ana Maria Magalhães, Anadiely Moreira e Carla Sena Ribeiro, que me abraçaram, me incentivaram a concluir esta jornada e sempre vibraram com as minhas vitórias como se fossem deles. A eles, todo meu apreço.

A Capes, pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para realização desta pesquisa.

Ao PROLAM e à USP, pela enriquecedora experiência do mestrado, e a todos os colegas do curso, em especial Maria Laura Iturralde e Letícia Mourad, pelo convívio enriquecedor, e aos técnicos, Willian e Rodrigo, que me auxiliaram nos procedimentos da pós-graduação ao longo desses dois anos.

Há um outro aspecto que é o da coragem da verdade: que tipo de resolução, que tipo de vontade, que tipo não só de sacrifício mas de combate somos capazes de enfrentar para alcançar a verdade? Essa luta pela verdade é diferente da purificação pela qual podemos alcançar a verdade. E seria interessante ver essa diferença. Seria a análise não mais da purificação pela verdade, mas **a análise da vontade de verdade, sob suas diferentes formas**, que podem ser a forma da **curiosidade**, a forma do **combate**, a **forma da coragem**, da **resolução**, da **resistência** (FOUCAULT, 2004, p. 110).

RESUMO

OLIVEIRA, Milena Magalhães. **Intercâmbio cultural na fronteira: Relações comerciais entre Brasil e Paraguai de 1856 a 1870**. 2019, 150 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Esta dissertação trata sobre o intercâmbio cultural na fronteira entre Brasil e Paraguai no período que antecede a Guerra do Paraguai e durante o conflito, especificamente como aconteceram as trocas comerciais durante o período de restrições ao comércio entre os países beligerantes. Objetivamos investigar se, apesar das decisões governamentais, os atores abrangidos em redes comerciais e culturais da região fronteiriça continuaram a desenvolver práticas e estratégias de intercâmbio cultural e econômico nessa região de confluência econômica e cultural entre brasileiros e paraguaios. A metodologia empregada nesta pesquisa se classifica como exploratória quanto aos objetivos e qualitativa quanto à forma de abordagem do problema. No que tange aos procedimentos técnicos, este trabalho utilizou métodos de revisão bibliográfica, histórica, documental e de leitura cultural. Abordamos as concepções de fronteira que contribuíram para pensar a zona de fronteira como espaço de convergência cultural entre as populações que ali habitavam (GRIMSON, 2000; TUAN, 1983; SANTOS, 2002; HISSA, 2002; SEIXAS, 2017). Tomamos como base os estudos de Le Goff (2001) e De Certeau (1982) para aprofundar conhecimentos sobre narrativas históricas, história nova e contranarrativas históricas; Guerrero Arias (2002); Boas (2004); Larrain (2003), para aprofundar conhecimentos a respeito de cultura. Esse suporte teórico configurou-se fundamental para responder às questões: No período que antecede a Guerra do Paraguai e durante o conflito, os governantes decretaram restrições ao comércio entre os países beligerantes. Como os atores abrangidos em redes comerciais e culturais que habitavam esse espaço de fronteira conviviam com tais restrições? Quais as práticas cotidianas que adotaram para assegurar, de modo ostensivo ou velado, as trocas comerciais e culturais entre brasileiros e paraguaios? Dessas perguntas derivaram as hipóteses desta dissertação: esta pesquisa tem como premissa que os habitantes da fronteira desenvolveram práticas de resistência para, ostensiva e veladamente, dar continuidade às trocas, especialmente comerciais, apesar das proibições governamentais ao comércio entre Brasil e Paraguai. Para responder à indagação central e verificar se as hipóteses se confirmavam ou deveriam ser refutadas, recorreremos a fontes primárias do período estudado que incluem documentos oficiais e oficiosos, periódicos e anúncios comerciais da época datados principalmente entre os anos de 1856 a 1870. A partir da análise dos documentos, identificamos práticas que apontam para o intercâmbio comercial na fronteira e que a população local manteve, de maneira ostensiva ou velada, trocas comerciais e culturais apesar das proibições governamentais. Concluímos que os habitantes do Prata não atuaram como um mero reflexo das decisões tomadas pelos governantes, mas sim responderam a partir de suas vivências, da trajetória da comunidade e, a partir daí, elaboraram práticas que permitiram a sobrevivência e a convivência com os “mesmos” e também os “outros”. Depreende-se a partir disso que a permanência das imposições comerciais proibitivas resultou na perpetuação de tais trocas à margem ou na ilegalidade, que afinal eram práticas de resistência e estratégias de sobrevivência. A narrativa oficial não sustenta a totalidade do fenômeno cultural emanado das populações locais, e por esse motivo ignorara o significado simbólico das práticas produzidas pelos habitantes do espaço analisado.

Palavras-chave: Intercâmbio cultural; Brasil e Paraguai; Guerra do Paraguai; Fronteira.

RESUMEN

OLIVEIRA, Milena Magalhães. **Intercambio cultural en la frontera: Relaciones comerciales entre Brasil y Paraguay de 1856 a 1870**. 2019, 150 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Esta disertación contempla el intercambio cultural en la frontera entre Brasil y Paraguay en el período anterior a la guerra del Paraguay y durante el conflicto, específicamente como sucedieron a los intercambios comerciales durante el período de restricciones al comercio entre los países beligerantes. El objetivo de investigar si, a pesar de las decisiones gubernamentales, los actores cubiertos en redes comerciales y culturales de la región fronteriza continuaron desarrollando prácticas y estrategias de intercambio cultural y económico en esa región de confluencia económica y cultural entre brasileños y paraguayos. La metodología empleada en esta investigación se clasifica como exploratoria en cuanto a los objetivos y cualitativa en cuanto a la forma de abordaje del problema. En lo que se refiere a los procedimientos técnicos, este trabajo utilizó métodos de revisión bibliográfica, histórica, documental y de lectura cultural. Tomamos como base los estudios de Le Goff (2001) y De Certeau (1982) para profundizar conocimientos sobre narrativas históricas, historia nueva y contra narrativas históricas; Guerrero Arias (2002); Boas (2004); Larrain (2003), para profundizar en los conocimientos acerca de la cultura. Este apoyo teórico se configuró fundamental para responder a las preguntas: En el período previo a la guerra del Paraguay y durante el conflicto, los gobernantes decretaron restricciones al comercio entre los países beligerantes. ¿Cómo los actores cubiertos en redes comerciales y culturales que habitaban ese espacio de frontera conviven con tales restricciones? ¿Cuáles son las prácticas cotidianas que han adoptado para asegurar, de modo ostensible o velado, los intercambios comerciales y culturales entre brasileños y paraguayos? De estas preguntas derivaron las hipótesis de esta disertación: esta investigación tiene como premisa que los habitantes de la frontera desarrollaron prácticas de resistencia para, ostensiva y veladamente, dar continuidad a los intercambios, especialmente comerciales, a pesar de las prohibiciones gubernamentales al comercio entre Brasil y Paraguay. Para responder a la pregunta central y verificar si las hipótesis se confirman o debían ser refutadas, recurrimos a fuentes primarias del período estudiado que incluyen documentos oficiales y oficiosos, periódicos y anuncios comerciales de la época datados principalmente entre los años 1856 a 1870. A partir del análisis de los documentos, identificamos prácticas que apuntan al intercambio comercial en la frontera y que la población local mantuvo, de manera ostensible o velada, intercambios comerciales y culturales a pesar de las prohibiciones gubernamentales. Concluimos que los habitantes del Plata no actuaron como un mero reflejo de las decisiones tomadas por los gobernantes, sino que respondieron a partir de sus vivencias, de la trayectoria de la comunidad y, a partir de ahí, elaboraron prácticas que permitieron la supervivencia y la convivencia con los “mismos” y también los “otros”. De ello deduce que la permanencia de las imposiciones comerciales prohibitivas resultó en la perpetuación de tales intercambios al margen o en la ilegalidad, que al final eran prácticas de resistencia y estrategias de supervivencia. La narrativa oficial no sustenta la totalidad del fenómeno cultural emanado de las poblaciones locales, y por ese motivo ignoró el significado simbólico de las prácticas producidas por los habitantes del espacio analizado.

Palabras clave: Intercambio cultural; Brasil y Paraguay; Guerra de Paraguay; Frontera.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Milena Magalhães. **Cultural exchange on the border: Commercial relations between Brazil and Paraguay from 1856 to 1870.** 2019, 150 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

This dissertation deals with the cultural exchange on the border between Brazil and Paraguay in the previous period of the Paraguayan War and during the conflict, specifically how happened the commercial relations during the period of restrictions on trade between the belligerent countries. We aim to investigate whether, despite governmental decisions, the actors covered in commercial and cultural networks of the border region continued to develop practices and strategies of cultural and economic exchange in this region of economic and cultural confluence between Brazilians and Paraguayans. The methodology used in this research is classified as exploratory regarding the objectives and qualitative as to the approach to the problem. With regard to technical procedures, this work used bibliographic, historical, documentary and cultural reading methods. We approach the border conceptions that contributed to study of the frontier zone as a space for cultural convergence among the populations that lived there (GRIMSON, 2000; TUAN, 1983; SANTOS, 2002; HISSA, 2002; SEIXAS, 2017). Based on the studies of Le Goff (2001) and De Certeau (1982) to deepen knowledge about historical narratives, new history and against historical narratives; Guerrero Arias (2002); Boas (2004); Larrain (2003) to deepen knowledge about culture. This theoretical support was fundamental to answer the questions: In the previous period the Paraguayan War and during the conflict, the rulers decreed restrictions on trade between the belligerent countries. How did the actors involved in commercial and cultural networks who lived in that border area live with such restrictions? What daily practices have they adopted to ensure ostensibly or veiled trade and cultural exchanges between Brazilians and Paraguayans? From these questions the hypotheses of this dissertation were derived: this research has as premise that the inhabitants of the frontier developed resistance practices to ostensibly and vehemently give continuity to the exchanges, especially commercial ones, in spite of the governmental prohibitions to the commerce between Brazil and Paraguay. In order to answer the central question and to verify if the hypotheses were confirmed or should be refuted, we used primary sources of the studied period that include official and unofficial documents, periodicals and commercial announcements of the time dating mainly between the 1856 to 1870. Analysis of the documents, we identified practices that point to the commercial exchange at the border and that the local population kept, in an ostensive or veiled way, commercial and cultural exchanges despite governmental prohibitions. We conclude that the inhabitants of Prata did not act as a mere reflection of the decisions taken by the rulers, but rather they answered from their experiences, from the trajectory of the community and, from there, they elaborated practices that allowed the survival and the coexistence with the “same” and also the “others”. It follows from this that the persistence of prohibitive commercial impositions resulted in the perpetuation of such exchanges on the margins or in the illegality, which were, after all, resistance practices and survival strategies. The official narrative does not support the totality of the cultural phenomenon emanating from the local populations, and for this reason it ignores the symbolic meaning of the practices produced by the inhabitants of the analyzed space.

Keywords: Cultural exchange; Brazil and Paraguay; War of Paraguay; Border.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Espaço cultural simbólico entre Brasil e Paraguai – século XIX.....	35
Figura 2 – Espaço fronteiriço cultural Brasil e Paraguai.....	37
Figura 3 – A bacia do Prata e seus afluentes	61
Figura 4 – Mapa demonstrativo das comunicações para o estado do Mato Grosso por Olavo Hummel.....	69
Figura 5 – Caminhos e rotas – século XIX.....	70
Figura 6 – Pauta produtiva da província do Mato Grosso e do Goiás no século XIX	73
Figura 7 – Rota fluvial.....	92
Figura 8 – Anúncio comercial da Casa Alexandre Addor.....	95
Figura 9 – Anúncio comercial da M. Cavassa Filho & Cia.....	96
Figura 10 – Fortificações na fronteira e área litigiosa entre Brasil e Paraguai em 1862.....	101
Figura 11 – Registro de Correspondência Oficial do Governo da Província do Mato Grosso com o Ministério dos Negócios Estrangeiros entre 1843 a 1851	126
Figura 12 – Cabeçalho da edição n. 1 do periódico <i>Semanario de Avisos y Conocimientos Utiles – Dedicado a los negociantes labradores e industriales</i>	128
Figura 13 – Trecho da página 7 da edição n. 1 do periódico <i>Semanario de Avisos y Conocimientos Utiles – Dedicado a los negociantes labradores e industriales</i>	129
Figura 14 – Anúncio da casa comercial Alexandre Addor – Importação e Exportação	131
Figura 15 – Anúncio da casa comercial Federico Pfeiffer & Cia. – Importação e Representações	133
Figura 16 – Anúncio da casa comercial M. Cavassa Filho & Cia.....	134

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.2 APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA	18
1.3 SOBRE FRONTEIRA.....	21
1.3.1 O lugar-fronteira	21
1.3.1.1 Fronteira geográfica.....	23
1.3.1.2 Fronteira jurisdicional.....	25
1.3.1.3 Fronteira geopolítica.....	26
1.3.1.4 Fronteira como espaço simbólico de convergência cultural.....	27
2 APROXIMAÇÕES DO CONTEXTO: SOBRE NARRATIVAS, CULTURA E IDENTIDADE CULTURAL	40
2.1 NARRATIVAS HISTÓRICAS, HISTÓRIA NOVA E CONTRANARRATIVAS HISTÓRICAS.....	40
2.2 SOBRE CULTURA	45
2.3 SOBRE IDENTIDADE CULTURAL	51
3 APROXIMAÇÕES DO CONTEXTO – SOBRE O LUGAR, A ECONOMIA E O COMÉRCIO ENTRE BRASIL E PARAGUAI.....	60
3.1 O LUGAR	60
3.1.1 A bacia do Prata.....	60
3.1.2 Província do Mato Grosso	63
3.1.3 Província do Paraguai – Moxos e Chiquitos	76
3.2 ANTECEDENTES	83
3.2.1 Província do Mato Grosso – fronteira e contrabando no século XVIII.....	83
3.2.2 Casas de Comércio – Província do Mato Grosso (Cuiabá – Corumbá – Concepción)	88
3.3 ASPECTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870)	97
3.4 MOVIMENTAÇÃO DE REABERTURA DAS CASAS COMERCIAIS EM CUIABÁ E CORUMBÁ APÓS A GUERRA	109

4 COMO OS COMERCIANTES E INDUSTRIAIS DA FRONTEIRA BRASIL E PARAGUAI CONVIVIAM COM AS RESTRIÇÕES COMERCIAIS ENTRE OS PAÍSES BELIGERANTES NO PERÍODO ANTERECEDENTE E DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI?.....	123
REFERÊNCIAS	139

1 INTRODUÇÃO

A consciência das afinidades culturais entre Brasil e Paraguai esteve sempre presente na construção da minha identidade: nascida no estado de Mato Grosso próximo à fronteira com o Paraguai, eu cresci vivendo em um ambiente intercultural. Heranças de uma época na qual a mobilidade entre os povos dessa região era feita de modo espontâneo e natural conservam-se até os dias de hoje em Cuiabá, minha cidade natal. Seja nas lembranças contadas pela minha avó materna, seja nos mitos que circundam as igrejas da região ou mesmo na descendência familiar da população local que estampam a conexão entre os dois países.

Assim, sempre enxerguei essa região fronteiriça como um espaço de ponte que une dois povos— e as respectivas culturas— e que possibilita grande intercâmbio cultural, incluindo a essa percepção o âmbito comercial. A imagem da fronteira através do viés jurisdicional como limite da soberania ou até mesmo sob a visão policial de fronteira, como espaço propício para práticas ilegais, não predominava minha concepção.

Durante a minha graduação na Universidade Federal do Mato Grosso, participei da experiência de pesquisa documental nos prédios históricos de Cuiabá, como o Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT) e o Museu Histórico de Mato Grosso, como prática de extensão e pesquisa complementar a minha formação. Diante do fecundo acervo documental a que tive acesso e ao vasto arcabouço bibliográfico produzido pela Universidade Federal de Mato Grosso a respeito da Guerra com o Paraguai, essa temática me despertou interesse. Tal interesse sobre a temática e, sobretudo, os fatores que antecedem e permeiam a Guerra com o Paraguai foram decisivos na minha escolha por esse tema.

A relevância deste estudo decorre da carência de pesquisas que abordem as relações comerciais na região fronteiriça entre Brasil e Paraguai no período em que havia restrições comerciais aos países beligerantes. Ademais, o estudo inova, uma vez que vislumbra buscar um olhar inédito para as relações humanas existentes no espaço-tempo fronteiriço, sob uma perspectiva de uma fronteira em movimento, levando em consideração os elementos culturais que compõem uma narrativa do cotidiano das pessoas que ali viveram e que normalmente não são citados nos estudos relativos à Guerra do Paraguai.

Além disso, a pesquisa tem sua importância revelada para a sociedade local. As ruas do centro histórico de Cuiabá têm nomes dos principais proprietários das casas comerciais do século XIX, e explorar essa memória oferece à população local a oportunidade de conhecer episódios marcantes da história regional e também do nosso país. Em razão do exposto, a

pesquisa se faz relevante, visto que busca esclarecimentos pertinentes à comunidade acadêmica e para a sociedade em geral.

O espaço da fronteira é o ponto onde nacionalidades, culturas e tradições se encontram e se mesclam. É um local complexo e simbólico, uma vez que transcende as percepções puramente geográficas e espaciais. A fronteira é um espaço fluido de coesão cultural e a construção de uma identidade cultural própria daquele local, onde o sentimento de pertencimento a um universo cultural comum e a negociação de diferenças culturais transpassam questões políticas e econômicas entre Estados.

A importância desta pesquisa se justifica em razão da relevância do enfoque a que se propõe e que inicialmente se dispõe a analisar as trocas comerciais na fronteira entre Brasil e Paraguai, mas que adiante se depara com uma fronteira em movimento, que nos faz perceber que as fronteiras políticas em dado momento no tempo-espaço são meramente figurativas.

Os limites políticos não conseguem delimitar os traços culturais comuns compartilhados por populações que vivem lado a lado numa região de *fronteira*. Assim, o espaço econômico e cultural estudado é aquele constituído por brasileiros e paraguaios, onde eles se reúnem, se identificam e se reconhecem como partícipes que compartilham muitos elementos culturais que se complementam ou se sobrepõem às suas nacionalidades. Na articulação entre dois países fronteiriços, existe o contato de vários elementos, como línguas, costumes, crenças, moeda, símbolos, tradições, entre outros, que apresentam inúmeras nuances complexas quando da sua interação.

Deste modo, o que se propõe nesta pesquisa é reconstruir algumas narrativas entrelaçando as seguintes categorias: o contexto fronteiriço, o intercâmbio cultural e econômico. A proposta é reunir, explorar e refletir sobre práticas, costumes, narrativas de alguns atores, especialmente comerciantes e articulistas de jornais da época, que viveram no espaço econômico e cultural de fronteira identificado nesta pesquisa: as cidades de Asunción e Concepción, no Paraguai, e Corumbá e Cuiabá, no Brasil.

Para adentrar no contexto histórico desta pesquisa, é necessário transportar-se ao século XVIII para compreender o espaço fronteiriço entre Brasil e Paraguai considerando sua complexidade. A relevância das terras do Mato Grosso já era conhecida muito antes de se tornar uma província. Na Carta régia endereçada a D. Antônio Rolim de Mouro em 1798, sobre a civilização dos índios, a rainha Carlota Joaquina já reconhecia a importância do território e demonstrava preocupação em relação ao avanço dos espanhóis na região:

Por ter entendido que Mato Grosso é a chave e o propugnáculo do Brasil pela parte do Peru, e quanto é importante por esta causa que naquele distrito se faça população numerosa, e haja forças bastantes a conservar os confinantes em respeito ordenei se fundasse naquela paragem uma vila, e concedi diversos privilégios e isenções para convidar a gente que ali quisesse ir estabelecer-se e que para decência do governo e pronta execução das ordens levantasse uma companhia de dragões e ultimamente determinei se erigisse Juiz de Fora ao mesmo distrito (...) Deveis defender as terras que meus vassallos tiveram descoberto e ocupado e impedir que os espanhóis se adiantem para nossa parte; mas promover descobrimentos e a posse que puderdes (...) (ALEIXO, 1995, p. 34-36)¹.

A historiadora Lucia Helena Gaeta Aleixo versa sobre as hostilidades na região fronteira durante o período em que essas terras ainda pertenciam a Portugal e Espanha:

Não foram poucos os choques com os espanhóis nas áreas fronteiriças. Para conter essas investidas, o governo colonial pontilhou toda a região da fronteira com fortes e companhia militares. Mobilizou a população dos núcleos de fronteira, aliciou índios, treinou negros e escravos, fundou vilas condensadoras de população, capazes de enfrentar os espanhóis e testemunhar a posse portuguesa (ALEIXO, 1995, p. 39).

O cenário de ambivalência permeava a região estudada, que, por sua vez, possui grande relevância geopolítica, em razão da navegação do rio Paraguai, representando uma rota de escoamento do comércio na região. A relevância econômica da navegação do rio Paraguai é exposta nas cartas de autoridades da província, que se apresentava como via de acesso ao comércio na região e que outrora dependera das capitais, tão afastadas dos centros:

Foi por esta via que durante mais de um século e até franquear-se a navegação do Paraguay, o mercado de Cuiabá, emporio do commercio da Provincia, provêo-se da quasi totalidade das fazendas seccas importadas do Rio de Janeiro e da Bahia² (PENNA, 1919, p. 67).

Como pode ser visto nos relatos acima, a região de fronteira já demandava certa atenção dos dirigentes. Mais de meio século se passa e as tensões entre os dois países – agora independentes – continuam a marcar o ambiente de fronteira. O cenário hostil já era relatado em correspondências oficiais entre os chefes da província do Mato Grosso com destino ao Ministério de Negócios Estrangeiros do Império:

Convencido do muito que convem que V. Ex^a esteja a miuda e exactamente informado do quanto diz respeito as nossas relações exteriores, e bem assim ao estado de defesa de nossas fronteiras, vou acrescentar algumas observações ao officio que meu antecessor dirigiu a V. Ex^a sob o n. 17 e data de 28 de setembro do anno proximo findo, relativamente a fronteira do Baixo Paraguay, e particularmente a respeito do Destacamento do Pao de Assucar. Cumpre reconhecer que o procedimento do Capitão José Joaquim de Carvalho, Commandante do Baixo

¹ Trecho da Carta régia de 12 de maio de 1798, sobre a civilização dos índios.

² Trecho do Relatório de 1862, Estradas e Pontes, do Presidente Herculano Ferreira Penna.

Paraguay, se bem que de nenhum modo justifique as hostilidades que praticam os Paraguayos, explica até certo ponto a desconfiança de que se mostrarão possuídos³ (APMT, doc. 78, p. 126).

Na perspectiva da Política Externa brasileira, a defesa das dimensões territoriais do Império foi um dos maiores princípios a ser sustentado pela diplomacia brasileira. Naquele período, contudo, tal preceito apresentava grande dificuldade para sua efetivação. A situação de distanciamento da província do Mato Grosso na fronteira com o Paraguai não era decorrente apenas do distanciamento geográfico do centro político imperial, mas sim por interesses econômicos específicos. Na fronteira da província do Mato Grosso com a República do Paraguai, a situação era ainda mais complexa:

(...) Assim porém o exigem as circunstâncias de esta Provincia limítrofe de duas nações estrangeiras, o separada das províncias mais populosas por hum vastíssimo espaço em grande parte deserto. A pesar da insufficiencia da Força de Linha para guarnecer convenientemente a nossa extensissima Fronteira, he ainda preciso distrahir grande parte della para a manutenção da segurança interior, pois falta tanto de gente como de dinheiro, exclue a possibilidade de crear-se huma força especialmente à policia das povoações e a proteção dos districtos e estradas infestadas pelos selvagens⁴ (BNPC, 1854, p. 15-16).

Em face do exposto, o seguinte documento se trata do Registro da correspondência oficial do presidente da Província do Mato Grosso com o Ministério dos Negócios Estrangeiros no período de 1843 a 1851. O trecho selecionado aponta que a situação de contrabando na região de fronteira já era conhecida e relatada entre os oficiais em um período anterior ao conflito:

Ainda agora recebi do Commandante interino no Baixo Paraguay as communicações que por cópia envio a V. Ex^a sob os n^{os} 1, 2 e 3. Eu não precisava dellas para ter a convicção de que há gente nossa quem forneça aos ditos Indios armas de fogo, pólvora e munição, e quem lhes compra o producto de seus roubos. Tenho recommendado de terminantemente modo ao mesmo Commandante que tome todas as medidas compatíveis com as leis, para fazer cessar tais abusos, e que signifique aos Indios que se tentarem novas excursões na minha Republica, não devem esperar tolerância de nossa parte, mas sim repressão⁵ (APMT, doc. 78, p. 127).

Indícios de que estruturas e práticas comerciais na região fronteira fluíam de maneira distinta da pretendida pelo Império brasileiro e pelo Governo paraguaio revelaram-se através

³ Registro da correspondência oficial deste Governo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Período 1843-1851.

⁴ Relatório do Presidente da Província do Mato Grosso. Assembleia Legislativa Provincial, Cuiabá, Typographia do Echo Cuiabano, 3 de maio de 1854.

⁵ Registro da correspondência oficial deste Governo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Período 1843-1851.

das fontes encontradas. Anúncios de casas comerciais com elementos que apontam para trocas durante o período de proibições entre os governos, relatos de comerciantes habitantes da região fronteira e artigos de jornalistas da época publicados em periódicos colocavam em evidência a importância dos fenômenos econômicos e culturais do cotidiano naquele espaço. O marco temporal selecionado para este trabalho, por exigências acadêmicas, foi definido entre os anos de 1856 –ano da assinatura do tratado entre Brasil e Paraguai que autorizou a livre navegação de embarcações brasileiras pelo rio Paraguai até o porto de Corumbá, conectando assim a província do Mato Grosso ao Império – e 1870 – ano que se encerrou o conflito e deu início a um movimento de (re)abertura das casas comerciais nos centros comerciais da região. Apesar dessas datas definidas, nada impede que episódios que escapam desse marco temporal sejam apresentados neste trabalho, dado que o intuito desta investigação é analisar os fatos pertinentes e relevantes para as reflexões propostas, particularmente as que se referem às práticas de resistência e estratégias que os atores abrangidos em redes comerciais e culturais desenvolveram para assegurar interesses próprios, apesar das proibições governamentais impostas no espaço econômico e cultural do ambiente fronteiro estudado nesta dissertação.

Diante desse contexto, identificamos os seguintes **problemas centrais desta pesquisa**: No período que antecede a Guerra do Paraguai e durante o conflito, os governantes decretaram restrições ao comércio entre os países beligerantes. Como os atores abrangidos em redes comerciais e culturais que habitavam esse espaço de fronteira conviviam com tais restrições? Quais as práticas cotidianas que adotaram para assegurar, de modo ostensivo ou velado, as trocas comerciais e culturais entre brasileiros e paraguaios?

A partir da revisão bibliográfica e a pesquisa em fontes primárias datadas dos séculos XVIII e XIX, foi possível compreender contradições e, com base nelas, traçar um caminho de investigação a ser pesquisado e, assim, estabelecer **as hipóteses a serem exploradas** neste trabalho, como segue: A pesquisa tem como premissa que os habitantes da fronteira desenvolveram práticas de resistência para, ostensiva e veladamente, dar continuidade às trocas, especialmente comerciais, apesar das proibições governamentais ao comércio entre Brasil e Paraguai. Assim, a região de fronteira se caracteriza como espaço de confluência econômica e cultural no qual, por um lado, as semelhanças culturais entre seus habitantes os unem como grupo e, por outro lado, muitas das diferenças culturais são negociadas para assegurar que os interesses específicos desses atores sejam atendidos, em especial a continuidade das trocas econômicas e culturais entre brasileiros e paraguaios.

A fronteira em questão se refere ao trecho que hoje condiz com as cidades de Porto Murtinho –BRA/Puerto Carmelo Peralta – PAY e Ponta Porã – BRA/Pedro Juan Caballero – PAY. Esta pesquisa trabalha com a ideia de que o cotidiano dos habitantes na fronteira era diferente do que as comunicações oficiais dos governos Imperial e Paraguaio relatavam, evidenciando que os atores abrangidos em redes comerciais e culturais tinham interesses específicos que precisavam ter continuidade apesar das proibições governamentais.

Assim, esta pesquisa tem como **objetivo** investigar se, apesar das decisões governamentais mencionadas, os atores abrangidos em redes comerciais e culturais da região fronteira continuaram a desenvolver práticas e estratégias de intercâmbio cultural e econômico nessa região de confluência econômica e cultural para brasileiros e paraguaios. Em caso positivo, a pesquisa pretende examinar quais foram essas práticas e como foram desenvolvidas.

1.2 APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA

A metodologia empregada nesta pesquisa quanto aos objetivos se classifica como **exploratória**, uma vez que busca proporcionar maior familiaridade com o problema central com vistas a construir hipóteses sobre o fenômeno estudado (GIL, 2010). No tocante à forma de abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa **qualitativa**, por se empenhar em analisar e interpretar aspectos profundos, retratando a complexidade do comportamento humano (MARCONI e LAKATOS, 2011).

No que tange aos procedimentos técnicos, este trabalho utiliza métodos de **revisão bibliográfica, histórica, documental e de leitura cultural**. Uma vez feita a seleção do material, os documentos foram submetidos à leitura cultural. A **metodologia de leitura cultural** foi escolhida por se mostrar mais adequada para atender aos objetivos desta pesquisa, que busca fazer uma análise da complexidade do fenômeno por meio da construção de um texto que explora a polifonia dos atores envolvidos e a polissemia das fontes encontradas.

Medina (2003) ensina que o método de leitura cultural consiste em olhar para os fenômenos em busca de quatro elementos para compor uma “narrativa mais tensa e densa”, contextualizando as raízes histórico-culturais; fazendo diagnósticos; explorando o protagonismo anônimo; e apresentando prognósticos. Ainda segundo a autora, o Leitor Cultural é alguém que – durante a análise do fenômeno – é capaz de interpretar a

contemporaneidade e produzir signos e significados diante de um acontecimento social (MEDINA, 2007, p. 32).

Neste estudo, essa pesquisadora se coloca no papel de mediadora dos possíveis sentidos dos fenômenos ocorridos no contexto estudado, buscando captar a polifonia e a polissemia relacionadas a tais fenômenos e compreender a situação dos atores escolhidos para compor esta narrativa. Medina esclarece este papel:

O leitor cultural observa, colhe informações dos acervos e de fontes vivas, cria elos de contexto e elege o protagonismo daqueles que vivem a situação de sua narrativa. E aí se consuma a humanização como eixo central da leitura cultural (...) (MEDINA, 2007, p. 32).

Seguindo esta linha de pensamento, a mesma autora completa que um verdadeiro leitor cultural não reduz o documento analisado a um cenário de apenas duas disputas opostas, ao contrário, apresenta diferentes vozes e sentidos sobre o tema e ainda oferece elementos de contexto social, histórico-cultural e diagnósticos e prognósticos (MEDINA, 2006).

Nesse sentido, é importante destacar que a escolha das fontes e dos atores para ter voz nesta pesquisa não é feita de maneira arbitrária, pela simples coleta, ou isenta do meu julgamento como pesquisadora: é construída a partir dos meus repertórios de experiência e de participante da cultura local, e da minha história.

Ademais, neste estudo foi necessário escolher alguns atores para terem voz e serem protagonistas desta narrativa, são eles: comerciantes – destacando os proprietários das casas comerciais, os caixeiros-viajantes e os tropeiros –, jornalistas e habitantes do espaço simbólico cultural entre Brasil e Paraguai que passaram pelas restrições comerciais entre os países rivais e tiveram que sobreviver neste contexto. Como mencionado, essa escolha não foi arbitrária, mas dirigida conforme as fontes primárias e secundárias foram se revelando no decorrer da pesquisa, como será explicitado ao longo da dissertação.

É importante salientar que a intenção deste trabalho não é desmistificar as obras já consagradas sobre a temática da Guerra do Paraguai, nem mesmo a de afirmar o conhecimento completo sobre o tema proposto. Trata-se, portanto, de buscar um novo olhar para as relações humanas através das trocas comerciais na região de fronteira no período estudado para compreender a sua complexidade.

Para este trabalho foram selecionadas fontes primárias do período estudado que incluem **documentos oficiais e oficiosos, periódicos e charges e anúncios comerciais da época** datados principalmente entre os anos de 1856 a 1870. Contudo, documentos

considerados relevantes para este estudo fora deste recorte temporal também foram utilizados nesta pesquisa.

Tais documentos foram obtidos através da pesquisa de campo nos acervos do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), Secretaria de Cultura do estado do Mato Grosso, Museu Histórico de Mato Grosso e o Archivo Nacional de Asunción (ANA), além das buscas em bibliotecas digitais tais como a Biblioteca Nacional Digital Brasil⁶ e a Center for Research Libraries – Global Resources Network⁷. Além das fontes supracitadas, este trabalho utilizou da pesquisa bibliográfica no que se refere ao acesso de livros e teses que se relacionam com o tema e o período estudado. Contudo, a partir da primeira análise notamos que algumas das referidas fontes privilegiaram documentos oficiais e/ou vinculados a eles, de modo que tivemos que buscar novas fontes para detectar diferentes atores inseridos no contexto, colher essas vozes, interpretar as lacunas e/ou silêncios históricos e compor uma nova narrativa, a mais polifônica e polissêmica possível nos limites desta dissertação, a respeito das práticas cotidianas dos habitantes dessa fronteira e tendo como pano de fundo os aspectos selecionados sobre a Guerra do Paraguai.

Sobre essa busca para compreender os silêncios que envolvem a temática do conflito durante o século XIX, nos aproximamos do método proposto por Le Goff (2001) ao trabalhar narrativas históricas sob a abordagem da História Nova. Sob a perspectiva desse autor, a história nova baseia-se no intuito de buscar um progresso em direção a uma história total, considerando assim todos os documentos legados por uma sociedade, compreendendo o íntimo dessa população e abrindo possibilidades para abranger e compreender outros atores silenciados: “ao mesmo tempo, é preciso delimitar, **explicar as lacunas, os silêncios da história**, e assentá-la tanto sobre esses vazios, quanto sobre os cheios que sobreviveram” (LE GOFF, 2001, p. 54, destaque nosso). O autor apresenta ainda uma questão importante sobre o *retratamento da noção do tempo*, que desmistifica a noção de tempo *único, homogêneo e linear*, trazendo uma cronologia científica que consiste em datar os fenômenos históricos de acordo com a duração da sua eficácia, em oposição a sua data de produção (LE GOFF, 2001, p. 54-55).

Perante o exposto, daremos início à contextualização desta pesquisa, aproximando-nos do cenário de fronteira estudado neste trabalho, apresentando algumas concepções pertinentes

---

⁶ Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.b41r/hdb/periodo.aspx>.

⁷ Center for Research Libraries – Global Resources Network. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>.

e que contribuíram para pensar a zona de fronteira como espaço de convergência cultural entre as populações que ali habitavam.

1.3 SOBRE FRONTEIRA

Até as categorias mais abstratas, apesar de sua validade – precisamente por causa de sua natureza abstrata – para todas as épocas, são, contudo, no que há de determinado nesta abstração, do mesmo modo o produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites destas mesmas condições (BORDIEU, 2005, p. 59).

Para se transportar ao cenário da pesquisa, faz-se necessário expor brevemente sobre os aspectos geográficos da fronteira entre Brasil e Paraguai, durante o século XIX. Não por coincidência é o período marcado pela Guerra que envolve os quatro atores regionais mais relevantes do Cone Sul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. No processo da busca pelo entendimento do fenômeno estudado, o ato de se desprender da figura de mero expectador e mergulhar no contexto estudado é necessário para compreender o cotidiano dos povos habitantes da região fronteiriça.

1.3.1 O lugar-fronteira

A importância da demarcação de fronteira não se resume apenas para declarar os limites geográficos de um Estado. Com a inspiração na teoria dos conjuntos⁸, o espaço de fronteira seria como um conjunto de intersecção entre dois povos, no qual eles se relacionam e interagem. Essa relação pode acontecer de maneira harmônica, portanto, identificando-se com o “outro”, ou ainda pelo confronto, repelindo – total ou parcialmente – o repertório cultural vizinho, afastando-se então do “outro”.

---

⁸ A teoria dos conjuntos foi fundada por Georg Cantor em 1874, no artigo “A respeito de uma propriedade característica de todos os números algébricos reais”. A teoria dos conjuntos é a teoria matemática capaz de agrupar elementos. Dessa forma, os elementos (que podem ser qualquer coisa: números, pessoas, frutas) são indicados por letra minúscula e definidos como um dos componentes do conjunto. Essa teoria fundamenta-se com a relação binária entre um objeto o e um conjunto A . Se o é um membro (ou elemento) de A , escreve-se que $o \in A$. Uma vez que conjuntos são objetos, a relação de pertinência também pode relacionar conjuntos. Uma relação binária derivada entre dois conjuntos é a relação subconjunto, também chamada “está contido”. Se todos os elementos do conjunto A também são elementos do conjunto B , então A é um subconjunto de B , denotado por $A \subseteq B$. Por exemplo, $\{1,2\}$ é um subconjunto de $\{1,2,3\}$, mas $\{1,4\}$ não o é. A partir dessa definição, conclui-se que um conjunto é um subconjunto de si mesmo. Nos casos em que se deseja evitar isso, o termo subconjunto próprio é definido para excluir essa possibilidade.

A complexidade do cenário da fronteira pode ser percebida dadas as distintas abordagens nas quais ela pode ser desenvolvida: política, jurisdicional, geográfica, geopolítica etc. O autor Kaldone G. Nweihed evidencia a importância das fronteiras em sua obra *Frontera y limite em su marco mundial: una aproximación a la fronterología*. Na obra em questão ele expõe a intensidade deste ambiente:

La extrema significación que tiene las fronteras comienza desde los más antiguos tiempos hasta hoy, a pesar de que las propias necesidades de los pueblos y su mismo desarrollo han influido positivamente para introducir modificaciones no menos importantes, en cuanto a su uso, si bien se mantienen más o menos semejantes los valores jurídicos – fundamentales – políticos, sociológicos, económicos, etc. Los regimos fronterizos poseen moderadamente cierta igualdad, bastante semejanza sin que por ello no se mantengan algunas excepciones en determinados casos. Las relaciones a ambos lados de las fronteras suelen ser intensas, no sólo por motivaciones históricas explicables sino además por la circunstancia económica, comercial o cultural, desde que luego incide constantemente y en ocasiones hasta presiona persistentemente hasta que al fin los gobiernos asuman su responsabilidad en tales casos y, adopten aquellas medidas administrativas comunes y en forma bilateral que posibilitan y facilitan el natural intercambio entre los países vecinos. (NWEIHED, 1992, p. 15)⁹.

É interessante pontuar as diferenças entre as definições de fronteiras e limites, dado que esses conceitos são constantemente tratados como sinônimos. Esse equívoco se justifica pela semelhança semântica destas palavras, visto que, ao se pensar numa fronteira, rapidamente visualizamos uma linha de demarcação de limites. E o inverso também ocorre: ao imaginarmos um Tratado de Limites, logo se pensa na demarcação de fronteiras. O historiador José Briceño Monzillo aborda essa questão, salientando a diferença entre os dois termos:

El concepto frontera suele usarse habitualmente como sinónimo de límite. Desde el punto de vista estrictamente técnico, existen diferencias entre ambos, pues la idea de límites responde a una noción lineal, en cambio de la frontera, a una noción espacial que involucra, por tanto, no sólo el límite sino también a toda la zona delimitada por este (MONZILLO, 1982, p. 130)¹⁰.

⁹ Tradução livre: O significado extremo das fronteiras começa desde os primeiros tempos até os dias de hoje, apesar do fato de que as próprias necessidades das pessoas e seu próprio desenvolvimento influenciaram positivamente a introduzir modificações não menos importantes, em termos de seu uso, embora permaneçam. Valores legais mais ou menos semelhantes – fundamentais – políticos, sociológicos, econômicos, etc. Os regimes de fronteira têm de maneira moderada certa igualdade, muita semelhança, mas por essa razão algumas exceções não são mantidas em alguns casos. As relações de ambos os lados das fronteiras tendem a ser intensas, não apenas por razões históricas explicativas, mas também pelas circunstâncias econômicas, comerciais ou culturais, dado que constantemente afeta e às vezes até pressiona persistentemente até que finalmente os governos assumam sua responsabilidade nesses casos e, adotam medidas administrativas comuns e de forma bilateral que permitem e facilitem o intercâmbio natural entre os países vizinhos.

¹⁰ Tradução livre: O conceito de fronteira é geralmente usado como sinônimo de limite. Do ponto de vista estritamente técnico, há diferenças entre os dois, porque a ideia de limites responde a uma noção linear, ao invés

Diante da multiplicidade de sentidos possíveis da palavra fronteira e os vários prismas de abordagem para esse espaço, torna-se necessário nos debruçar sobre os diversos entendimentos de fronteira para, assim, nos aproximar da concepção de fronteira que nos interessa nesta pesquisa.

1.3.1.1 Fronteira geográfica

O conceito de fronteira no campo da geografia tem seu debate envolvendo duas grandes escolas: a Francesa ou Possibilista – de Vidal de la Blache, e a Determinista ou Alemã. De acordo com a Escola Francesa, as noções de fronteira e estradas estão estreitamente ligadas, trazendo conceitos como fronteira-comunicação. O geógrafo Delgado de Carvalho trabalha a fronteira aliada à necessidade de comunicações no aspecto logístico para esses espaços, e cita ainda como exemplo a dificuldade de proteção do território do Mato Grosso em razão da precariedade de comunicação com os centros e, portanto, fiscalização:

Vallaux na sua “Geografia Social” e, mais tarde, na “Geografia de História”, com maior insistência ligou a concepção de fronteira à noção de estrada. Para manter a coesão do organismo que seria o Estado, é necessário manter o seu contacto com a periferia, com as fronteiras, por meio de canais de ação e circulação que são as estradas. As fronteiras e as estradas são, pois, obras de Estado, estabelecidas e mantidas para fins políticos. Foi exemplo típico o caso de nosso Mato Grosso, difícil de defender enquanto para lá não tínhamos comunicações ou, como se diz, vias estratégicas. A ocupação política efetiva do solo num Estado organizado só pode dar-se com a estrada, mantida transitável, segura, fiscalizada e permanente. Como lembra Vallaux, foi a centralização visada pela monarquia francesa que levou o país à unificação (CARVALHO, 1938, p. 168).

Em contraposição à ideia apresentada, a visão de fronteira com base no entendimento da Escola Alemã ou Determinista também deve ser considerada. Para os teóricos dessa corrente, a fronteira provém de um sentindo mais *orgânico*, considerando-a mutável e decorrente do poder do Estado e da necessidade dos povos. O professor José Nicolau dos Santos esclarece esse entendimento em sua obra *Fundamentos jurídicos da transformação dos Estados*:

Para a Escola Determinista ou Alemã a noção de fronteira é orgânica. Considerando o Estado como um organismo vivo, em constante desenvolvimento, Frederico Ratzel, o mais eminente dos geógrafos alemães e tido como pai da “Antropogeografia”, considera as fronteiras como elementos instáveis, oscilando ao

---

da fronteira, a uma noção espacial que envolve, portanto, não apenas o limite, mas também toda a área delimitada por este.

ritmo das forças e necessidades dos povos. Para Ratzel há tantos limites quantas áreas de difusão apresente um núcleo humano, com as suas necessidades e movimentos: limites raciais, lingüísticos, culturais, políticos, etc. E como tais “áreas de difusão” são “essencialmente variáveis” não causa espécie ao geógrafo alemão que “certos limites avançam” (SANTOS, 1943, p. 14).

Seguindo mesma perspectiva trazida com a fala de Santos (1943), Rodrigues Pereira interpreta a noção de *fronteira orgânica* ao traduzi-la em um movimento contínuo de transformação dos fenômenos étnicos, provocando a renúncia de conceitos estáticos e absolutos:

Os confins étnicos são sujeitos a variações constantes, pertencem aos homens e com eles avançam ou recuam. A variabilidade de todos os fenômenos telúricos traz consigo a variabilidade de todas as raças étnicas e políticas que se apoiam neles. Por conseguinte somos obrigados a renunciar ao conceito de limite absoluto (RODRIGUES PEREIRA, 1941, p. 114).

Outro debate pertinente aos geógrafos, no que tange à temática fronteira, é a distinção entre os conceitos de fronteira *natural* e *artificial*. O geógrafo Moisés Gicovate (1942) contribui para esta pesquisa ao trabalhar a diferenciação desses termos:

Interessa-nos a classificação de fronteiras em naturais e artificiais. Estes dois termos poderão levar a equívocos, se atentarmos apenas para o seu sentido gramatical. Para compreendermos bem o significado dessas expressões, bastará afirmarmos que a fronteira natural não é uma fronteira imposta pela natureza; é apenas um acidente natural aceito como fronteira. A natureza indica a fronteira; o homem, entretanto, tem a liberdade de aceitá-la ou rejeitá-la. As fronteiras naturais serão, portanto, as fronteiras representadas por um acidente natural, rios, montanhas, etc. As fronteiras artificiais serão as fronteiras estabelecidas pela vontade do homem, separando, por meio de linhas, regiões que a natureza destinava formar uma unidade (GICOVATE, 1942, p. 145).

Para contribuir neste debate, Delgado de Carvalho, geógrafo e sociólogo brasileiro, apresenta uma concepção mais categórica ao creditar essa definição ao Estado e à vontade política do homem, acrescentando ainda a ideia de que as fronteiras outrora consideradas *naturais*, como um rio, constituíam na realidade um elemento de ligação e comunicação entre as zonas, contrastando a noção de divisão que se tinha no passado:

A natureza não se presta às fronteiras; linhas isotérmicas, linhas de neves persistentes, linhas de vegetações, tais são os limites que oferece a natureza e bem sabemos que não são linhas, mas abstrações. Semelhantes “linhas” não seriam de todo convenientes ao Estado; para fins políticos cousas mais concretas são necessárias. Na geografia do passado, acreditava-se em fronteiras naturais quando feições naturais eram aproveitadas para traçá-las: costas, rios, montanhas. Falava-se em “conquistar fronteiras naturais” entre os estadistas da época: acabava sendo um princípio de tradição política, justificava agressões e conquistas. Percebeu-se depois que, com a civilização, os rios não eram barreiras e, por conseguinte não eram fronteiras marcadas pela natureza, ao contrário, eram traços de união, zonas de

aproximação favorecendo intercomunicações. As montanhas também passaram a ser consideradas como zonas de trânsito, por facilitarem, em certos pontos, a passagem de uma vertente para outra. Acabou a religião das fronteiras naturais, com a descoberta de não serem mais barreiras, feições eminentemente transponíveis. Também não são fronteiras morfológicas. Resta todavia a saber se fronteira e barreira são noções forçosamente complementares. Serão isso, de fato, se persistir a idéia de que fronteira é cerca de jardim, mas não se é o ponto de contacto apenas, sem idéia de obstáculo (CARVALHO, 1938, p. 174).

Diante do exposto, nos aproximamos da interpretação trazida por Santos (1943) e Rodrigues Pereira (1941) num entendimento da fronteira como algo orgânico, constituído por um núcleo humano e em certa medida formado por elementos instáveis decorrentes das transformações de fenômenos étnicos e as necessidades dos povos. Para além dos entendimentos supracitados, o conceito de fronteira sob a perspectiva jurídica se faz oportuno para esta pesquisa.

1.3.1.2 Fronteira jurisdicional

A abordagem jurídica para o conceito de fronteira instiga vários debates, assim como acontece no âmbito geográfico conforme demonstrado anteriormente. *A priori*, para os juristas em geral, a noção de fronteira vem atrelada à delimitação efetiva do território e por consequência à concepção de direitos territoriais dos Estados e/ou dos indivíduos. Porém, ao acompanhar essa discussão com cautela, nota-se que há divergências também entre os doutrinadores no que diz respeito ao conceito de fronteiras e limites.

Alguns estudiosos da área desenvolvem a distinção entre os termos afirmando que o conceito de fronteira se relaciona à ideia de *Estratégia*, enquanto a noção de limites, por sua vez, representa a delimitação efetiva da soberania territorial dos Estados e, portanto, dialoga com o campo da *Política* e do *Direito Internacional*. Georges Bry corrobora esta vertente ao afirmar que “os limites de um território consistem na linha de separação, indicando de uma maneira ostensiva e material o espaço submetido à soberania de cada Estado” (BRY, 1901, p. 203).

Nweihed (1992) colabora neste assunto ao expor a distinção entre fronteiras e limites. Para o autor, o primeiro termo se refere ao território cujo espaço pode pertencer a diversas tribos, nacionalidades, culturas e religiões distintas e perante a realidade são capazes de criar subsistemas comuns, incorporando elementos da sua origem e identidade:

En la yuxtaposición de lo espacial a lo lineal estriba el origen de la diferenciación. La frontera es territorio compartido y el límite una línea imaginaria que lo divide jurídicamente. La frontera es, por tanto, una franja potencialmente habitable por un conglomerado humano perteneciente a dos o más nacionalidades distintas (a veces pueden colateralmente distintos los idiomas, las culturas, las religiones, las costumbres), pero que se hallan, a fuer de adyacencia en el espacio compartido, frente a unas realidades objetivas que tienden a la creación de un subsistema común en que, además de conservar cada quien las características de su identidad de origen, agrega otras características híbridas que son el producto inmediato y necesario de la vecindad. Desde luego, no todas las fronteras cumplen con este cometido puesto que algunas, para empezar, carecen de población o no reúnen las condiciones mínimas para la ocupación humana. Pero todas, sin excepción, son potencialmente aptas para el contacto humano y social, y todas, por ende, son zonas de transición y de integración potencial (NWEIHED, 1992, p. 28-29)¹¹.

Tal colaboração de Nweihed (1992) é muito pertinente e tal posicionamento é oportuno para este trabalho, uma vez que a noção do autor condiz com a concepção adotada para o contexto de fronteira estudado: ao entender naquele espaço a criação de um subsistema comum, capaz de conservar a identidade de cada povo e acrescentar características híbridas que afloram em razão da proximidade e identificação com o outro, podendo, então, transformá-la em áreas de transição com potencial de integração.

Conforme exposto acima, o conceito de fronteira é valioso para as relações entre os Estados. Deste modo, faz-se oportuno apresentar o referido termo relacionado à geopolítica.

1.3.1.3 Fronteira geopolítica

Ao abordar a fronteira sob viés geopolítico, nota-se que, assim como o núcleo semântico deste conceito se abre em diversas concepções, o entendimento de fronteira sob âmbito geopolítico também envolve várias dimensões.

Em seu estudo da *fronterologia*, Nweihed faz uso de conceitos provenientes da biologia para explicar este fenômeno. Para o autor, três leis podem ser aplicadas neste contexto: a da *interdependência*, uma vez que tudo está relacionado com os demais; a da *limitação*, dado que nenhum organismo, de qualquer espécie, cresce ilimitadamente; por fim, a lei da *complexidade*, que defende que todos os componentes de um sistema afetam de uma maneira

---

¹¹ Tradução livre: Na justaposição do espacial ao linear está a origem da diferenciação. A fronteira é território compartilhado e o limite é uma linha imaginária que a divide legalmente. A fronteira é, portanto, uma linha potencialmente habitável por um conglomerado humano pertencente a duas ou mais nacionalidades diferentes (às vezes pode colateralmente diferentes línguas, culturas, religiões, costumes), mas eles são, por força de adjacência na ação, comparados a algumas realidades objetivas que tendem a criar um subsistema comum que, além de preservar todas as características de sua identidade original, acrescenta outras características híbridas que são produto imediato e necessário da vizinhança. É claro que nem todas as fronteiras cumprem esse objetivo, pois algumas pessoas, para começar, não têm população ou não preenchem as condições mínimas para a ocupação humana. Mas todas, sem exceção, são potencialmente adequadas para o contato humano e social, e todas, portanto, são áreas de transição e potencial de integração.

ou outra uma situação com elementos distintos, criando assim múltiplas relações ou inter-relações (NWEIHED, 1992).

O autor completa aplicando os princípios da biologia para a análise da fronteira na geopolítica:

Esta sistematización de la ecología parece resumir, con claridad meridiana, el estudio del fenómeno fronterizo dentro de la geopolítica, considerada a su vez una rama de las ciencias políticas. Los Estados en el espacio geopolítico parecen adquirir estas tres características y conformar el sistema internacional siguiendo sus efectos normativos, pues, quiéranlo o no, llegan a ser *interdependientes* unos de los otros, por más independientes que luzcan; no pueden crecer de manera *ilimitada* por más poderosos que parezcan y, el sistema en que actúan no tarda en reflejar una *complejidad* de variadas aristas, por más sencillez que se aduzca al pretender reducir la ciencia política a nivel de comentario cotidiano, al alcance irrestricto del lector del periódico de hoy (NWEIHED, 1992, p. 23-24)¹².

Diante das reflexões trazidas, é concebível ponderar acerca da fronteira sob os três aspectos apresentados: a interdependência, a limitação e a complexidade. É necessário analisar o contexto fronteiriço de maneira holística, considerando os diversos elementos particulares entre si e as múltiplas relações decorrentes da convivência na fronteira. Por fim, o entendimento de fronteira por meio de uma interpretação cultural nos parece ser o desdobramento do conceito estudado mais valioso a esta pesquisa.

1.3.1.4 Fronteira como espaço simbólico de convergência cultural

Diante dos conceitos que compreendem o espaço de fronteira como um elemento que restringe, separa e discrimina, pensemos na noção de fronteira como uma estrutura de articulação que proporciona às comunidades locais uma integração de um território que por, muitas vezes e inúmeras justificativas, é negligenciado pelo Estado que o comporta. Assim, trabalharemos neste momento o conceito de *fronteira como espaço simbólico de convergência cultural*, que embasou a compreensão do fenômeno de fronteira ocorrido entre Brasil e Paraguai durante o século XIX e será reafirmado constantemente no decorrer deste trabalho. Ao explorar os elementos que compunham aquele cenário, senti que deveria me desprender

---

¹² Tradução livre: Essa sistematização da ecologia parece resumir, com a clareza cristalina, o estudo do fenômeno da fronteira na geopolítica, considerado por sua vez um dos ramos da Ciência Política. Os Estados no espaço geopolítico parecem adquirir essas três características e conformar o sistema internacional seguindo seus efeitos normativos, pois, querendo ou não, tornam-se interdependentes entre si, por mais independentes que sejam; eles não podem crescer de forma ilimitada, por mais poderosos que possam parecer, e o sistema em que atuam não leva muito tempo para refletir uma complexidade de fronteiras variadas, por mais simples que seja ao tentar reduzir a Ciência Política ao nível do comentário diário, ao alcance irrestrito do leitor do jornal de hoje.

momentaneamente da noção de fronteiras físicas, jurídicas, políticas e buscar um olhar diferente para aquela área, que pudesse compreender o fenômeno sociocultural que se sobrepunha às definições concretas e palpáveis. Existia ali, portanto, uma nova dimensão: *emocional com elementos econômicos e culturais compartilhados*.

Assim, a fronteira pode ser compreendida como um espaço de interações e trocas culturais entre grupos, na qual práticas e valores são compartilhados, criando uma identidade social própria, podendo reafirmar ou negar as noções de fronteira mencionadas anteriormente.

A obra *Historias y memorias de las tres fronteras*, de Arruda et al.(2009), trabalha a questão das fronteiras sob a nuance cultural e aponta ainda o caráter paradoxal entre as fronteiras culturais e as político-geográficas:

Son estos contextos fronterizos, donde los procesos de territorialización del espacio muestran el carácter siempre paradójico de cualquier límite político-administrativo, los que tiene que ser fijado a través de muros, castillos, ejército, marcas, mojones... realidades físicas y simbólicas que delimitan y prohíben (ARRUDA et al., 2009, p. 3)¹³.

Ao pensar o espaço fronteiriço sob esse olhar, surge uma fronteira móvel e fluida que acompanha os fenômenos da vida do povo que a habita. Arruda et al. (2009) abordam o significado simbólico que carrega a vivência na fronteira e a questão da identidade desses povos, onde há a negociação desses “limites” – podendo ser reafirmados ou negados – a partir da integração entre estes e os habitantes que vivem nesse espaço cultural simbólico:

Es, por tanto, un claro marcador del continente que dota de un significado simbólico al contenido. Sin duda, esta perspectiva abstracta adquiere otra significación cuando nos aproximamos a las poblaciones locales que viven en estas áreas. Para estas poblaciones los “otros” son extranjeros pero, al mismo tiempo, vecinos, por lo que en determinados contextos ese “otro” se transforma en “nosotros” (...) Las poblaciones fronterizas aprendieron a instrumentalizar la frontera en función de intereses concretos, a partir de los que se activa la idea de comunidad interfronteriza. Así las fronteras políticas son reafirmadas o negadas en la medida en que las fronteras sociales, generadas a partir de la interacción social, sobrepasan las demarcaciones estatales (ARRUDA et al., 2009, p. 7)¹⁴.

¹³ Tradução livre: São contextos fronteiriços, onde os processos de territorialização do espaço mostram o caráter sempre paradoxal de qualquer fronteira político-administrativa, que deve ser fixada por muros, castelos, exército, marcas, marcos... Realidades físicas e simbólicas que eles delimitam e proíbem.

¹⁴ Tradução livre: É, portanto, um claro sinal do continente que dá um significado simbólico ao conteúdo. Sem dúvida, essa perspectiva abstrata adquire outro significado quando nos aproximamos das populações locais que vivem nessas áreas. Para estas populações os “outros” são estrangeiros, mas, ao mesmo tempo, vizinhos, assim em certos contextos que “outro” se torna “nós” (...) As populações fronteiriças aprenderam a instrumentalizar a fronteira com base em interesses concretos, a partir do qual a ideia de comunidade transfronteiriça é ativada. Assim, as fronteiras políticas são reafirmadas ou negadas na medida em que as fronteiras sociais, geradas a partir da interação social, excedem as demarcações estatais.

Essa intensa ligação percebida nas populações fronteiriças se manifesta em diversas práticas do cotidiano, seja no comércio, seja nas trocas linguísticas, na construção de relações sentimentais, entre outros, e que realça o caráter paradoxal do lugar onde os povos da região fronteiriça habitam: embora estejam em soberanias estatais distintas, a necessidade de sobreviver permanece idêntica em qualquer lugar do planeta, portanto, eles precisam alimentar-se, comunicar-se, relacionar-se e, para que essas necessidades sejam supridas, eles se articulam para buscar uma forma de superar esses *limites* e ressignificar essas fronteiras.

Arruda et al. (2009) abordam a questão das trocas comerciais nas zonas fronteiriças como a representação dessa necessidade de sobreviver apesar de limites jurídico-administrativos:

La articulación entre diferentes zonas fronterizas ha sido habitual desde el principio de la delimitación de los límites jurídico-administrativos. Esta articulación se manifiesta de forma explícita a través de actividades como el contrabando (Cáceres; Valcuende, 1996), donde se evidencia el carácter paradójico que adquiere la frontera para las poblaciones locales. Éstas, por un lado, necesitan del límite para sobrevivir (en tanto que el carácter diferencial de las realidades nacionales permite intercambiar productos, monedas, saberes...) al mismo tiempo que tienen que buscar formas para sobrepasarlo, articulando redes suprafronterizas (Sahlins, 1989), que también pueden ser activadas en caso de conflicto (Mairal, 1994; Valcuende, 1998; Sidaway, 2002; Godinho, 2005; Simões, 2007) (ARRUDA et al., 2009, p. 7)¹⁵.

Grimson (2000) menciona a mudança do enfoque acadêmico acerca da abordagem da fronteira, agora trabalhada a partir da sua perspectiva simbólica, destacando a subjetividade da população fronteiriça:

Los trabajos reunidos muestran que el estudio de estos espacios resulta particularmente productivo para avanzar en la comprensión de las transformaciones socioculturales contemporáneas, en especial de los modos en que se imaginan las relaciones entre “nosotros” y “los otros”, y sus consecuencias políticas. Desde fines de los años setenta una serie de trabajos antropológicos ha desafiado, a través de la investigación de las experiencias personales y los imaginarios colectivo en la frontera, las visiones del límite político como límite cultural (véase una síntesis en Vidal, 1996). Es decir, frente al sentido común que buscan imponer los estados nacionales de la frontera política como división cultural se mostró la existencia de números circuitos de intercambio, códigos e historias compartidas, dando cuenta del carácter socio-histórico del límite. Actualmente, esos enfoques parecen complementarse con estudios que muestran los efectos materiales y simbólicos que implicó la fijación de límites concretos entre los estados-nación, sus dispositivos

---

¹⁵ Tradução livre: A articulação entre diferentes zonas fronteiriças tem sido habitual desde o início da delimitação dos limites jurídico-administrativos. Essa articulação se manifesta explicitamente através de atividades como o contrabando (Cáceres, Valcuende, 1996), o que demonstra a natureza paradoxal da fronteira para as populações locais. Estes, por um lado, precisam do limite para sobreviver (enquanto a natureza diferencial das realidades nacionais permite trocar produtos, moedas, conhecimento...) ao mesmo tempo em que têm que encontrar maneiras de superá-lo, articulando redes suprafronteiriças (Sahlins, 1989), que também pode ser ativado em caso de conflito.

culturales y políticos. La conformación de las subjetividades de los pobladores fronterizos difícilmente pueda resultar inmune a los procesos de nacionalización y las políticas nacionalistas (GRIMSON, 2000, p. 10)¹⁶.

Em razão do distanciamento geográfico e político, nota-se que em diferentes ocasiões as populações de regiões fronteiriças acabam por se identificar muito mais com grupo que está além dos limites geográficos do seu Estado do que com a sua própria metrópole. As fronteiras geográficas, políticas e jurídicas podem não ser compatíveis com as fronteiras culturais e, como consequência, as distâncias físicas acabam por diferir das distâncias culturais. Acerca desse fenômeno, Grimson (2000) expõe:

“Los hombres de una tribu tienen un sentimiento común hacia su país y hacia sus compatriotas”, sentimiento que descansa en compartir el nombre, el territorio, la acción en la guerra y la estructura de linaje de un clan dominante (136-137). De manera análoga, los pobladores de una localidad fronteriza de dos estados nacionales pueden tener más contactos sociales entre sí que con sus respectivas metrópolis, pero esto *no* modifica en sí mismo – contra lo que veces se afirma – la adscripción nacional de sus pobladores (GRIMSON, 2000, p. 17)¹⁷.

O mesmo autor prossegue defendendo a ideia de que grupos pertencentes a diferentes culturas não têm obrigatoriamente sistemas sociais completamente distintos:

En otras palabras, que “dos grupos de personas tengan diferentes culturas no implica necesariamente – con casi siempre se ha supuesto – que pertenezcan a dos sistemas sociales absolutamente distintos” (ibidem). Para Leach, entonces, los habitantes de zonas cernas tenderán a mantener relaciones mutuas sin importar sus “atributos culturales”. Dentro de esas relaciones que atraviesan las fronteras culturales se encuentra implícita una estructura social. Es justamente el mantenimiento y la insistencia en la diferencia cultural puede convertirse en una acción ritual que manifiesta las relaciones sociales (GRIMSON, 2000, p. 18)¹⁸.

¹⁶ Tradução livre: Os trabalhos coletados mostram que o estudo desses espaços é particularmente produtivo para avançar na compreensão das transformações socioculturais contemporâneas, especialmente nas formas em que imaginam as relações entre “nós” e “os outros”, e suas consequências políticas. Desde o final dos anos setenta, uma série de trabalhos antropológicos tem desafiado pelo estudo das experiências pessoais, observando a fronteira através do imaginário coletivo, visões de limite de fronteira política e cultural (ver síntese em Vidal, 1996). Ou seja, contra o senso comum que procuram impor estados de fronteira nacionais como divisão política e cultural como mostra a existência de circuitos de trocas, códigos e histórias compartilhadas mostrados, percebendo o caráter socio-histórico da fronteira. Atualmente, essas abordagens parecem ser complementadas por estudos que mostram os efeitos materiais e simbólicos implicados pelo estabelecimento de limites concretos entre os estados-nação, seus dispositivos culturais e políticos. A conformação das subjetividades dos colonos fronteiriços difícilmente pode ser imune aos processos de nacionalização e às políticas nacionalistas.

¹⁷ Tradução livre: “Os homens de uma tribo têm um sentimento comum em relação ao seu país e aos seus compatriotas”, sentimento que consiste em compartilhar o nome, o território, a ação na guerra e a estrutura de linhagem de um clã dominante (136-137). Da mesma forma, os habitantes de uma cidade fronteiriça de dois estados nacionais podem ter mais contatos sociais uns com os outros do que com suas respectivas metrópoles, mas isso não muda a si mesmo – contra o que às vezes é afirmado – a atribuição nacional de seus habitantes.

¹⁸ Tradução livre: Em outras palavras, “dois grupos de pessoas têm culturas diferentes não implica necessariamente – como quase sempre se supõe – que pertencem a dois sistemas sociais absolutamente diferentes”. Para Leach, então, os habitantes das zonas vizinhas tenderão a manter relações mútuas, independentemente de seus “atributos culturais”. Dentro dessas relações que cruzam limites culturais implícitos

Diante do exposto, destacamos que o conceito de espaço cultural simbólico é imensamente valioso para este estudo. No momento em que decidi este tema para a minha pesquisa, foi nesse sentido de fronteira que estava a imaginar o espaço entre Brasil e Paraguai em minha mente. Convivi durante toda minha infância com diversos símbolos que marcavam as interações culturais entre as populações dos diferentes países que fizeram do Mato Grosso sua morada. Os relatos contados pela minha avó materna, os costumes típicos da cultura paraguaia dos vizinhos de rua compartilhados pela criançada do bairro inteiro, os sotaques mesclados de diferentes regiões que aos poucos foram incorporados ao nosso linguajar constituíram as lembranças que me fizeram refletir sobre minhas recordações e perceber que nunca houve a existência de uma linha que separasse o que era o “meu espaço” do que era do “outro”; ao fim éramos simplesmente crianças nos divertindo com uma brincadeira qualquer nas ruas de Cuiabá, amenizando o calor tomando tereré misturado com suco de caju.

Acerca dessa memória tão particular, Larrain explica que a identidade é um processo de construção de si mesmo a partir da interação simbólica que temos com as outras pessoas (LARRAIN, 2003). Ao olhar para definição trazida pelo sociólogo chileno e deixá-la repercutir em minhas experiências, sem a intenção de tornar este trabalho um relato narcisista, vejo que o processo de construção da minha identidade foi – e continua sendo – estruturado a partir da vivência com outras pessoas, com as diferentes culturas com as quais eu tive contato e os diferentes lugares onde eu tive oportunidade de estar e de morar. Cuiabana de nascimento ou de *chapa e cruz*¹⁹, passei minha infância na terra da família materna. A minha cidade natal me ensinou que o calor pode ser sentido muito além dos termômetros distribuídos pela cidade, está também no olhar do povo cuiabano, no sorriso acolhedor do vizinho, sempre disposto a convidar para um *chá com bolo*, como bem representado na música: “É bem Mato Grosso, belas igrejas, casarões coloniais (...), um povo hospitaleiro como não se viu jamais”²⁰.

Longe do aconchego da minha cidade natal desde os 19 anos de idade, passei por muitas cidades e morei temporariamente em Braga (Portugal), Marraquexe (Marrocos) e São Paulo. Nas experiências que pude viver, estive na condição de migrante por algumas vezes e nesses momentos senti como se minha identidade estivesse fragilizada. No intervalo dessas mudanças, eu voltava para a minha cidade natal para celebrar as festas de final de ano. Nas

---

está uma estrutura social. É precisamente a manutenção e a existência na diferença cultural que pode tornar uma ação ritual que manifesta as relações sociais.

¹⁹ Ser cuiabano de chapa e cruz é uma expressão regional que designa o cuiabano autêntico, “puro de origem”, semelhante às expressões carioca da gema e gaúcho pelo-duro. A possível origem para essa expressão seria a interpretação de que a chapa representa a certidão de nascimento e, a cruz, a de óbito, simbolizando o nascimento em Cuiabá e o desejo de permanecer na cidade até o fim na vida.

²⁰ Trecho da canção regional “É bem Mato Grosso”, composição de Claudinho, Henrique e Pescuma.

temporadas em que eu voltava para casa, me sentia diferente: eu já não era a mesma e, portanto, sentia como se Cuiabá não me pertencesse mais. O paradoxo concretizava-se quando eu me mudava, uma vez morando fora, sempre olhava para minha cidade natal como o meu lar, o local onde eu me identificava e me reconhecia como pertencente àquele lugar. Aos amigos cuiabanos, eu já era a forasteira, e aos amigos paulistas, portugueses e marroquinos, eu era a *forasteira ou estrangeira* – em maior ou menor grau a depender da receptividade do destino escolhido. Se por um lado essas mudanças enriqueceram o meu caminho, acrescentando repertórios culturais inimagináveis caso nunca tivesse saído de Cuiabá, por outro lado certamente me puseram a identidade em xeque. Sobre esse aspecto, Seixas (2017) identifica precisamente esse fenômeno:

(...) a migração causa no migrante crise de identidade com múltiplas dimensões. O migrante constata que não pertence inteiramente à cultura do lugar para onde migra. Em vários aspectos o migrante é “diferente” das pessoas que ali estão e é também “igual” a elas. Por outro lado, quando retorna a seu lugar de origem, o migrante percebe que não é mais “igual” a quem vive ali, pois tem novos repertórios culturais que assimilou no lugar para onde migrou. Assim, a migração provoca no migrante profundos e angustiantes questionamentos: “Quem sou? A qual lugar pertenço? Que valores, princípios e repertório simbólico tenho verdadeiramente?” (SEIXAS, 2017, p. 1-2).

Diante dessa reflexão, faz-se ainda necessário entender o fenômeno da migração simbólica, ao tentar explicar a construção da identidade do indivíduo nesse movimento de escolha de repertórios culturais – e simbólicos – que de alguma maneira possa produzir sentido:

A concepção da migração pode e deve abranger a migração emocional, a espiritual, a idílica. O indivíduo ou grupo migra sempre que se depara com elementos de outro repertório simbólico cultural que não o seu, independentemente de esse encontro resultar ou em situação conflitiva (...) a migração simbólica consiste no processo pelo qual um sujeito seleciona elementos de um dado repertório simbólico cultural para compor um imaginário (uma representação) sobre si mesmo e sobre o outro numa situação de encontro real ou idealizado. A partir da concepção geral da migração simbólica é que se pode falar migração transfronteiriça, regional, interurbana, emocional, espiritual, etc., cada qual com suas especificidades (SEIXAS, 2017, p. 5).

A construção da minha identidade foi elaborada a partir das minhas experiências com “o outro” e com as diferentes culturas nas quais estive inserida. Nesse caminho eu pude perceber que o pertencimento nada tem a ver com o espaço onde se reside: senti-me à vontade em um jantar de celebração do meu aniversário a caminho do Saara e me senti completamente deslocada passando a mesma data sozinha em São Paulo.

Para esclarecer essa diferença, o geógrafo sino-americano, Yi-Fu Tuan, distingue espaço e lugar. Para Tuan (1983), a definição de lugar incide em uma apropriação afetiva: o sentimento transforma um espaço indiferente em um lugar. A partir do momento em que empregamos valor a um espaço e nos familiarizamos, ele passa a ser considerado um lugar: “O lugar é um mundo de significado organizado” (TUAN, 1983, p. 198).

Essa memória afetiva é marcante na compreensão de lugar para o autor: “Lugar é uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais (...) Sentir um lugar é registrar pelos nossos músculos e ossos” (TUAN, 1983, p. 203). Nesse mesmo sentido, Rodrigues (2015) pontua em consonância com a corrente humanista acerca da concepção de lugar nos estudos geográficos:

Também é preciso tempo para adquirir-se um sentido de lugar. Para Tuan, quanto mais tempo vive-se em um lugar, melhor, mais profunda e significativa será a experiência, pois o passado é um elemento fundamental na constituição do apego. Em várias passagens, o autor alerta para o fato de que a experiência constitui os lugares, e o faz em escalas diversas: lar como vivência primeira, cidade como centro de símbolos significantes, bem como os bairros, as regiões e o Estado-Nação. Todavia, à medida que a escala muda (saindo do lar para a Nação) o indivíduo perde, progressivamente, o relacionamento direto com o espaço, remetendo para uma compreensão mais fragmentada. Os autores humanistas despertaram, portanto, o interesse pelo lugar, nos estudos geográficos. Seguindo uma atitude fenomenológica, referem-se ao conceito como uma experiência vivida no espaço, considerando os fatores subjetivos do indivíduo vivenciados a partir de uma base material objetiva e da relação com outros sujeitos. Propõem uma visão intersubjetiva, explicitada por Buttner, como o diálogo entre indivíduo e o mundo vivido. O lugar é então, na corrente humanista, uma categoria central geradora de significados geográficos em constante relação com o espaço abstrato. A partir das ideias humanistas, surgem também críticas e novas interpretações sobre o conceito (RODRIGUES, 2015, p. 6).

Sob esse ponto de vista, a dimensão de lugar entendida por Milton Santos (1996) dialoga perfeitamente quando o autor expõe a perspectiva afetiva do lugar:

O mundo, todavia, é o nosso estranho. Entretanto se, pela sua essência, ele pode esconder-se, não pode fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares. No lugar, nosso próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores, e o eixo dos tempos internos, que é o eixo da coexistência, onde tudo se funde, enlaçado, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo (...). O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 1996, p. 321-322).

Além do exposto, a concepção afetiva do lugar onde se está inserido remete ao sentimento de pertencimento. Nessa lógica, as contribuições de Bauman (2005) acerca do pertencimento e da construção da identidade colaboram com esta pesquisa:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a ideia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começara a ter essa idéia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada (BAUMAN, 2005, p. 17-18).

Frente ao exposto, quando se trata de identidade, a imagem que remete ao entendimento pessoal desse conceito é formada por camadas fluidas e relacionadas entre si: a primeira – como se fosse a base, o alicerce da estrutura – foi composta a partir das memórias de minha infância e adolescência na minha cidade natal onde minha família pôde transmitir as suas crenças e valores. E a cada partida ou nova fase resulta em uma nova “demão”, construída – e reconstruída – através das minhas experiências em contato com diferentes povos, contextos e realidades.

A reflexão na qual eu pretendo avançar é a de que se na minha história e nessas andanças e mudanças em diferentes lugares, eu pude entender e compartilhar traços culturais resultantes das interações com as pessoas com as quais convivi nesses espaços, por que isso seria diferente das populações fronteiriças que interagem diariamente de maneira cultural, econômica, social, linguística, afetiva, etc., transformando a fronteira num espaço cultural simbólico?

Portanto, se esses diversos “outros” que habitam em lugares afastados por longas distâncias e, ainda assim, não são totalmente *estranhos* uns aos outros, acredito que entre vizinhos fronteiriços também não seriam. Desse modo, adoto nesta pesquisa o espaço de fronteira como uma **área de convergência econômica e cultural**, também denominada outrora neste trabalho **espaço cultural simbólico** entre brasileiros e paraguaios no século XIX. No mapa e seguir será demonstrado como a área é concebida geograficamente:

Figura 1 – Espaço cultural simbólico entre Brasil e Paraguai – século XIX

Fonte: Imagem elaborada pela autora através do Software ArcGIS®.

As cidades destacadas (Asunción e Concepción, no Paraguai, e Corumbá e Cuiabá, no Brasil) foram determinadas a partir das pesquisas a fontes primárias nos arquivos estaduais e nacionais dos países estudados. A área em azul é a representação do espaço cultural simbólico entre brasileiros e paraguaios durante o século XIX. Note-se que não por coincidência a área de convergência cultural acompanha o caminho fluvial de parte dos rios que compõem a bacia do Prata. Os rios representavam uma importante via de comunicação na região com o restante do país durante meados do século XIX, apresentando-se não raro como único acesso do transporte de mercadorias, convertendo os caminhos fluviais e seus arredores num fecundo ambiente de trocas comerciais, culturais, afetivas, enfim, simbólicas.

Dito isso, olharemos para as relações simbólicas entre brasileiros e paraguaios que interagem no espaço de fronteira, de onde podemos perceber que, ainda que haja no documento de identidade ou governos declarando que *o outro* é um estranho – ou até mesmo inimigo –, no dia a dia, esta pesquisa identificou fatos, práticas e estratégias de colaboração empregadas pelos atores abrangidos nas redes comerciais e culturais para assegurarem a continuidade de seus interesses mesmo diante de proibições governamentais que limitavam o

comércio entre brasileiros e paraguaios. Sob essa perspectiva, é relevante a observação de Hissa:

A vida não é um movimento desterritorializado. Entendido como espaço produzido pela sociedade, o território é obra coletiva e, em si mesmo, manifestação de poderes. “A construção do território, através de relações sociais, por si só, passa a significar o estabelecimento de fronteiras de natureza variada – entre pessoas e coisas” (HISSA, 2002, p. 40).

Diante do exposto, nesta pesquisa entende-se a identidade cultural como uma série de elementos compartilhados por seres humanos em um determinado lugar que transborda qualquer restrição geográfica, alfandegária ou jurisdicional. Esse lugar, nesta pesquisa, *espaço cultural simbólico*, é onde se vive, trazendo do cotidiano as relações humanas – comerciais, afetivas, culturais etc. –, que produzem sentido na construção de uma narrativa identitária (SEIXAS, 2017). Sobre o espaço simbólico cultural, Seixas (2017) esclarece esse desprendimento do geograficamente fixo para dar lugar ao simbólico:

Nessas circunstâncias, não se pode mais pensar a identidade apenas com base num lugar físico, geograficamente fixo e determinado. Devem também ser considerados os lugares virtuais e os simbólicos. Inúmeros encontros entre sujeitos e grupos que se comparam ocorrem no ambiente virtual, seja nas chamadas redes sociais ou noutros foros. Nesses lugares virtuais também ocorrem normalmente os fenômenos da alteridade e do mapeamento e contraste de semelhanças e diferenças entre indivíduos e grupos. Esses sujeitos criam para si mesmos e para os outros múltiplas identidades conforme seu oscilante interesse de pertencer ou não a certas comunidades. E, não menos importante, há o lugar simbólico em que se desenvolvem as relações de alteridade e de contraste de semelhanças e diferenças. O lugar simbólico talvez seja o mais penetrante de todos. Para estar num lugar simbólico sequer é preciso se deslocar no espaço ou dispor de instrumentos de entrada no lugar virtual. Basta a atitude mental do sujeito e sua vontade de atribuir significado à imagem (representação) do lugar em que efetivamente está ou gostaria de estar. É essa atribuição de significação específica que torna qualquer lugar – físico virtual ou imaginário – um lugar simbólico (ELIADE, 2001; 2002; CAMPBELL, 2007) (SEIXAS, 2017, p. 8).

Iremos considerar elementos simbólicos, históricos, socioeconômicos e culturais para a formação do nosso espaço fronteiro cultural. Consoante a Figura 1, apresentamos a seguir o mapa do espaço fronteiro cultural que contempla tais elementos:

Partindo dessa perspectiva, a noção da fronteira como espaço cultural simbólico resultante da confluência e interações econômicas e culturais das populações que convivem naquele espaço se encaixa nas premissas buscadas no trabalho. Entende-se que os fenômenos de trocas ocorridas no território de fronteira são produto do contato, do convívio diário entre os povos. Em face do exposto, emprega-se nesta pesquisa a ideia de *espaço cultural simbólico* para designar um espaço geográfico considerando os elementos históricos, culturais e comerciais que não se restringem a uma determinação de nacionalidade, mas sim de vínculos formados através das interações culturais das populações nos espaços fronteiriços.

A esse contexto, acrescentam-se que as condições geográficas e climáticas no espaço cultural simbólico colaboraram para que houvesse a identificação e o compartilhamento de práticas entre as populações que ali habitavam. Nesse sentido, um aspecto importante a destacar é a uniformidade geográfica da região fronteira entre Brasil e Paraguai. As condições socioambientais do trecho eram semelhantes. Em outras palavras, havia a identificação entre as comunidades que ali habitavam de que o local era entendido como um território único. Brasileiros, guaranis e paraguaios circulavam livremente naquelas terras e cultivavam erva-mate, trocavam mercadorias, conviviam no mesmo ambiente, independentemente do governo e o controle institucional de qualquer parte:

A Colônia Militar de Dourados, a mais importante das novas guarnições, foi construída no planalto arenítico basalto Campo Grande-Maracaju ou no nominado Campos de Vacaria, área disputada pelo Império e pela República do Paraguai, que engloba as bacias dos rios Brilhante, Vacaria e Dourados e que hoje abriga os municípios de Rio Brilhante, Sidrolândia, Maracaju, Dourados, Laguna Caarapã, Caarapó, Naviraí e Ponta Porã. Tem essa região uma peculiaridade: ela se estende Paraguai adentro numa faixa de 100 km com a mesma uniformidade ambiental, o que leva a imaginar que são **regiões irmãs**. A própria população nativa guarani, que ali habitava, era a mesma que ocupava o interior do norte do Paraguai; portanto, **tanto as condições ambientais como as humanas eram as mesmas**; havia uma **continuidade paisagística** como também uma grande disponibilidade nativa da erva-mate. Até meados do século XIX, o Estado brasileiro não tinha qualquer controle sobre essas áreas, as quais, aliás, eram freqüentadas todos os anos por levadas de paraguaios que vinham para extrair a erva nativa e prepará-la, enviando a produção para Assunção. Eles devassavam todo esse território na crença de que as terras pertencessem ao solo pátrio (ESSELIN, 2016, p. 8-9, destaque nosso).

O trecho apresenta um pequeno indício de que o espaço fronteiriço entre Brasil e Paraguai no século XIX não era visto pelas populações locais como um ambiente que separa, divide e distancia. No decorrer desta pesquisa diversos fenômenos serão analisados como indícios que apontam para a ideia de que a fronteira se transformou em um espaço econômico e cultural simbólico durante o período que antecede a Guerra do Paraguai até o final desta, tornando um ambiente de confluência, com alto grau de interações econômicas e culturais,

ocasionando a adoção de costumes semelhantes, como no compartilhamento do hábito de tomar tereré e/ou chimarrão, como também da influência resultante dessas interações, como a guarania – estilo musical de origem paraguaia– influenciando o rasqueado mato-grossense²¹. Nota-se então que, no cenário estudado, não é possível nem viável dissociar os fenômenos ocorridos entre as populações que ali habitavam de forma a separá-las simplesmente por terem nacionalidades diferentes.

Uma vez apresentados os conceitos relevantes a esta pesquisa, além dos debates acerca das concepções de fronteira sob várias abordagens acadêmicas e ainda designada a noção de espaço cultural simbólico como entendimento crucial para compreender os fenômenos econômicos e culturais ocorridos na fronteira entre Brasil e Paraguai durante o século XIX, avançamos para a próxima parte deste trabalho. Diante do exposto, torna-se oportuno discorrer nesse momento acerca dos conceitos de narrativa, cultura e identidade que contemplam o cenário teórico dos episódios que envolvem esta pesquisa.

---

²¹ Tem origem no siriri e na polca paraguaia. O nome do ritmo é referência ao rasqueado que as unhas fazem no instrumento de corda, uma forma tradicional de tocar instrumentos. Na sua essência, utiliza os mesmos instrumentos que o siriri: viola de cocho, mocho, adufe e ganzá, mas evoluiu para o uso de violões, percussão, sanfona e rabeca.

2 APROXIMAÇÕES DO CONTEXTO: SOBRE NARRATIVAS, CULTURA E IDENTIDADE CULTURAL

A ideia de cultura sugere uma ligação espiritual entre homens, mesmo separados por fronteiras político-geográficas. E esta ligação é inescapável; consciente ou inconsciente, põe o ser humano individual em contato com um universo social de valores. Assim, o homem acede à sua essência “enquanto membro da sociedade” (VELHO; VIVEIROS, 1978, p. 2).

Este capítulo se destinará a analisar o fenômeno objeto desta pesquisa sob uma perspectiva cultural. Tendo como pano de fundo o espaço cultural simbólico, nesta parte do trabalho será disposta a teorização do contexto a partir das noções de cultura e identidade. Aproximar-nos-emos do cenário estudado percorrendo sobre aspectos culturais, identitários e interculturais relacionados às trocas comerciais realizadas entre brasileiros e paraguaios no período que antecedeu a Guerra do Paraguai e durante o conflito.

Contudo, antes de entrarmos no contexto cultural, trabalharemos a importância da narrativa no âmbito desta pesquisa, em especial a narrativa histórica, abrindo espaço para novos relatos.

2.1 NARRATIVAS HISTÓRICAS, HISTÓRIA NOVA E CONTRANARRATIVAS HISTÓRICAS

Porque repensar os acontecimentos e as crises em função dos movimentos lentos e profundos da história, **interessar-se menos pelas individualidades de primeiro plano do que pelos homens e pelos grupos sociais** que constituem a grande maioria dos atores menos exibidos, porém mais efetivos, da história, **preferir a história das realidades concretas** – materiais e mentais – **da vida cotidiana** aos fatos que se apossam das manchetes efêmeras dos jornais, não é apenas obrigar o historiador – e seu leitor – a olhar para o sociólogo, o etnólogo, o economista, o psicólogo, etc., é também **metamorfosar a memória coletiva dos homens** e obrigar o conjunto de ciências e dos saberes a situar-se em outra duração, conforme **outra concepção do mundo e de sua evolução** (LE GOFF, 2001, p. 16, destaque nosso).

A função social trazida pela revelação do cotidiano, das memórias ocultas, dos silêncios e dos não ditos despertou o meu interesse pelo comportamento narrativo. A sensação de reabrir o passado toda vez que me deparo com documento original de séculos anteriores e vislumbrar ali um novo caminho a ser investigado aguça o meu imaginário como pesquisadora. Para tanto, investiguei as contribuições de alguns autores – como Le Goff e

Certeau – que traziam a perspectiva do cotidiano e de atores que não puderam falar para compor as narrativas que busco destacar.

O entendimento de Michel de Certeau (1982) contribui de maneira significativa para abirmos o debate sobre a narrativa histórica ao trabalhar essa particularidade de revelar *algo perdido*:

(...) tem uma função simbolizadora, permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe na linguagem um passado e abrindo um espaço próprio para o presente: marcar um passado é dar lugar à morte, mas também redistribuir o espaço das possibilidades, determinar negativamente aquilo que está por fazer e, conseqüentemente, utilizar a narratividade que enterra os mortos como meio de estabelecer um lugar para os vivos (DE CERTEAU, 1982, p. 107).

Nesse sentido, Cardoso (2000) traz uma abordagem interessante e que se insere perfeitamente no contexto deste trabalho, ao pensar na narrativa histórica como ferramenta para dar voz às construções esquecidas na História, atuando no ofício de preencher ausências e silêncios:

Pensar a especificidade da narrativa histórica cuja atenção está nos esquecimentos na história como construções *desaparecidas* é poder pensar também no trabalho de construção de *ausências*, dos silêncios, das lacunas, dos não-ditos, que possam ter se constituído e se constituir ainda em *cenas organizadoras* da história cuja *simbolização* pode tomar uma forma escrita (CARDOSO, 2000, p. 7, grifos do autor).

Fundamentando, ainda sob a perspectiva da mesma autora, entende-se a narrativa histórica como a possibilidade de dar lugar na memória às pessoas, figuras, atos que foram esquecidos, proporcionando até a construção de uma nova verdade ou verdades. Cardoso (2000) argumenta:

(...) esquecimento na história como ausências, construções desaparecidas, a serem configuradas por uma interpretação que é indissociável da forma escrita que toma, por uma narratividade que possa expressar a memorização das potencialidades recalcadas no passado, que não significaria propriamente dar vida às figuras apagadas, no sentido de reencontrar sua origem ou sua verdade primeira, mas que consistiria numa configuração atenta para o que poderia haver de inaudito na história, de não-dito, nos acontecimentos que foram objetos do esquecimento (CARDOSO, 2000, p. 8).

A contribuição de Le Goff (2001; 2003) é oportuna no que diz respeito à construção da narrativa histórica, ao propor uma história nova que olha para as *histórias silenciosas e*

esquecidas pelos homens, apresentando uma releitura dos vestígios da memória e que dialoga precisamente com os propósitos desta investigação:

a dignidade do estudo da vida material, proclama majoritária a história das massas e inverte os esquemas habituais, colocando “*prioritariamente*” essas massas em primeiro plano, abrindo primeiramente suas páginas “aos gestos repetidos, as histórias silenciosas e como que esquecidas dos homens, a realidade de longa duração, cujo peso foi imenso e o barulho apenas perceptível (LE GOFF, 2001, p. 184, grifos do autor).

Acerca das lembranças esquecidas, silêncios e não ditos, Pollak (1989) trabalha o limite entre o dizível e o indizível especialmente em circunstâncias de guerra e o modo como essas lembranças trazem ao presente uma reinterpretação do passado:

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta (...). A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva (...) Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado (...) O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e à reivindicação (POLLAK, 1989, p. 8-9).

Nesse ponto de vista, Pollak (1989) analisa a importância de trazer os testemunhos e memórias daqueles que foram ignorados em discursos convencionais – denominados por ele memórias subterrâneas –, trabalhando também em sua obra a interpretação da significação do silêncio sobre o passado:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial” (...) memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e com petição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989, p. 4).

A narrativa histórica traz consigo o envolvente ofício de vasculhar o passado e trazê-lo novamente ao debate, em um movimento de compreensão histórica, propondo para reflexão a ideia de que “Ao ressurgir no presente, o passado se mostra como sendo irremediavelmente

perdido enquanto passado, mas também transformado por este seu ressurgir: o passado é outro e, no entanto, semelhante a si mesmo” (GAGNEBIN, 1992, p. 47).

Acompanhando o ímpeto de rememorar o passado e buscar novas interpretações, a narrativa histórica traz a oportunidade, consciente ou não, de reforçar laços de pertencimento e modificar fronteiras entre coletividades, seja entre famílias, nações, regiões etc. Ademais, esse esforço possibilita considerar que as memórias coletivas são construídas, destruídas e reconstruídas em um processo contínuo que a cada novo movimento de abertura para investigar novas contradições entre imagens oficiais do passado e lembranças pessoais acabam por construir novas narrativas (POLLAK, 1989).

Em relação à proposição de novas narrativas, Le Goff (2001) aborda essa questão sob o ponto de vista dos fatos individuais, através do cotidiano que envolve *os grandes momentos históricos*:

(...) Desde há algum tempo, fala-se muito, e com razão, da necessidade de encerrar a história nos fatos, da necessidade de contar. Nada mais verdadeiro. No entanto, **há muitos mais fatos para contar, e fatos bem diferentes do que talvez sejamos tentados a acreditar num primeiro momento**: há fatos materiais, visíveis, como as batalhas, as guerras, os atos oficiais do governo; **há fatos morais, ocultos, que nem por isso são menos reais**; há fatos individuais, que têm nome próprio; há fatos gerais, sem nome, aos quais é impossível atribuir uma data precisa, que é impossível encerrar em limites rigorosos e que nem por isso deixam de ser fatos como os outros, fatos históricos que não se pode excluir da história sem mutilá-la (...) Peguem os fatos de que se compõem a história de um povo, que acostumamos a considerar como elementos da sua vida; peguem suas instituições, seu comércio, sua indústria, suas guerras, todos os detalhes de seu governo: quando queremos considerar esses fatos em seu conjunto, em sua ligação, quando queremos apreciá-los, julgá-los, o que perguntamos a eles? Perguntamos-lhes em que contribuíram para a civilização desse povo, que papel desempenharam nela, que importância tiveram, que influência exerceram? Qual é, pois, senhores, pergunto, qual é, si mesmo, esse fato tão grave, tão amplo, tão precioso, que parece o resumo, a expressão da vida inteira dos povos? (LE GOFF, 2001, p. 40, destaques do autor).

E para alcançar essa interpretação, o mesmo autor convoca a investigação dos mais variados elementos históricos para entender a narrativa histórica em toda sua completude, o que ele denomina *história total*, sendo essa uma atividade que quebra *a história pobre e solidificada*:

História econômica, demográfica, história das técnicas e dos costumes, não apenas história política, militar e diplomática. História dos homens, de todos os homens, não unicamente dos reis e dos grandes. História das estruturas, não apenas dos acontecimentos. História em movimento, história das evoluções e das transformações, não história estática, história quadro. História explicativa, não história puramente narrativa, descritiva – ou dogmática. História total, enfim... Esse é o programa da história nova (...) (LE GOFF, 2001, p. 38, destaque do autor).

Para além disso, a narrativa histórica opera na dimensão simbólica da escrita na história, uma vez que trabalha com acontecimentos do passado e que, em algum momento ou em grande parte dele, resulta na ação de imaginar como os episódios ocorreram. É buscar uma compreensão que só pode ser alcançada através da imaginação dessas construções esquecidas, trabalhando essencialmente na idealização de como teriam acontecido os episódios:

E isto porque esta perspectiva estando referida a acontecimentos inevitavelmente perdidos (esquecidos) quanto à sua origem primeira, a sua configuração narrativa, enquanto possibilidade de simbolização pela escrita da história, passaria necessariamente pela questão da imaginação, porque em alguma medida aqueles acontecimentos teriam que ser imaginados, posto que esquecidos (...) coloca a questão da relação entre a possibilidade de simbolização e a possibilidade de imaginação relativas a esse passado e nessa medida, portanto, da relação entre as dimensões simbólica e imaginária, (...) a narrativa histórica poderia ser aproximada de uma narrativa ficcional quando uma história-memória, cujo objeto é a memória histórica das sociedades (no sentido anteriormente construído), defronta-se com as construções desaparecidas que são também *desconhecidas* (CARDOSO, 2000, p. 9-10).

E, portanto, em meio a esse processo imaginativo, compete ao pesquisador a imaginação do fato, a criação de um caminho a ser trilhado para pesquisa e escolha – provisória – das fontes. Contudo, é importante destacar que essas escolhas não são feitas de maneira arbitrária, sem fundamento lógico ou isento do julgamento do pesquisador. Pelo contrário, a minha escolha para esta pesquisa e seleção dos acervos, atores a terem voz e documentos foi carregada de repertórios pessoais, acadêmicos, regionais etc. Nessa lógica, Le Goff expõe:

Não há realidade histórica acabada, que se entregaria por si própria ao historiador. Como todo homem da ciência, este, conforme a expressão de Marc Bloch, deve, “diante da imensa e confusa realidade”, fazer “a sua opção” – o que, evidentemente, não significa nem arbitrariedade, nem simples coleta, mas sim construção científica do documento cuja análise deve possibilitar a reconstituição ou a explicação do passado. (...) porque onde pegaríamos o fato em si, esse pretense átomo da história? O assassinato de Henrique IV por Raivallac, um fato? Se o analisarmos, se o decompusermos em seus elementos, uns materiais, outros espirituais, resultado combinado de leis gerais, de circunstâncias particulares de tempo e lugar, enfim, de circunstâncias próprias a cada indivíduo, conhecidos ou ignorados, que representam um papel na tragédia, quão rápido veremos dividir-se, decompor-se, dissociar-se um complexo emaranhado... Algo dado? Não, algo criado pelo historiador, quantas vezes? Algo inventado e construído, com ajuda de hipóteses e conjecturas, por um trabalho delicado e apaixonante (LE GOFF, 2001, p. 32).

No início da minha investigação, o vislumbre da *fonte ideal* a buscar assentava-se no arcabouço das fontes oficiais: mergulhei nas comunicações reais, nos relatórios dos negócios estrangeiros, examinei por muitos meses os mais eruditos documentos. Passados sete meses,

enfim constatei que as vozes que eu buscava não seriam encontradas naqueles documentos oficiais. Recorri então aos acervos familiares, aos documentos que retratavam o cotidiano dos habitantes do espaço econômico e cultural em que se concentra esta dissertação:

A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa **multiplicidade de documentos**: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. **Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme**, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, **uma ferramenta, um ex-voto são, para história nova, documentos de primeira ordem** (LE GOFF, 2001, p. 28).

Por fim, a minha concepção de narrativa incide em sua vertente histórica de modo a investigar novos episódios e recompor os relatos de uma sociedade, buscando nos comportamentos dos atores e nos não ditos, formados a partir de memórias individuais e coletivas, outra concepção da realidade vivida por brasileiros e paraguaios em um espaço econômico e cultural fronteiriço. Adiante, nos debruçaremos sobre os aspectos conceituais a respeito de Cultura e traremos situações ocorridas no espaço-tempo estudado.

2.2 SOBRE CULTURA

A outra, em que a arqueologia, etnologia e história se unem, é a “história da cultura material”, definida por Jean-Marie Pesez, um dos primeiros a deslocar o trabalho do arqueólogo historiador dos lugares célebres para os lugares cotidianos, da cidade e do palácio para a aldeia e a casa, do objeto de arte para a ferramenta e o objeto comum (LE GOFF, 2001, p. 20).

Ao colocar em foco o sentido de cultura envolvendo as trocas comerciais, trazemos à tona as noções de interculturalidade, hibridismo cultural e a formação de uma – ou várias – identidade(s) cultural(is) para um povo. Nesse sentido, com o objetivo de compreender os significados utilizados neste trabalho, desdobraremos os conceitos mencionados acima.

Segundo Laraia (2013), o primeiro conceito de cultura sob a perspectiva antropológica foi cunhado por Edward Taylor, na obra *Primitive Culture*, na qual o autor apontou que a cultura pode ser objeto de um estudo sistemático, uma vez que se trata de um fenômeno natural, possuindo dessa maneira causas e regularidades.

Nesse sentido, Kluckhohn (1983), ao ser mencionado por Guerrero Arias (2002), aponta um conjunto de possibilidades para a definição do conceito de cultura:

(...) “o modo total da vida de um povo”, “o legado social que um indivíduo adquire de seu grupo”, “uma forma de pensar, sentir, crer”, “uma abstração da conduta”, “um depósito de saber armazenado”, “uma série de orientações padronizadas frente a problemas reiterados”, “uma conduta aprendida e compartilhada”, “um mecanismo de regulação de conduta”, “um mecanismo adaptativo frente ao ambiente exterior ou nas relações sociais” etc. (KLUCKHOHN, 1983 apud GUERRERO ARIAS, 2002, p. 45).

Na interpretação de Guerrero Arias, o conceito de cultura pode ser incorporado a categorias-chave para facilitar a compreensão. O autor em questão aponta os seguintes grupos:

(...) “totalidade”, “sistema”, “processo histórico”, “práxis humana”, “práxis política”, “construção dialética”, “diversidade”, “diferença”, “especificidade”, “variabilidade”, “adaptabilidade”, “relatividade cultural”, “identidade”, “alteridade”, “negociação”, “cotidianidade”, “respeito crítico ao alheio” etc. (GUERRERO ARIAS, 2002, p. 45).

Adiante nos desdobramentos do conceito de cultura, Velho e Viveiros (1978) apresentam a concepção da palavra sob uma perspectiva simbólica e destacam a importância do significado de um símbolo para cada grupo:

A noção de cultura como sistema simbólico aponta, ademais, para a natureza social do comportamento: estes símbolos são decodificados a partir de um código: comum a um grupo. Desta forma, um dos métodos de identificação das fronteiras de uma cultura particular é o exame da capacidade ou não de um dado símbolo ser decodificado identicamente por dois grupos (VELHO; VIVEIROS, 1978, p. 7).

Ainda sobre a abordagem simbólica da cultura, Larrain (2003) trabalha a influência de tendências antropológicas e linguísticas para a formação desse entendimento. O autor destaca também a relação entre cultura e identidade – conceito que será trabalhado cuidadosamente a seguir – e como a interação simbólica é crucial para a construção da identidade:

(...) se empezó a constituir una concepción simbólica de cultura que destaca el uso de símbolos como un rasgo distintivo de la vida humana: los seres humanos crean e intercambian expresiones significativas (es decir, con sentido) no sólo mediante el lenguaje sino también a través de objetos materiales, obras de arte y acciones a los que dotan de sentido. En esta perspectiva simbólica, la cultura vendría a ser el patrón de significados incorporados en formas simbólicas, incluyendo allí expresiones lingüísticas, acciones y objetos significativos, a través de los cuales los individuos se comunican y comparten experiencias. Esta concepción simbólica de la cultura, al hacer del análisis cultural un estudio de la producción, transmisión y recepción de formas simbólicas dentro de ciertos contextos socio-históricos, es especialmente adecuada para entender las relaciones existentes entre cultura e identidad, porque la

identidad sólo puede construirse en la interacción simbólica con los otros (LARRAIN, 2003, p. 31).²²

Outra vertente importante a ser trabalhada é a apresentada pelo antropólogo Franz Boas, que inaugura o conceito relativista de cultura. Na perspectiva de Boas, a individualidade é colocada em destaque, de modo que o autor não trabalha a dimensão do conceito no formato singular, mas sim a partir de “culturas”. Dessa maneira, ao alterar o eixo semântico, Boas enfatiza a particularidade histórica de cada cultura, analisando toda a formação e evolução de cada uma delas. Na lógica do autor,

em um lugar de uma simples linha de evolução, aparece uma multiplicidade de linhas (convergentes e divergentes) difíceis de serem unidas num sistema. Em vez de uniformidade, a característica notável passa a ser diversidade (BOAS, 2004, p. 54).

Nesse sentido, Boas (2004) entende a cultura como “uma estrutura relativa pluralista, holística, integrada e historicamente condicionada para o estudo da determinação do comportamento humano” (BOAS, 2004, p. 36). A partir desse ponto de vista, considera todo fenômeno cultural como resultado de acontecimentos históricos, respeitando que todos os povos produzem sentido a partir das suas experiências coletivas, considerando, portanto, todas as experiências humanas como culturais (BOAS, 1947).

Outra concepção pertinente a este trabalho é a noção de cultura apresentada por Eagleton. Esse autor trabalha a evolução da concepção de cultura, iniciando a análise a partir da origem do conceito, e apresenta todo o desenvolvimento, com novas significações atribuídas à palavra no decorrer do tempo:

A palavra cultura mapeia em seu desdobramento semântico a mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana. Mas essa mudança semântica é paradoxal: são os habitantes urbanos que são “cultos” e aqueles que vivem realmente lavrando o solo não o são (EAGLETON, 2005, p. 10).

---

²² Tradução livre: (...) começou a constituir uma concepção simbólica de cultura que destaca o uso de símbolos como uma característica distintiva da vida humana: os seres humanos criam e trocam expressões significativas (ou seja, com significado) não apenas através da linguagem, mas também através de objetos materiais, obras de arte e ações às quais eles dão sentido. Nesta perspectiva simbólica, a cultura se tornaria o padrão de significados incorporados em formas simbólicas, incluindo expressões linguísticas, ações e objetos significativos, através dos quais os indivíduos se comunicam e compartilham experiências. Essa concepção simbólica de cultura, ao fazer da análise cultural um estudo da produção, transmissão e recepção de formas simbólicas dentro de certos contextos socio-históricos, é especialmente adequada para compreender as relações existentes entre cultura e identidade, porque a identidade só poderia ser construída sobre a interação simbólica com os outros.

A interpretação de Eagleton de cultura sustenta-se na ideia de construção, originada a partir das experiências trocadas com o mundo ou na própria sociedade em que está inserido. Nesse sentido, a colaboração de Guerrero Arias dialoga em parte com esse entendimento, ao afirmar que “a cultura constitui um ato supremo de alteridade que torna possível o encontro dialogal dos seres humanos para ir estruturando um sentido coletivo de seu ser e estar no mundo e na vida” (GUERRERO ARIAS, 2002, p. 51).

Retornando às contribuições de Eagleton na temática abordada, o autor defende que “a cultura, de outro ponto de vista, é o conhecimento implícito do mundo pelo qual as pessoas negociam maneiras apropriadas de agir em contextos específicos” (EAGLETON, 2005, p. 55). Ao contextualizar a definição acadêmica para o cotidiano, podemos citar a situação dos dutos subterrâneos na Faixa de Gaza – precisamente na cidade de Rafah – utilizados para o transporte clandestino de alimentos, combustíveis e outros itens. Frente à situação conflituosa existente na Faixa de Gaza e a proibição de trocas entre Israel e Palestina, civis passaram a negociar diversos bens e transportá-los através desses túneis que atravessam essa fronteira.

Ao compreender a cultura como um modo de vida, Eagleton coincide nesse ponto com o sociólogo jamaicano Stuart Hall, que, na perspectiva do autor:

Propõe uma concepção de cultura igualmente generosa, como as “práticas vividas” ou ideologias práticas que capacitam uma sociedade, grupo ou classe a experimentar, definir, interpretar e dar sentido as suas condições de existências (EAGLETON, 2005, p. 55).

Com base nesses aspectos, Eagleton defende a ideia de que a cultura pode ser entendida como o compartilhamento de valores, práticas, costumes que formam uma imagem coletiva daquele grupo: “a cultura pode ser resumida como o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico” (EAGLETON, 2005, p. 54), e acrescenta que as pessoas que estão inseridas ao mesmo local, profissão ou geração passam a constituir a mesma cultura a partir do momento em que “começam a compartilhar modos de falar, saber comum, modos de proceder, sistemas de valor, uma auto-imagem coletiva” (EAGLETON, 2005, p. 55).

Tal visão de cultura como um conjunto de práticas, valores e crenças compartilhadas indica um diálogo entre Eagleton e Guerrero Arias, uma vez que este considera que “a cultura faz referência à totalidade de práticas, a toda a produção simbólica e material, resultante da práxis realizada pelo ser humano em sociedade dentro de um processo histórico determinado” (GUERRERO ARIAS, 2002, p. 35).

Para este estudo que se passa em um contexto de fronteira, é fundamental apresentar os conceitos mencionados acima, uma vez que o espaço cultural simbólico corresponde a um cenário de multiplicidade cultural, repleto de práticas culturais dos atores que ali habitam, transitam e convivem.

Para nos aproximar do ambiente do nosso espaço cultural simbólico, nos conduzimos à fronteira geográfica entre Brasil e Paraguai, trecho que atualmente corresponde às cidades de Porto Murtinho –BRA/Puerto Carmelo Peralta – PAY e Ponta Porã – BRA/Pedro Juan Cabalero – PAY. Contudo, como mostrado nas Figuras 1 e 2, a área do espaço cultural simbólico nesta pesquisa correspondia à área entre as cidades Asunción e Concepción, no Paraguai, e Corumbá e Cuiabá, no Brasil, na província do Mato Grosso no século XIX. Pensar em cultura numa área tão particular como a que é examinada nesta dissertação aponta imediatamente para as múltiplas experiências de diversidade compartilhadas naquele espaço. Práticas, hábitos, costumes, modos de vida distintos – ou não –, que foram negociados diariamente entre as populações como forma de garantir a satisfação de seus respectivos interesses. Contextos que se modificam a partir de novos episódios, podem resultar na produção de novas práticas que podem alterar a maneira pela qual os habitantes entendem o significado de fronteira, sobrepondo-se inclusive às definições geopolíticas.

Sob esse ponto de vista é importante destacar que cada cultura tem formas distintas de classificar o mundo: práticas que são tomadas como inconcebíveis por um povo podem ser consideradas naturalmente aceitáveis por outro. A permanente construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia são os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados (WOODWARD, 2009, p. 41).

A expressão desses significados pode ser notada em práticas cotidianas, ritos, manifestações culturais, entre outras formas. Através da memória coletiva de um grupo é que são desenvolvidas as manifestações culturais e simbólicas, representando as práticas genuínas de identificação de um grupo. Sobre esse universo simbólico e imaginário, Guerrero Arias aborda:

(...) ao aspecto ideal, mental da cultura, ao dos imaginários, da racionalidade, as cosmovisões e as “mentalidades”, que tornam possível a criação de um *ethos*, de um sistema de valores, ideias, crenças, sentimentos, sentidos, significados e significações (GUERRERO ARIAS, 2002, p. 79-80).

Diante do exposto, torna-se necessário para complementar o entendimento de cultura apresentar o conceito de identidade sob diversas perspectivas. A noção de identidade em um

espaço cultural simbólico nos remete a um ambiente fluido, miscigenado e de constante negociação entre o “ser” e o “outro”.

2.3 SOBRE IDENTIDADE CULTURAL

A essência fluida do espaço cultural simbólico torna indispensável o debate sobre identidades neste trabalho. Pensar a formação da identidade como um processo simbólico construído pelo indivíduo numa reflexão sobre si mesmo e em relação ao outro se torna ainda mais intenso quando se transporta para o espaço cultural simbólico da fronteira do qual tratamos neste trabalho, onde as interações entre diferentes grupos são acentuadas e as diferenças e semelhanças devem ser negociadas para garantir a convivência entre eles.

Nesse sentido, Seixas (2017) traz critérios para a avaliação de elementos do repertório simbólico cultural para a (re)construção das identidades individuais e coletivas:

a construção ou reconstrução das identidades individuais e coletivas exigem constante análise a respeito de quais elementos do repertório simbólico cultural são ou não compartilhados entre tais indivíduos e coletividades. Essa análise é baseada em seis critérios cumulativos, a saber: a) relação de alteridade entre os sujeitos; b) mapeamento de semelhanças e diferenças culturais entre os sujeitos; c) lugar de encontro entre os sujeitos; d) momento do encontro entre os sujeitos; e) significação do encontro entre os sujeitos; e f) transcendência do conflito para assegurar a reprodução individual e social (SEIXAS, 2017, p. 6).

Larrain (2003) traz ao debate a relação entre cultura e identidade e discorre sobre esta como um processo de construção de uma narrativa sobre si mesmo e suas interações com o “outro”:

La identidad, por lo tanto, es la capacidad de considerarse a uno mismo como objeto y en ese proceso ir construyendo una narrativa sobre sí mismo. Pero esta capacidad sólo se adquiere en un proceso de relaciones sociales mediadas por los símbolos. La identidad es un proyecto simbólico que el individuo va construyendo. Los materiales simbólicos con los cuales se construye ese proyecto son adquiridos en la interacción con otros. (...) La relación entre cultura e identidad es entonces muy estrecha en cuanto ambas son construcciones simbólicas, pero no son la misma cosa. Mientras, la cultura es una estructura de significados incorporados en formas simbólicas a través de los cuales los individuos se comunican, la identidad es un discurso o narrativa sobre sí mismo construido en la interacción con otros mediante ese patrón de significados culturales (LARRAIN, 2003, p. 32)²³.

---

²³ Tradução livre: A identidade é, portanto, a capacidade de se considerar um objeto e, nesse processo, construir uma narrativa sobre si mesmo. Mas essa capacidade só é adquirida em um processo de relações sociais mediado por símbolos. A identidade é um projeto simbólico que o indivíduo está construindo. Os materiais simbólicos com os quais esse projeto é construído são adquiridos em interação com os outros. (...) A relação entre cultura e identidade é então muito próxima, pois ambas são construções simbólicas, mas não é a mesma coisa. Enquanto isso, a cultura é uma estrutura de significados incorporados em formas simbólicas através das quais os indivíduos se comunicam, a identidade é um discurso ou uma narrativa sobre si construída em interação com os outros mediante o padrão de significados culturais.

Stuart Hall apresenta uma percepção oportuna sobre a identidade. De acordo com o autor, as identidades são formadas a partir das diferenças do que se é em relação ao “outro” e como a definição de si mesmo se forma no momento em que se entende o que “você não é”:

Acima de tudo, e de forma diretamente contrária àquela pela qual elas são constantemente invocadas, as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado “positivo” de qualquer termo – e assim, sua “identidade” – pode ser construído [...] A unidade, a homogeneidade interna, que o termo “identidade” assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta” (HALL, 2009, p. 110).

Sobre essas diferenças e sobre se identificar naquilo que lhe falta, Silva (2009) entende a identidade como criações sociais e culturais que reproduzem o contexto em que se está inserido:

A identidade e a diferença têm de ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (SILVA, 2009, p. 76).

Diante do exposto, entende-se que o contexto cultural em que se está inserido é decisivo na formação e transformação da própria noção de identidade. Em função disso, o espaço econômico e cultural estudado torna-se ainda mais interessante quando se pensa na(s) identidade(s) que se manifesta(m) dentre as populações que nele habitam. Paraguaio e brasileiros se apropriam e reinterpretam significados e símbolos das duas culturas, negociando práticas e discursos da vida cotidiana para garantir a convivência.

Nessa mesma lógica, Hall colabora com esta pesquisa ao trazer a ideia da identidade como uma celebração móvel:

identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente (HALL, 2006, p. 12-13).

Corroborando esse ponto de vista, Bauman (2005) aborda o caráter fluido da identidade e do sentimento de pertencimento. Segundo o autor, a identidade não se mantém estática por toda a vida, de maneira que pode ser negociada e transformada no decorrer do caminho:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha. Não são garantidas para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis. E de que as decisões que o próprio indivíduo toma o caminho que percorre, a maneira como age – a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento quanto para a identidade” (BAUMAN, 2005, p. 17).

Ao dar continuidade ao debate sobre a identidade, Larrain (2003) menciona diversos aspectos culturais que podem ser fundamentais na construção da identidade. Além disso, o autor defende que a construção da identidade passa por um processo cultural, material e social:

la construcción de identidad es así un proceso al mismo tiempo cultural, material y social. Cultural, porque los individuos se definen a sí mismos en términos de ciertas categorías compartidas, cuyo significado está culturalmente definido, tales como religión, género, clase, profesión, etnia, sexualidad, nacionalidad que contribuyen a especificar al sujeto y su sentido de identidad. Estas categorías pondríamos llamarlas identidades culturales o colectivas. Es material en cuanto los seres humanos proyectan simbólicamente su sí mismo, sus propias cualidades en cosas materiales, partiendo por su propio cuerpo; se ven a sí mismo en ellas y las ven de acuerdo con su propia imagen. Es también un proceso social, porque la identidad implica una referencia a los “otros” en dos sentidos. Primero, los otros son aquellos cuyas opiniones acerca de nosotros internalizamos, cuyas expectativas se transforman en nuestras propias auto expectativas (LARRAIN, 2003, p. 32)²⁴.

Em relação à construção identitária, Guerrero Arias (2002) afirma que se trata de um processo dialético, uma vez que existe a necessidade de reflexão sobre nós mesmos – tal processo é denominado por Guerrero Arias *mesmidade*. O autor versa também sobre o desafio de superar essa reflexão íntima e extravasar para a alteridade, defendendo a ideia de que ao dialogarmos com o “outro” é que nos reconhecemos e reafirmamos a nossa existência.

Ainda sob o entendimento do autor, a construção da identidade pode ser elaborada através da seleção de certos traços ou características que formam parte desse “ser”. Conclui-se então que a construção da identidade é um processo intersubjetivo de reconhecimento mútuo. É olhar para si e entender seu modo de vida e seus costumes, comparando-os com os valores e modo de vida do “outro”. Em outras palavras, a distinção entre essas peculiaridades é o que

---

²⁴ Tradução livre: a construção da identidade é, assim, um processo ao mesmo tempo cultural, material e social. Cultural, porque os indivíduos se definem em termos de certas categorias compartilhadas, cujo significado é culturalmente definido, como religião, gênero, classe, profissão, etnia, sexualidade, nacionalidade que contribuem para especificar o sujeito e seu senso de identidade. Essas categorias, nós poderíamos chamar de identidades culturais ou coletivas. É material porque os seres humanos simbolicamente projetam a si mesmos, suas próprias qualidades em coisas materiais, a partir de seu próprio corpo; eles se veem neles e os veem de acordo com sua própria imagem. É também um processo social, porque a identidade implica uma referência aos “outros” em dois sentidos. Primeiro, os outros são aqueles cujas opiniões sobre nós internalizamos, cujas expectativas são transformadas em nossas próprias expectativas.

nos permite dizer se “somos parte disto ou daquilo”, formando assim a sensação de pertencimento.

Deste modo, a pertença se constrói por meio de uma representação que reflete as características que um grupo toma como próprias. A cultura evidencia o que esse grupo é. A identidade nos permite dizer, falar, construir um discurso sobre o que pensamos que somos (GUERRERO ARIAS, 2002, p. 103-104). As noções de identidade e pertencimento são ligeiramente distintas. A concepção de pertencimento decompõe-se em duas vertentes: a do direito e a da identificação. A primeira fundamenta-se no direito de pertencer a um lugar, ao passo que a segunda diz respeito ao fato de se sentir bem e confortável a ponto de se dizer que pertence a esse lugar.

Adiante na discussão sobre a identidade, voltamos à característica mutável desse conceito. Se por um lado, em um determinado contexto, práticas e costumes fazem sentido na sociedade em que se está inserido, por outro lado, em um momento diferente esses mesmos costumes podem simplesmente perder o significado e aceitação dentro daquela mesma comunidade. Para exemplificar tal situação, citamos a configuração do adultério como crime no Código Penal brasileiro. Diante das mudanças ocorridas na sociedade brasileira no período, entendeu-se que o adultério perdeu a configuração de um dano social e, portanto, o artigo do Código Penal que tratava dessa questão foi revogado.

Retornando ao debate, Larrain (2003) trata sobre essa relação do indivíduo com a sociedade e o caráter mutável da identidade:

Esto es así porque las personas no pueden ser consideradas como entidades aisladas y opuestas a un mundo social concebido como una realidad externa. Los individuos se definen por sus relaciones sociales y la sociedad se reproduce y cambia a través de acciones individuales (...) las identidades colectivas no deben ser hipostasiadas como se tuvieran una existencia independiente y pertenecieran a un individuo colectivo absolutamente integrado(LARRAIN, 2003, p. 36)²⁵.

Tal reflexão nos remete ao exercício de imaginar as contradições e afinidades em constante evidência num espaço cultural simbólico, e nos permite compreender a inconstância do pertencimento em uma região de duplas, triplas confluências. A depender do contexto, o habitante daquele ambiente ora se identifica com os trejeitos do lado brasileiro, ora do lado

---

²⁵ Tradução livre: Isto é assim porque as pessoas não podem ser consideradas como entidades isoladas e opostas a um mundo social concebido como uma realidade externa. Os indivíduos são definidos por suas relações sociais e a sociedade é reproduzida e alterada por meio de ações individuais (...) as identidades coletivas não devem ser hipostatizadas, pois era uma existência independente e pertencem a um indivíduo coletivo totalmente integrado.

paraguaio, ora dos guaranis, enfim, a sua própria noção de identidade pode variar em cada momento histórico.

Para corroborar esse entendimento, Larrain (2003) prossegue com a abordagem sobre o caráter dialético e mutável das identidades:

las identidades culturales no son estáticas. La clase social, la nacionalidad y la sexualidad casi no tenían presencia antes de que llegara la modernidad y por lo tanto no contaban en la construcción de identidades personales. Hoy día hay signos de que la clase social y la nacionalidad han empezado a declinar con la llegada de la modernidad tardía mientras las identidades de género sexuales y étnicas se expanden. Por lo tanto, las identidades colectivas comienzan históricamente, se desarrollan y pueden declinar o desaparecer (LARRAIN, 2003, p. 38)²⁶.

Posto isso, o entendimento adotado no trabalho incide na ideia de que a identidade cultural possui um caráter não permanente, encontrando-se sempre em um processo constante de construção e reconstrução a partir das experiências coletivas do indivíduo com o contexto social em que vive:

Por una parte piensa la identidad cultural como algo que está en permanente construcción y reconstrucción dentro de nuevos contextos y situaciones históricas, como algo de lo cual nunca puede afirmarse que está finalmente resuelto o constituido definitivamente como un conjunto fijo de cualidades, valores, y experiencias comunes. Por otra parte, no concibe la construcción de la identidad únicamente como un proceso discursivo público, sino que también considera las prácticas y significados sedimentados en la vida diaria de las personas (LARRAIN, 2003, p. 40-41)²⁷.

Em face do exposto, trazemos esse debate para o cenário estudado. Ao pensar na guerra e nos deslocamentos que ela impõe, vem a constatação de que, por uma maneira quase inevitável, a convivência entre os oponentes acontecerá em algum momento. As invasões territoriais, os confrontos diretos e enfrentamentos implicam o contato entre os dois lados. Findado o conflito, a herança deixada pelas batalhas produz “memórias incompletas do trauma, as imagens esparsas da destruição e os fiapos narrativos e poéticos de uma

---

²⁶ Tradução livre: identidades culturais não são estáticas. Classe social, nacionalidade e sexualidade quase não tinham presença antes da chegada da modernidade e, portanto, não contavam na construção de identidades pessoais. Hoje, há sinais de que a classe social e a nacionalidade começaram a declinar com a chegada da modernidade tardia, à medida que as identidades sexuais e étnicas de gênero se expandem. Portanto, as identidades coletivas começam historicamente, são quebradas e podem declinar ou desaparecer.

²⁷ Tradução livre: Por um lado, pensa na identidade cultural como algo que está em permanente construção e reconstrução dentro de novos contextos e situações históricas, como algo que nunca pode ser dito como sendo finalmente resolvido ou definitivamente constituído como um conjunto fixo de qualidades, valores e experiências comuns. Por outro lado, ele não concebe a construção da identidade apenas como um processo discursivo público, mas também considera as práticas e significados sedimentados no cotidiano das pessoas.

coletividade temporária, que se uniu em torno da luta e se desfez depois dela” (BITTENCOURT, 2016, p. 2).

Ao aproximar essas percepções da Guerra do Paraguai, encontramos o episódio da fuga para o Morro Azul, que fica situado às margens do rio Aquidauana. Esse acontecimento é narrado por Aglay Nantes na obra *Morro Azul: estórias pantaneiras*, que aborda a invasão dos vilarejos ao sul da antiga província do Mato Grosso por tropas paraguaias na ocasião do conflito da Tríplice Aliança, seguido da fuga das famílias residentes nessas terras para a região do Morro Azul.

Questão fundamental a ser mencionada é o fato de que o território fronteiriço em questão, nosso espaço cultural simbólico, já se tratava de uma zona de confluência entre diversos povos: brasileiros, indígenas e paraguaios:

(...) durante a estadia no morro acentuaram-se os contatos com outras culturas que já existiam antes da invasão das tropas, principalmente, a paraguaia e a indígena. Entretanto, há uma inversão: antes, os fazendeiros exploravam a mão de obra barata dos indígenas e dos paraguaios – com a guerra, eles sentiam-se acudados pelas tropas paraguaias e pelos indígenas que habitavam o entorno do Morro Azul (LIMA; LIMA, 2014, p. 91).

Desse modo, essa situação trouxe a reflexão de como a convivência entre as diferentes culturas fez surgir, naquela região, a formação/transformação da noção de identidade e pertencimento para o povo que passou a residir nas redondezas do Morro Azul. Conceito que já foi trabalhado acima, contudo, merece nova menção nesse contexto, uma vez que aponta para ideia da construção da identidade na interação do ser com o grupo que está em convívio:

A identificação é, pois, um processo de articulação, uma saturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao “jogo” da *différance*. Ela obedece à lógica do mais-que-um. A identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para “consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui (HALL, 2009, p. 106).

Além da consideração a respeito da identidade, essa situação conduz para a análise do espaço cultural simbólico, onde há o contato entre diversas culturas: o entrelugar:

Nos encontros culturais efetuados na zona de contato – espaço intersticial/entrelugar/entremeio – em que duas ou mais culturas se chocam, há uma relativização de verdades e valores, pois os conquistadores disseminam sobre a comunidade a ser explorada um sentimento de superioridade, buscando invalidar e enfraquecer o que pertence ao outro e, desta forma, mais facilmente conquistar. Porém, ironicamente, o

“eu” só tem plena existência em diálogo e em relação ao “outro” (BARZZOTO, 2010, p. 31).

Abordando ainda a noção de entrelugar, Homi Bhabha (1998) trabalha a transformação de signos identitários em espaços culturais simbólicos que podem acarretar a reformulação da própria ideia do “ser” naquela sociedade:

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade (BHABHA, 1998, p. 20).

A concepção de entrelugar transforma a fronteira em espaço cultural simbólico, uma vez que é neste ambiente que conflitos e aproximações resultantes das interações culturais florescem. Sob a perspectiva do mesmo autor, pensar no espaço cultural simbólico remete à imagem de futuro ainda que no tempo presente:

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do *continuum* de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver (BHABHA, 1998, p. 27).

Após esta breve passagem explicativa, retornamos à análise do fenômeno ocorrido no Morro Azul. Foi constatado que nesse momento de dispersão por efeito da guerra, o contato entre brasileiros, indígenas e paraguaios resultou num processo de identificação entre distintas culturas. As trocas culturais foram intensas e os saberes indígenas foram compartilhados em benefício de toda a comunidade. Nantes (2010) ilustra como ocorreu esse episódio, ressaltando a sabedoria dos povos originários:

As crianças, armando arapucas (...). Nas lagoas pegavam traíras, que já levavam limpas para casa. (...) Os bugres pescavam, à sua moda, os peixes maiores, como pintado, o pacu, o dourado e o jaú. Com eles os fugitivos aprenderam a escapar dos ferrões dos bagres e das arraias (...) além da colheita de frutas e mel e, quando alimentos básicos, remédios e até mesmo o sal acabavam, estes foram substituídos pelo mel, utilizado como tempero. Ervas medicinais foram utilizadas na prevenção e na medicação, pois foi por esse tempo que apareceu sarampo nas crianças (NANTES, 2010, p. 50-51).

O intenso intercâmbio entre os diferentes povos que à altura residiam no mesmo espaço, no Morro Azul, deu origem a novas manifestações culturais marcadas pelo hibridismo entre paraguaios, brasileiros e indígenas. Esse sincretismo pode ser percebido no episódio narrado por Nantes (2010):

Ana Gertrudes olhou-se no espelho e ajeitou as tranças negras que emolduravam o rosto bonito. Benzeu-se na frente ao pequeno oratório onde guardava a imagem de Nossa Senhora da Conceição [...]. Era a santa de sua devoção e Ana Gertrudes não dormia sem invocá-la (NANTES, 2010, p. 27).

De acordo com depoimentos transcritos pela autora na obra, a imagem da santa mencionada no trecho acima era originária da Espanha: “o padre lhe dissera que a imagem viera da Espanha. Sua santa era linda! Iria protegê-la. Não podia deixá-la.” (NANTES, 2010, p. 28). Através das narrativas mencionadas pela autora, pode-se perceber a presença de signos de diversas culturas nesses relatos.

Outro caso narrado por Nantes (2010), reforçando a ideia de hibridismo cultural no Morro Azul, é o relato de uma senhora chamada de Nhá Gervásia. Segundo a autora, Nhá Gervásia nasceu em Asunción e mudou para a região quando jovem, contudo, ainda carregava consigo elementos da cultura paraguaia, compartilhando-os com vizinhos e incorporando novos traços da cultura indígena:

Nhá Gervásia, a paraguaia que vendia chipa na vila, não acreditava nos horrores que contavam de seus patrícios. Ela viera ainda moça de Assunção, se lembrava com saudade dos rapazes guapos e gentis que conhecera. [...] Ela ficaria. Receberia seus patrícios com uma saudação *em guarani* e umas chipas quentes recém-tiradas do forno de barro. [...] Pensando assim, Nhá Gervásia pôs fogo no forminho do quintal, quebrou os ovos no polvilho e no queijo ralado (NANTES, 2010, p. 45, grifo nosso).

Por fim, ante o exposto, partimos para a exploração dos aspectos econômicos, contudo, torna-se impensável dissociá-los dos fatores culturais, uma vez que eles dialogam constantemente entre si no decorrer desta pesquisa. Seguramente, num dado momento, um ou outro terá certo protagonismo, contudo, a análise deve ser feita de maneira ampla e holística. Afinado a esse entendimento, Le Goff (2001) pontua:

Depois, o desejo de afirmar duas direções inovadoras, expressas pelos dois epítetos do título da revista: história “econômica” e “social”. Com o econômico, tratava-se de promover um domínio quase que abandonado completamente pela história tradicional, em que ingleses e alemães haviam passado à frente dos franceses e cuja importância na vida das nações e dos povos se acentuava cada dia mais. (...) Na revista alemã “Vierteljahresschrift für Sozial – und Wirtschaftsgeschichte” (“Revista trimestral de história social e econômica”), os fundadores do “Annales”

encontravam não apenas o acento no posto econômico, como também no social, aquele social que os seduzira pelo caráter vago e que permitia falar de tudo. Porque se tratava de saltar os muros, derrubar as divisões que separavam a história das ciências vizinhas, especialmente da sociologia (LE GOFF, 2001, p. 30).

Diante do exposto, torna-se oportuno discorrer nesse momento acerca do(s) lugar(es) por onde aconteceram os episódios que envolvem esta pesquisa. Dessa maneira, o capítulo a seguir nos aproximará do contexto do objeto desta pesquisa, trabalhando o lugar – a bacia do Prata e as cidades envolvidas no comércio bilateral –, os aspectos econômicos e os centros comerciais relevantes durante o século XIX na região investigada.

3 APROXIMAÇÕES DO CONTEXTO – SOBRE O LUGAR, A ECONOMIA E O COMÉRCIO ENTRE BRASIL E PARAGUAI

3.1 O LUGAR

3.1.1 A bacia do Prata

O domínio da bacia do Prata foi o objeto de desejo do Brasil e do Paraguai desde os tempos coloniais. Cobiçado tanto por portugueses quanto por espanhóis, também foi apontado como uma das causas que geraram o maior conflito bélico internacional na América do Sul. Durante os séculos XVIII e XIX, quem possuísse o controle do estuário do Prata alcançaria também a hegemonia comercial na região platina, uma vez que os caminhos fluviais do Prata representavam uma das principais vias de acesso à hinterlândia que compreendia a costa atlântica sul-americana, chegando a alcançar as minas da prata peruana (SILVA, 2017). Em vista disso, é imprescindível compreendermos os aspectos geopolíticos que envolveram esse corredor fluvial tão relevante para este trabalho.

A bacia platina ocupa a posição de segunda maior bacia hidrográfica da América do Sul, correspondendo a uma área total de 3,1 milhões de quilômetros quadrados, e atualmente é compartilhada por Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Na prática, a bacia do Prata é formada pelo conjunto de três bacias hidrográficas que escoam do interior da América do Sul para o oceano Atlântico. A maior delas é a bacia do rio Paraná, formada por 1,5 milhão de quilômetros quadrados, seguida pela bacia do rio Paraguai, com a área de 1,09 milhão de quilômetros quadrados e, complementando-se pela bacia do rio Uruguai, com 365 mil quilômetros quadrados. O estuário do rio da Prata é o ponto de convergência entre essas três bacias e está localizado na fronteira entre Argentina e Uruguai (SILVA, 2017). O mapa a seguir permite a visualização da bacia hidrográfica do Prata:

também as potências industriais estrangeiras, como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos. Esta atividade era estratégica para o aproveitamento dos recursos existentes no interior do continente, especialmente dos recursos minerais e do comércio do gado, cavalos e mulas, que já ocupava grandes extensões no interior do continente. Para estas atividades, a bacia do Prata era a principal via de escoamento da produção, pois as vias terrestres de circulação eram muito mais arriscadas e longas. A necessidade, econômica e geopolítica, de “abrir” a bacia à navegação levou portugueses e brasileiros a, mais de uma vez, empreenderem esforços para controlar as margens dos rios da bacia, especialmente na sua foz. Diversas estratégias foram adotadas para este fim, entre elas: o controle do comércio legal e ilegal de prata, de escravos e de outros bens de consumo, na cidade e porto franco de Buenos Aires; a invasão, domínio e construção da Colônia do Sacramento e a tentativa de anexação da província Cisplatina, na margem oriental do rio da Prata (SILVA, 2017, p. 141).

Os rios que compõem essa bacia são extensos corredores fluviais, perenes, que deságuam no oceano Atlântico e, por tais características, tornam-se apropriados para a atividade portuária. De relevância geopolítica inquestionável, o estuário do rio da Prata foi alvo da cobiça dos espanhóis e portugueses em diversas expedições marítimas cujo destino apontava para o Atlântico Sul. A ocupação do território mato-grossense se deu em partes para atender também a esse propósito. Reynaldo (2007) narra as primeiras tentativas de incursões castelhanas nos rios da Prata e Paraguai:

Esse corredor platino despertou a atenção dos exploradores castelhanos e portugueses, desde os primeiros tempos da ocupação branca; porque as suas águas passavam em direção às minas de prata peruana, as quais se dizia serem abundantes ao longo do seu trajeto. Isto chegou a emprestar-lhe nome, em parte de seu trecho, Rio da Prata, em substituição ao topônimo Paraguaçu, como era conhecido entre os nativos. As primeiras incursões em busca de um curso d'água que viabilizasse tal acesso couberam aos navegadores espanhóis como a de Juan Dias de Sólis, que encontrou o Rio da Prata e que tinha ainda a missão de encontrar a confluência interoceânica do continente Sul-americano. Esse explorador não conseguiu concluir o projeto dos colonizadores espanhóis, pois foi morto pelos índios guaranis. Em 1536, Juan de Ayalas embrenhou-se rio adentro em busca de uma serra, onde se acreditava existirem imensas riquezas, mas desapareceu. No ano seguinte, partia de Buenos Aires uma expedição sob o comando de Salazar de Espinoza, com a missão de procurar Ayalas. Não encontrando, retornou e fundou às margens do Rio Paraguai a cidade de Assunção (1537) (REYNALDO, 2007, p. 5).

Ao olhar para os objetivos portugueses, nota-se que as ações não foram distintas da mencionada no trecho acima. A estratégia lusitana para incorporar o território e, conseqüentemente, afirmar o acesso especialmente à foz da bacia do Prata foi fundamentada através do princípio de ocupação das terras:

Como pudemos observar o devassamento do sul de Mato Grosso, na região do Pantanal em busca da referida via de comunicação gerou novas revelações e fundações de povoados. A primeira ocupação lusa na região ocorreu em 1775, com a edificação do Forte de Coimbra, juntamente com o Forte Príncipe da Beira, no Vale do Guaporé. Foram destinados a defender a fronteira sudoeste da colônia, sobretudo a região dos campos auríferos localizados em Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, do distrito de Mato Grosso e da Vila Bela da Santíssima Trindade. Considerando-se o Século XIX, foi na região do vale do Paraguai que se verificaram as principais tensões políticas na linha de fronteira entre a província de Mato Grosso e a nascente República do Paraguai (REYNALDO, 2007, p. 6-7).

Ao abordar especialmente o século XIX, notou-se que as principais disputas territoriais envolvendo a área compreendida pelo Prata ocorreram nos limites fronteiriços entre a província do Mato Grosso e a recém-proclamada República do Paraguai. No intuito de conter as ofensivas paraguaias na província mato-grossense, o governo imperial enviou à região do Baixo Paraguai uma força naval sob a supervisão do presidente da província na ocasião, Costa Pereira²⁸, responsável também pelo Arsenal da Marinha montado às margens do rio Cuiabá. Em 1839, a província passou por dificuldades na comunicação com o restante do Império em razão da abertura do caminho terrestre do Piquiri, que resultou no fechamento da monção sul Tietê-Cuiabá. Essa circunstância abriu margem para que o caminho fluvial pela bacia do Prata fosse apontado como a saída frente a essa situação (REYNALDO, 2007).

Com os acontecimentos envolvendo o governo do Marechal López e o Império às vésperas do conflito entre Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, a navegação do rio Paraguai e da bacia do Prata entrou como alvo de disputa, contudo, os desdobramentos desse período serão trabalhados adiante nesta pesquisa.

3.1.2 Província do Mato Grosso

Após as considerações acerca da fronteira, trazemos o tema deste trabalho para perspectiva. Nesta parte da dissertação, será feito um histórico sobre a fundação e o desenvolvimento da província do Mato Grosso.

As primeiras investidas na conquista e ocupação do Mato Grosso ocorreram por volta do século XVI com os espanhóis, durante a ocupação de territórios próximos ao rio Paraguai. Entretanto, por diversos fatores – hostilidade dos indígenas, investidas de bandeiras paulistas, precária base econômica – essa investida no território mato-grossense não logrou êxito

---

²⁸ José Saturnino da Costa Pereira foi Presidente da Província do Mato Grosso de 1825 a 1828.

(BORGES, 2001). Quando no ano de 1719, Pascoal Moreira Cabral comunicou à Corte que havia sido encontrado ouro às margens do rio Coxipó – afluente do rio Cuiabá –, o bandeirante paulista inaugurou ali os primeiros núcleos fixos de povoamento português na região.

Corrêa Filho (2012) narra o alvoroço causado na Corte pela notícia da descoberta de ouro nas terras do Cuiabá:

Chegada a monção a São Paulo, e “sabida a grande quantia da máquina de ouro que ia e que noticiou o dito Padre, cuja voz tudo atroava, foi uma trombeta que chegou ao fim do orbe e soando a fama de Cuiabá por todo brasílico hemisférico, até Portugal, e ainda pelos reinos estranhos, tanto que chegaram a dizer que no Cuiabá serviam os granetes de ouro de chumbo nas espingardas, para caçar veados, que de ouro eram pedras, em que nos fogões se punham a cozer as panelas, e que para o tirar não era preciso mais do que arrancar as touças de capim e nelas vinham pegados os troços de ouro, e outras mais exagerações que chegavam a fabulosas; se bem que isto de arrancar-se capim e virem pegados nas raízes de granetes de ouro foi visto por muitas vezes, tanto nas Lavras do Sutil como nas da Conceição, que depois foi arraial” (CORRÊA FILHO, 2012, p. 319).

Além do interesse econômico nas terras recém-descobertas, outras motivações tornaram a região do Cuiabá ainda mais atraente à Coroa. A importância de fixar pontos de povoamento nesse período ocorreu em razão dos tratados firmados entre as coroas portuguesa e hispânica, que em sua maioria versavam sobre a demarcação de limites entre os territórios das metrópoles.

Aspecto crucial dos acordos territoriais do período era a menção ao princípio do *uti possidetis*²⁹. Tal princípio do Direito favorece a efetiva ocupação do território em oposição ao título jurídico de posse sobre a área. Alexandre de Gusmão, diplomata português que estava à frente das negociações territoriais com a Coroa Hispânica, escreveu, em parecer datado de 22 de abril de 1747, alertando sobre a necessidade de fixar um governo em Cuiabá devido à proximidade com os vizinhos castelhanos:

o que sucede neste negócio faz mais patente a necessidade de que haja governador à parte nos Goiás e Cuiabá (...) o que importa a colônia do Goiás pela sua extensão e riqueza, e a do Cuiabá pela sua situação na vizinhança dos castelhanos (CORRÊA FILHO, 2012, p. 321)³⁰.

²⁹ A expressão em latim da qual se origina o nome do princípio vem de *uti possidetis, ita possideatis*, que tem o sentido de “como possuíis, assim possuiais”.

³⁰ Relatos encontrados nos documentos Antecedentes do Tratado. Doc. XIII, p. 95. t. II.

Com a demora na tomada de providências frente à demanda, Alexandre de Gusmão retoma o tema no dia 29 de janeiro de 1748, alertando para extrema necessidade da instauração de um governo local:

E depois de apontar as razões determinantes da autonomia governativa do primeiro, especifica as que se referem ao segundo. “No distrito do Cuiabá ainda reconhece o Conselho mais necessidade de governador distinto e inteligente, e assim porque a extensão dele inda excede a dos Goiás, e a distância é muito maior, gastando-se de São Paulo à vila do Cuiabá seis meses de trabalhosíssima navegação e dali ao Mato Grosso outro mês, como pela circunstância de confinar este Mato Grosso com o governo espanhol de Santa Cruz de la Sierra, e com as aldeias dos jesuítas castelhanos dos Mochos e Chiquitos, donde nasce que sobrevindo, como já sucedera frequentemente, contendas por causa dos confins e da comunicação, é mui conveniente que ali haja um governador capaz de responder e obrar com acerto em semelhantes casos para evitar as desconfianças da Corte de Madrid, sem perder o direito de nossos descobrimentos” (CORRÊA FILHO, 2012, p. 322).

Frente à situação exposta, é oportuno trazer a narrativa de José Barbosa de Sá, que apresenta como aconteceu essa conquista, o caminho percorrido pelos bandeirantes, a tática do apresamento indígena e a euforia causada pela descoberta de ouro na região:

Antônio Pires de Campos foi o primeiro que subiu este rio [Cuiabá] em procura do gentio coxiponés. Chegado a uma aldeia deles, (...) aí prendeu muitos e voltou para baixo em procura das mais frotas que andavam por essas largas e dilatadas baías em procura das mais nações. No seguinte ano [1719] seguiu Pascoal Moreira Cabral o mesmo rumo em procura dos mesmos coxiponés e, chegou ao lugar da aldeia velha já destruída. Não os achando, subiu o rio Coxipó-mirim, nominação derivada do nome do mesmo gentio, (...), e seguiu rio acima (...); aí achou o gentio em que fez muitas presas com bastantes mostras de ouro em botoques e outros enfeites e buscando os companheiros, com eles desceu a fazer pouso ao lugar chamado Aldeia Velha, (...) Ai formaram seu Arraial (...), cantando vitórias contra as fadigas da pobreza e suas largas peregrinações, dando uns aos outros os parabéns de suas fortunas, (...) todos enfim participantes dos aurinos frutos, uns colhidos da terra, outros das mãos dos gentios. Trataram logo de fabricar casa e lavouras de mantimentos pelas margens dos rios Cuiabá e Coxipó; extinguindo uma aldeia do gentio (...) (BARBOSA DE SÁ, 1975 apud PRESOTTI, 2005, p. 2).

Para atender ao objetivo de ocupação do território, a capitania do Mato Grosso foi criada em 9 de maio de 1748 – pelo ato de Dom João V – e compreendia as zonas mineradoras de Cuiabá e Mato Grosso – localizadas nas imediações da porção setentrional do rio Guaporé. O Conselho Ultramarino exibiu a importância geopolítica que a nova capitania possuiria quando ordenou que o governante da província tivesse como atributo específico a perspicácia, uma vez que a determinação era de tornar “a colônia do Mato Grosso tão

poderosa que contenha os vizinhos em respeito e sirva de antemural a todo o interior do Brasil” (CORRÊA FILHO, 2012, p. 323).

Em 1751 foi nomeado o primeiro governador da província do Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura. Em carta endereçada a D. Rolim de Moura, que mais tarde foi nomeado o conde de Azambuja, a Rainha enumerou fartas instruções para nortear os atos da administração da capitania, dentre as quais duas em especial advertiam para a situação na fronteira com os espanhóis:

Recomendara-lhe, em verdade, a Rainha, a 19 de janeiro de 1749 “1 – Suposto entre os distritos de que se compõe aquela Capitania Geral, seja o de Cuiabá o que se ache mais povoado, contudo atendendo a que no Mato Grosso se requer maior vigilância por causa da vizinhança que tem, houve por bem determinar, que a cabeça do governo se pusesse no mesmo distrito de Mato Grosso; no qual fareis a vossa mais costumada residência. Mas será conveniente que também algumas vezes vades ao Cuiabá e outras minas do mesmo governo, quando pedir o bem do meu serviço e a utilidade dos moradores (CORRÊA FILHO, 2012, p. 339).

A Rainha D. Maria prossegue na carta com instruções a D. Rolim de Moura, chamando a atenção para a destacada relevância da Capitania do Mato Grosso:

Por ser entendido que Mato Grosso é a chave e o propugnáculo do Brasil pela parte do Peru, e quanto é importante por esta causa de naquele distrito se faça população numerosa, e haja forças bastantes a conservar os confinantes em respeito, ordenei se fundasse naquela paragem uma vila, e concedi diversos privilégios e isenções para convidar a gente que ali quisesse ir estabelecer-se, e que para decência do governo e pronta execução das ordens se levantassem uma companhia de dragões e ultimamente determinei se erigisse juiz de fora no mesmo distrito. Encomendo-vos que, depois que a ele chegardes, considereis, e me façais presente quais outras providências serão próprias para o fim proposto de aumentar e fortalecer a povoação daquele território (CORRÊA FILHO, 2012, p. 339-340).

Diante dessa situação, a Rainha ordenou que as terras fossem defendidas e que os espanhóis fossem contidos naquele território:

E determinou a propósito: “Supostos estes fundamentos da justiça da minha coroa, deveis não só defender as terras que os meus vassalos tiveram descobertos e ocupados e impedir que os espanhóis se não adiantem para nossa parte; mas promover os descobrimentos e apossar-vos do que poderdes e não estiver já ocupado pelos espanhóis, evitando porém, quando for possível, não só toda violência, mas ainda a ocasião do dissabor pelo que toca às novas ocupações” (CORRÊA FILHO, 2012, p. 340).

A fronteira entre os rios Igurei e Iguatemi era objeto de disputa entre paulistas e paraguaios. As pretensões hispânicas na região resultaram, em 1760, na “expedição aos certões do Yvay”, cujo propósito era mapear a área e construir um forte militar. Ao ter conhecimento desse ato, o governo paulista enviou armas e munições para as guarnições instaladas na fronteira, reforçando a segurança no caso de investidas paraguaias pelo norte ou sudeste da região:

A região sul-sudoeste de Mato Grosso, além de desempenhar funções militares de defesa do território ainda foi pensada como núcleo colonizador nas proximidades da fronteira, “sua função não se esgotava nos aspectos estritamente militares, constituindo uma cintura populacional que definia uma presença civil efectiva sobre o terreno, marca fundamental para a reivindicação territorial”. A questão militar foi fundamental para a manutenção de tropas na região próxima à fronteira e para a repressão da iminente ameaça espanhola que poderia vir pelo leste-norte do Paraguai. Além de funcionar como uma opção da política pombalina de estender os domínios portugueses para oeste (TULUX, 2011, p. 105).

Logo após esse episódio, diversas fortificações foram construídas como método de contenção do avanço espanhol na fronteira. O forte de Coimbra, localizado à margem direita do rio Paraguai, teve papel estratégico na missão de proteção das divisas.

O lugar onde foi construído o forte foi escolhido pelo capitão Matias Ribeiro da Costa acolhendo orientações de Luís de Albuquerque, o então governador da capitania do Mato Grosso. Albuquerque pediu para que fossem considerados os seguintes aspectos: melhor localização para ataque e observação do território, proteção em caso de ofensiva do inimigo, abrigo contra enchentes sazonais e, por fim, um bom terreno de roça para o cultivo de subsistência da corporação militar (TULUX, 2011). Em ofício a Rodrigo de Souza Coutinho, foi pedido um aumento dos recursos e das guarnições de Coimbra ao Forte do Príncipe da Beira, dado que “a fronteira do Paraguai é presentemente a mais arriscada, e a que deveria merecer a primeira atenção sendo por consequência justos os receios, que eu sempre tive de ser incomodado por aquele lado” (CORRÊA FILHO, 2012, p. 450).

Luís de Albuquerque promoveu também a construção do forte estratégico situado no morro das Pitas, onde posteriormente foi fundado o distrito de Corumbá. A pertinência tática dessa povoação sucedeu devido a sua localização: situava-se na foz dos afluentes do rio Paraguai e caso fosse tomada pelos espanhóis – devido às constantes tentativas castelhanas – representaria o estrangulamento do acesso fluvial das monções (CORRÊA FILHO, 2012):

Irremediável, porém, se afigurou o erro, que deu tempo ao governo de Assunção de avançar os seus postos fortificados no limite estipulado pelo Tratado de Madrid. Não obstante mutilado o seu plano grandioso, conseguiu Luís de Albuquerque o objetivo que levava em mira, e “prevenir que os espanhóis se não apoderassem, não só do sobredito posto, como constou naquele tempo que pretendiam, mas que ao depois e nele fortificados, ao abrigo dos estabelecimentos que se têm no Paraguai, se fizessem senhores das pantanosas bocas dos rios Emboteteu (Miranda, atualmente), e Paraguai, privando a dita Capitania da indispensável navegação e comércio de São Paulo e Rio de Janeiro, pela via dos outros rios Cuiabá e Jauru, que tão útil e precisamente se freqüenta, o que seria um golpe fatalíssimo, de conseqüências talvez irremediáveis” [...]. Por bem compreender e definir o perigo que haveria, se os castelhanos se assenhoreassem da estratégica foz dos afluentes do Paraguai, de que resultaria o trágico estrangulamento da via fluvial das monções, não se contentou o governador em realizar apenas um reduto nessas paragens. Para lhe completar a influência, outro se fundaria, nos morros das Pitãs, com o título de povoação de Albuquerque (ancestral de Corumbá), “situada na margem ocidental do Paraguai”, de que o Sargento mor Marcolino Roiz Camnês “tomou posse para a Coroa de Portugal”, a 21 de setembro de 1778 (CORRÊA FILHO, 2012, p. 423).

Adiante nas observações a respeito das condições em que se encontrava a nova vila, é oportuno mencionar os aspectos populacionais. Os indígenas constavam como maioria entre os habitantes da vila. Escravos negros que trabalhavam nas minas de ouro também representavam uma parcela expressiva da população.

Avançando para o século XIX, foi constatado que os centros de concentração populacional estavam localizados nos arredores de Vila Bela, nas lavouras de São Vicente, Pilar, Santana e São Francisco do Xavier. Além dessas, na região de Cuiabá e também no entorno de Brotas, Guia, Cocais, São Pedro d’El Rei, Santana da Chapada até Santo Antônio do Rio Abaixo, foi verificado expressivo contingente populacional (CORRÊA FILHO, 2012):

A densidade de população, por quilômetro quadrado, não ultrapassaria alguns centésimos, é verdade; mas, por isso mesmo, valeria de testemunho eloqüente da afoiteza, dos descendentes dos bandeirantes, insígnies devassadores, como os seus avós, de sertões brutos. (...) Mais ao longe, agregavam-se, em torno dos antigos presídios, que razões de ordem política haviam semeado pela desmedida Capitania, os moradores de Vila Maria, de Albuquerque, de Coimbra, de Miranda, de Camapuã, a balizarem os extremos da região habitada (CORRÊA FILHO, 2012, p. 479).

O fascínio provocado pelas minas de ouro nos arredores do rio Cuiabá permitiu também a instituição do Conselho Ultramarino para a região e tinha como objetivo a ocupação da área do vale do rio Paraguai. Essa ação fez com que Mato Grosso e Cuiabá passassem a ser consideradas centro, operando como ponto de fixação e abrigo formado ao longo do curso dos rios que compunham o vale do rio Guaporé.

O mapa a seguir evidencia as vias de comunicação para a Província do Mato Grosso, destacando as principais rotas no território imperial e nos países vizinhos:

Figura 4 – Mapa demonstrativo das comunicações para o estado do Mato Grosso por Olavo Hummel

Fonte: Campos (2012).

Carlos Eugênio Nogueira comenta, em “A conquista do Brasil Central: fronteiras e frentes pioneiras no século XIX”, que a proximidade dos distritos de Cuiabá e Mato Grosso com as missões hispânicas de Moxos e Chiquitos já dava indícios de que a região teria como função tanto a defesa em relação ao avanço dos espanhóis quanto à exploração econômica:

Em verdade, se for dada a devida atenção à proximidade dessas minas com os estabelecimentos de Moxos e Chiquitos, pode-se até perceber uma articulação entre os propósitos de defesa e os de exploração econômica, pois o que se almejava era a exclusividade de navegação em trechos fluviais fundamentais para o controle das cabeceiras das duas maiores bacias hidrográficas da América do Sul, a do Amazonas e a do rio da Prata. Isso posto, pode-se compreender de outro modo a relação estratégica que, no momento da negociação dos tratados de limites, vai-se procurar estabelecer entre a argumentação portuguesa e a consolidação dos caminhos que com o passar do tempo vieram a dar materialidade e viabilidade à colonização dessa área (NOGUEIRA, 2012, p. 3).

Para compreender a posição estratégica dos distritos de Vila Bela, o mapa abaixo indica os caminhos e rotas fluviais que partiam da região. Ao norte, a cidade se mostrava essencial, uma vez que conectava os rios Guaporé-Mamoré-Madeira até chegar ao rio Amazonas, pela sua margem direita. Quando observado ao sul, uma rota fluvial surgia na via entre Araritaguaba e Cuiabá, a partir daí seguia pelo Tietê até o rio Paraná, alinhando-se em Pardo-Coxim, onde atingia o rio Taquari pelo estreito varadouro seco de Camapuã, passando deste rio até os rios Paraguai e Cuiabá, que era o seu formador na vertente oriental (NOGUEIRA, 2012):

Figura 5 – Caminhos e rotas – século XIX
Caminhos e Rotas - Século XIX

Fonte: Teixeira Neto (2002); Nogueira (2012).

Três fatores revelam a importância das terras recém-ocupadas no interior da América Portuguesa: motivações econômicas em razão da exploração aurífera, a ocupação das terras na porção oeste do Brasil – fator esse que abriria margem para ocupação efetiva e evoluindo para posse efetiva – e, por fim, a fixação em terras próximas às missões hispânicas como forma de contenção do avanço espanhol pela fronteira:

A política adotada pelo Marquês de Pombal considerou que a militarização das regiões fronteiriças do território colonial deveria ser uma das prioridades de sua administração. A descoberta dos núcleos mineradores de Cuiabá e Vila Bela, a criação da capitania de Mato Grosso, a preservação do entreposto de abastecimento das monções de Camapuã, a proteção contra investidas castelhanas, a povoação da via fluvioterrestre que ligava a região mineradora até o litoral atlântico e a proteção do Rio de Janeiro compõem os benefícios que incentivaram a composição da barreira defensiva no oeste colonial. A região fronteiriça entre Castela e Portugal na América do Sul pode ser entendida, portanto, como uma zona de conflitos e interesses territoriais ou mesmo como uma área a ser defendida no processo de colonização da porção central sul-americana (TULUX, 2011, p. 100).

Um fato que merece atenção neste trabalho é a transição da conjuntura socioeconômica que ocorreu nestas províncias no início do século XIX. As economias que, ao final do século XVIII, eram apoiadas unicamente na extração de minérios deslocaram parte da produção para a atividade agropastoril. Neste ponto, é importante ressaltar que não há consenso entre os historiadores a respeito da decadência da estrutura mineradora em Mato Grosso ao final do século XVIII e início do século XIX.

O historiador Elmar Arruda defende veementemente a vertente que nega a decadência da atividade mineradora na província, associando ao fato de que esta produziu excedentes que passaram a ser investidos em outras atividades econômicas:

Já se verificou que não houve decadência da produção aurífera, pelo menos no período estudado. Ao contrário, ela se mantém. Verificamos, também, que houve uma aplicação do excedente acumulado na mineração em outras atividades econômicas que, se não eram tão rentáveis quanto a exploração do ouro, pelo menos eram mais estáveis. Descarta-se a possibilidade de uma decadência da produção aurífera; até porque, somente a condição de significativos excedentes, poderia oferecer bases para investimentos em outras atividades (ARRUDA, 1987, p. 70).

Em interpretação contrária à defendida por Elmar Arruda, Nogueira (2012) aborda essa mudança da estrutura produtiva, afirmando o empobrecimento da sociedade que se originou a partir do complexo minerador e levanta as possíveis causas que levaram a essa situação. Ele defende o entendimento de que os antigos mineradores, ao perceberem o declínio da produção aurífera, tenham injetado os recursos nas fazendas como forma de proteção do capital e diversificação da fonte de renda.

Frente a esse contexto e para evitar o colapso dessa estrutura, Nogueira (2012) afirma que o Estado promoveu ações de incentivo ao plantio de diversos itens agrícolas, como a criação de fazendas públicas gestadas por capital régio; criação de fazendas nacionais que

eram de propriedade do governo provincial; e, principalmente, a plena liberdade na expedição de moedas de cobre na Casa de Fundição de Cuiabá – clara conduta de assistência à província:

(...) ao passo que no Mato Grosso, as necessidades de defesa e o caráter militar do governo, originados de sua situação fronteiriça, sempre acabavam por consumir a maior parte dos cabedais e esforços de seus habitantes. Assim sendo, ressalta-se o fato de que tanto em Goiás, como no Mato Grosso, o que assegurou de vez o povoamento não foi o ouro, e sim a agropecuária. Isto é, na ótica da formação territorial, e afora a óbvia função polarizadora de fluxos cumprida pela mineração em províncias que apresentavam tão singulares posições geográficas – mais centralizada no caso de Goiás, e limítrofe como outro *front* colonial no de Mato Grosso –, pode-se dizer que foi a ruralização da população durante o século XIX o que veio a garantir a perenização e continuidade dos assentamentos. Afinal, mesmo numa realidade em que a extrema pobreza permeava a vida da população como um todo, em vez de a economia entrar em decadência, com a consequente regressão das atividades econômicas à mera subsistência, o que se deu em Goiás, e em menor escala no Mato Grosso, foi uma alteração na divisão social e territorial do trabalho, com o rearranjo dos diferentes grupos humanos que lá permaneceram (NOGUEIRA, 2012, p. 4).

No centro desse debate historiográfico, Borges (2001) afirma que a decadência do ciclo minerador no Mato Grosso não foi absoluta, contudo, não atingiu o sucesso que possuía no século XVIII:

É evidente que Elmar Figueiredo de Arruda leva ao extremo a polarização com a tese antes exposta ao procurar negar, inclusive a decadência da atividade mineradora. No entanto deve-se registrar que ela não foi absoluta: algumas heranças do auge do ouro permaneceram ao longo do século XIX, assim como se têm nos diamantes nova fonte de expansão para a mineração em Mato Grosso, sem atingir, contudo, a dimensão do século anterior. (...) Assim sendo, é usual reconhecer que a mineração constituiu um mercado interno mais amplo do que o da grande lavoura, principalmente pela especialização em atividade não agrícola e criação de alguns centros urbanos. Não obstante, é forçoso admitir, que na primeira metade do século XIX em Mato Grosso foi vivida sob o signo do declínio da atividade mineratória (BORGES, 2001, p. 25-26).

Independentemente do entendimento adotado, o fato é que parte do capital que outrora estava investido na mineração migrou para as atividades comerciais da província. Ademais, esse capital representou ainda, durante os primeiros anos do século XIX, a sustentação da propriedade fundiária, uma vez que a origem do recurso acumulado pelos comerciantes era proveniente da mineração, e que a partir deste momento foi destinado à compra de terras e para iniciar a produção nesses terrenos (ALEIXO, 1980).

Distanciando-nos, então, dos embates historiográficos, retornamos ao desenvolvimento dos centros comerciais na província. A dinâmica exposta acima fez surgir na região relações voltadas para o comércio dos itens cultivados. O propósito do Império com essas ações era fixar a população nessas porções agrícolas localizadas nos arredores das minas e, por fim, promover a integração territorial da colônia.

Os principais itens produzidos na província do Mato Grosso na primeira metade do século XIX eram o feijão, milho, arroz, algodão, açúcar, rapadura, fumo, aguardente e, em menor quantidade, o café. O mapa a seguir descreve a pauta produtiva da província no período:

Figura 6 – Pauta produtiva da província do Mato Grosso e do Goiás no século XIX

Fonte: Nogueira (2012).

No tocante à atividade pecuária, Nogueira (2012) divide em dois eixos de ocupação – o primeiro na região da baixada cuiabana e do Alto Paraguai e o outro situado ao sul da província:

Por fim, a pecuária apresenta em Mato Grosso um padrão de desenvolvimento que nos permite dividi-la em dois eixos de ocupação: um localizado na baixada cuiabana e Alto-Paraguai, principalmente às margens dos rios São Lourenço e Cuiabá, onde

se observa a proliferação de fazenda nos caminhos que interligavam Vila Bela, Vila Maria e Cuiabá, e outro eixo que, ocupando vales de rios como o Miranda, o Pardo e o Brilhante, localizados ao sul da província, colocará sob influência luso-brasileira antigas áreas imemorialmente disputadas com os hispanos-paraguaios, mas tidas como parte do Império desde o Tratado de Badajoz, de 1801 (NOGUEIRA, 2012, p. 6).

A mudança do eixo econômico durante os séculos XVIII e XIX resultou num movimento de intensa migração de saída das áreas adjacentes ao norte para as áreas de povoamento instauradas nos limites com as possessões hispânicas. Nogueira (2012) explica esse deslocamento:

Nesta província, a concentração da população e da produção em Cuiabá continuamente repõe sua característica de posto avançado da ocupação. Nesse sentido, as fortificações, presídios e destacamentos militares, mas também os pequenos arraiais e pousos estabelecidos como pontos de apoio ao longo dos caminhos que os interligavam, aparecem como as balizas mais evidentes desse projeto português de construção e delimitação das áreas fronteiriças com os domínios espanhóis na América, cumprindo as importantes funções geopolíticas de barrar o expansionismo espanhol no vale do rio Paraguai ao mesmo tempo em que permitia a projeção cartográfica do território imaginado. (...) Visto dessa maneira, o recuo da fronteira econômica representado pelo declínio da atividade garimpeira, que normalmente é interpretado como a expressão concreta da decadência pela qual a região passava, aqui é visto como a imagem de intensas migrações que, no processo de reestruturação da economia regional, foram uma realidade dura, mas necessária para uma massa populacional apta a se deslocar. Em pormenor, se lembramos que o estabelecimento de comunicações pela via fluvial através dos grandes rios, intentada desde o fim do [século] XVIII, esbarrava no fato de que o despovoamento das margens do Araguaia e Tocantins permanecia um problema insolúvel ainda no [século] XIX, veremos de que maneira os presídios e aldeamentos que tomavam conta da margem oriental do Araguaia representam os marcos da colonização lusitana na América. É claro que os núcleos de povoamento instalados no Mato Grosso são, ao fim e ao cabo, os que estão em contato direto com os limites de povoamento de preponderância hispânica, mas compreendendo a fronteira como fronteira do humano, a rede de cidades polarizadas por Vila Boa e Meia Ponte torna-se o limite efetivo da colonização empreendida nas terras interiores do Brasil Central por serem esses os centros polarizadores ao qual se associa a fronteira do Araguaia (NOGUEIRA, 2012, p. 6).

Além dos produtos já mencionados, não podemos deixar de destacar a exploração da ipecacuanha na província do Mato Grosso. A demanda internacional pelo tubérculo alcançou números exorbitantes durante o século XIX e se destacou como item primordial na pauta eleita pelas autoridades da província.

Antes de trabalhar a importância da ipecacuanha no contexto desta pesquisa, é necessário trazer as principais propriedades dela, de acordo com o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Amazônia Oriental, Osmar Alves Lameira:

A ipeca (*Psychotria ipecacuanha*) é reconhecida mundialmente como planta medicinal. O nome da planta em português, ipecacuanha, é originado da palavra nativa *i-pe-kaa-guéne*, que significa “planta de doente de estrada”. A ipecacuanha (*Psychotria ipecacuanha*) é uma espécie medicinal conhecida popularmente por ipeca, ipeca-verdadeira, poaia, poaia cinzenta, dentre outras. Nativa das regiões sombrias e úmidas das florestas tropicais da América, com ocorrência no Brasil, Colômbia, Venezuela, Peru, Equador, Bolívia, Guianas e América Central. Em suas raízes, são encontrados dois valiosos alcalóides, de grande valor farmacológico: a emetina e a cefalina, usadas no tratamento antidiarréico, amebicida, expectorante e anti-inflamatório. (...) A comercialização da ipeca é feita pela venda direta das raízes secas entre produtor e os grandes laboratórios, principalmente do Estado de São Paulo, ou a partir do extrato fluido obtido das raízes e comercializado entre os laboratórios e países, tais como os Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, sendo estimado um mercado potencial de US\$ 5 milhões. O Brasil é o principal exportador, seguido do Panamá e Costa Rica. Em face de uma progressiva devastação das florestas nas zonas produtoras dos Estados de Mato Grosso e Rondônia, levando a espécie ao risco de extinção, as exportações têm decrescido. O preço médio da raiz pode chegar até R\$ 35,00/kg no mercado nacional e o litro do extrato fluido, até US\$ 150 como produto de exportação (LAMEIRA, 2002, p. 1-2).

Após esse breve esclarecimento, retornamos ao cultivo da poaia na província. A partir de relatos do comerciante Joaquim Moutinho, Reynaldo (2013) destaca o valor da ipecacuanha (também chamada de poaia) na pauta de exportação do Mato Grosso:

Para o comerciante Joaquim Ferreira Moutinho, a poaia se constituiu na grande esperança comercial das autoridades mato-grossenses desde o início do século XIX, pois se colocava entre os produtos que, demandados pelo mercado internacional, proporcionaram um aumento na arrecadação de impostos. Em razão de sua crescente valorização comercial, em abril de 1853, foi decretada a Lei Provincial n. 4, que estabelecia o primeiro imposto sobre a exploração e exportação da planta. A partir daí, a poaia nunca mais deixou de figurar nos orçamentos públicos da Província de Mato Grosso. Todavia, a extração desordenada provocou prejuízos à manutenção da exploração, pois só se aproveitavam as raízes, sendo queimado o restante. No intuito de regular a extração da poaia, algumas medidas foram tomadas, estimulando o seu cultivo na Província de forma organizada e estratégica. Seguem comentários a respeito de uma dessas medidas (REYNALDO, 2013, p. 168).

De acordo com informações investigadas pelo mesmo autor, o Paraguai era o principal destino das exportações de ipecacuanha para o mercado platino. Entre os anos de 1852 e 1853, a quantidade exportada da poaia para o Paraguai mais que dobrou, passando de 21.670 quilos em 1852 para 49.671 quilos no ano de 1853. As autoridades regionais lucravam com o êxito no comércio da poaia local e, para se beneficiar do crescimento das vendas, a administração provincial passou a incidir impostos tanto sob a exploração quanto pela exportação do vegetal, que passou a representar parcela significativa das receitas no orçamento público da província do Mato Grosso em meados do século XIX (REYNALDO, 2013, p. 168).

Atividade presente na região desde o período colonial, a pecuária evoluiu significativamente durante o século XIX. As fazendas da região eram responsáveis pelo abastecimento das fortificações militares recém-instaladas na província e para atender à demanda do comércio local. O couro produzido nas propriedades da região era reconhecido pela qualidade, a característica densa representou uma vantagem frente às mudanças climáticas do Pantanal. Na fronteira com o Paraguai, fazendas de grandes extensões foram instaladas para atender à demanda de exportação da carne e couro bovino na bacia do Prata:

O gado mato-grossense se adaptou ao clima de altas temperaturas, com alto percentual de umidade e à permanência, durante muito tempo, em terras alagadas. O couro denso tornava o gado resistente à picada de insetos e às mudanças climáticas do Pantanal. Essas características favoreceram o comércio do gado pantaneiro nos mercados das províncias de São Paulo e Minas Gerais. Na fronteira da Província de Mato Grosso com o Paraguai, o rebanho cresceu e colaborou para a formação de grandes fazendas, cujas dimensões eram sempre questionáveis. Dentre as principais fazendas exportadoras de gado existentes nessa região, destacava-se a fazenda Alegre, do Major José Caetano Mertello, com 151.210 hectares nas proximidades do rio Brilhante. Em 1854, acabou sendo confiscada pelo Império em função das dívidas do proprietário. (...) Durante as administrações de Augusto Leverger, verificou-se o crescimento do latifúndio na fronteira. O próprio presidente fez referência ao surgimento de uma dessas extensas fazendas voltadas para atender a exportação bovina na Bacia do Prata, a fazenda Jacobina, às margens do rio Paraguai de propriedade de Leonardo Soares de Sousa (REYNALDO, 2013, p. 177-178).

Em síntese, discorreremos a respeito de alguns dos elementos econômicos, sociais e geopolíticos da província do Mato Grosso. Adiante, acompanharemos um breve histórico das vilas de Moxos e Chiquitos, que, no período estudado, compunham o território da província do Paraguai.

3.1.3 Província do Paraguai – Moxos e Chiquitos

O centro da expansão colonial do Paraguai teve na casa forte *Nuestra Señora de Asunción* a principal fortaleza, cuja fundação foi registrada no ano de 1537, pelas mãos do capitão Juan Salazar y Espinoza. A mineração na região do Potosí, a difusão da fé através das missões religiosas e a colonização foram os principais objetivos da Coroa espanhola nas terras à esquerda de Tordesilhas durante o século XVI. Até então, a área da capitania de Cuiabá e Mato Grosso não era o objeto dos desejos hispânicos. Contudo, a notícia da presença de monções paulistas instaladas na bacia do Prata, seguida da descoberta das minas de ouro na

região de Vila Bela despertaram o interesse de espanhóis e portugueses por aquelas terras, o que resultou na intensificação das rivalidades entre os dois países. Vimos acima como se deu essa disputa em território português. A partir desse momento, veremos a evolução dos acontecimentos pela fronteira hispânica na América.

A margem esquerda do rio Guaporé demarcava o limite dos territórios espanhóis. Assim como vimos anteriormente com os vizinhos lusitanos, na banda castelhana da fronteira também havia a necessidade de conter os avanços portugueses pelo Prata. Missões jesuítas auxiliaram na proteção da fronteira, que era feita através de índios e missionários:

Interessava à administração espanhola valer-se do trabalho das ordens religiosas para levantar missões em postos avançados, que auxiliassem o Estado em seu esforço de efetivar a posse de áreas distantes dos centros mineradores e politicamente mais importantes. Portanto, a organização das missões não se desenvolvia a margem da esfera da administração colonial espanhola, nem em contradição com o sistema de governo da Coroa (ANZAI, 2008, p. 3).

O convite para conhecer as terras do Paraguai, zona dependente do Vice-reinado do Peru, surgiu em 1588 através do bispo de Tucuman³¹. O intuito dessa missão era evangelizar os indígenas. Após essa visita, no ano de 1604 ocorreu a fundação da província jesuítica do Paraguai. A província era composta pelo que corresponde hoje aos territórios do Paraguai, Uruguai, Argentina, parte da Bolívia, Chile e parte ao sul do Brasil:

Em 1588, jesuítas foram convidados pelo bispo de Tucuman, para irem ao Paraguai – território então dependente do Vice-reinado do Peru – e para lá seguirem, com o intuito de desenvolver atividades de evangelização junto aos índios. Após um período de atividades itinerantes, os inicianos fundaram a Província Jesuítica do Paraguai, sob alegação da necessidade de se proteger, na província de Guairá, os índios Comarcano das investidas dos mamelucos paulistas. Jesuítas dirigiram-se também para o norte de Assunção, com o objetivo de assegurar, mediante pacificação dos Guaicuru, as comunicações com o Peru através do Chaco. Havia, ainda, o desejo de se explorar uma saída para o Atlântico (ANZAI, 2008, p. 4-5).

Nos anos seguintes, em 1617, a província foi dividida nas governorias do Paraguai e na do rio da Prata. Apesar do aumento da vigilância na área, as notificações da presença

---

³¹ Francisco de Vitória era um comerciante português que ingressou na ordem dos Dominicanos em Lima. Nomeado procurador de sua ordem, em Madri e em Roma, soube atrair as boas graças do Papa Pio V e de Filipe II, do qual obteve o bispado de Tucuman em 1577. Ao chegar, em 1581, decepcionou-se com a sua diocese: a governadoria das províncias de Tucuman, das Jurias e das Diaguitas era enorme. Sua superfície cobria as províncias de Salta, Jujuy, Catamarca, La Rioja, Tucuman, Santiago del Estero e Córdoba, da Argentina atual. Mas a parte efetivamente ocupada era insignificante: quatro cidades apenas – São Miguel de Tucuman, Santiago del Estero, Talavera e Córdoba (HELMER, 1993, p. 218).

portuguesa em território espanhol ficaram ainda mais recorrentes com o passar dos anos e essa situação causava grande incômodo aos espanhóis, que manifestavam suas queixas através de cartas de comunicações à Coroa:

[...] y es notorio que el Brasil se a dado al tirano de Verganza [sic] negando la obediencia a Vuestra Magestad, y si estando en ella an hecho los portugueses de San Pablo las insolencias que son publicas en el Paraguay entrando cada dia a cautibar y sacar indios de los nuevamente combertidos a nuestra santa fee católica quemado yglesias y haciendo infinitos sacrilexios [...] (FIGUEIRÔA-RÊGO, 2013, p. 36)³².

Os espanhóis mencionaram a numerosa presença lusitana na região do Paraguai, Moxos e Chiquitos, em diversas oportunidades, nos mais distintos documentos, e o dever de expulsá-los das terras se intensificava à medida que se ampliava a influência portuguesa no comércio regional:

Es muy grande la cantidad de portugueses que han entrado en este reino de Perú, [...] por Buenos Aires, el Brasil, Nueva España, Nuevo Reino y Puerto Belo [...] muchos casados y los más solteros, habían se hecho señores de el comercio; la calle que llaman de los mercaderes era casi suya; el callejón todo [...]. El castellano que no tenía como compañero de tienda a portugués, le parecía no tener suceso bueno (FIGUEIRÔA-RÊGO, 2013, p. 36)³³.

Conforme já mencionado no item anterior, as missões de Moxos e Chiquitos – a princípio vinculadas ao Vice-Reinado do Peru – também tiveram um papel fundamental na ocupação da fronteira contra o avanço português. A principal atividade produtiva realizada na região do Paraguai foi o cultivo da erva-mate, enquanto em Chiquitos o núcleo produtivo se concentrou no plantio do algodão, ao passo que em Moxos o principal produto era o cacau.

No tocante à estrutura, a província de Chiquitos reunia ao todo onze missões e estas estavam subordinadas à autoridade nomeada pela província do Paraguai, e eram distribuídos *pueblos* responsáveis pela administração das reduções. Em cada *pueblo*, eram escolhidos dois missionários: um ficava responsável por tratar de assuntos espirituais – práticas religiosas em

³² Em tradução livre: (...) e é notório que o Brasil foi dado ao tirano de Verganza [sic] negando obediência a vossa Majestade, e se estando nele é feito aos portugueses de São Paulo a insolência que é pública no Paraguai entrando todos os dias para cativar e tomar índios dos recém-convertidos a nossa santa fé católica queimado igrejas e fazendo sacrilégios infinitos (AGI, Charcas, I. 415, lib. 3. Apud: Figueirôa-Rêgo [2013]).

³³ Em tradução livre: O número de portugueses que entraram neste reino do [...] Peru, para Buenos Aires, Brasil, Nova Espanha, Novo Reino e Porto Belo [...] é muito grande, muitos deles casados e os mais solteiros, se fizeram senhores do comércio; a rua que chamam de mercadores era quase toda deles; o beco tudo [...]. O castelhano que não tinha como companheiro de loja ao português lhe parecia não ter sucesso.

geral –, ao passo que o outro tratava dos assuntos funcionais, como os procedimentos para a lavoura e questões político-administrativas. A agricultura era considerada a base da economia dos *pueblos* (ANZAI, 2008).

No que diz respeito à distribuição das terras, os melhores terrenos eram denominados *terras da aldeia* e o restante era chamado de *chácaras dos índios*, que ficavam localizadas próximas às aldeias e o cultivo era feito por indígenas:

O produto básico era o algodão, mas o arroz e o milho também eram cultivados, além da coleta de riquezas extrativas, como madeiras, baunilha, cochonilha, óleos vegetais, mel e cera de abelha, e havia rebanhos de bois e cavalos. Produziam-se tecidos, sendo os mais grosseiros para uso da população da aldeia e, os de qualidade superior, para serem comercializados fora da missão (ANZAI, 2008, p. 9).

Para coordenar as atividades cotidianas da província, os missionários contavam com a assistência de uma espécie de conselho indígena – composto por oito índios e chefiado por um cacique – também denominado *cabildo*. Embora esse conselho auxiliasse os missionários nas atividades diárias, ele não possuía autonomia na estrutura, uma vez que esse conselho devia obediência à figura do padre. Além disso, mantiveram-se as figuras do *mayordomo*, encarregado pelo rebanho, e do *capitán*, incumbido das atividades de manufatura:

Cada família recebia uma parcela de terra para trabalhar, e o produto obtido era repassado integralmente aos missionários, para fazer parte de um fundo comum, composto por alimentos, roupas e remédios distribuídos quinzenalmente, inclusive para as pessoas não produtivas como viúvas, idosos, crianças e auxiliares das igrejas (MORENO, 2004, p. 28 apud ANZAI, 2008, p. 8).

O avanço português além de Tordesilhas nas terras do Mato Grosso era de conhecimento dos colonos paraguaios a datar da época da fundação do Cuiabá, mencionando até contato com as monções paulistas que seguiam em direção à Baixada Cuiabana e a região do Alto Paraguai. A primeira reivindicação da soberania castelhana sob aqueles territórios aconteceu apenas no ano de 1741 por autoridades paraguaias:

(...) Contudo – para espanto de Jaime Cortesão, e que assinalou a data com uma exclamação –, foi apenas em 1741 que as autoridades do Paraguai passaram a averiguar a localização e as proporções das novas minas, num inquérito ordenado em 1737 pela Coroa, visando descobrir em que medidas as minas do Cuiabá e de Goiás eram usurpações da soberania fundada em Tordesilhas. Portanto, desde

quando devidamente informada, a Coroa de Castela tratou a fundação dos estabelecimentos portugueses no Cuiabá como invasões das “terras pertencentes ao domínio de nosso Rei e Senhor” com base da inexistência de um marco jurídico que invalidasse o tratado de 1494 (LIMA, 2010, p. 81).

A movimentação entre índios debandados das monções representou uma vantagem às missões jesuítas, uma vez que eles auxiliaram com informações preciosas acerca do outro lado da fronteira e, assim, na elaboração de um plano para conter o avanço português:

Diante da fixação do povoamento no Cuiabá, os jesuítas de Chiquitos – a região missioneira mais próxima das novas minas – foram instruídos a não aceitar portugueses em suas missões e a lhes fazerem guerra se necessário. No Paraguai, as autoridades interrogaram indígenas fugidos das monções e que já haviam visitado a vila do Cuiabá, fizeram investigações e confeccionaram mapas, mas concluíram pela impossibilidade de desalojar as minas, pois temiam principalmente os exércitos indígenas sob comando dos sertanistas de São Paulo. Do lado leste da imprecisa fronteira, a Coroa Portuguesa procurava, desde a primeira notícia dos achados e de sua proximidade com relação às missões, conhecer a situação exata daquelas conquistas. É neste quadro de uma soberania incerta e de uma estagnação da fronteira colonial castelhana que se constrói, a partir do fato consumado do estabelecimento do Cuiabá, uma geopolítica da fronteira Oeste (LIMA, 2010, p. 82).

Corrêa Filho apontou a atuação dos castelhanos na busca por índios da região do Mato Grosso que tivessem atravessado a fronteira, registrando ainda o que o autor chama de *espionagem recíproca*:

Na ocasião, “dois pardos portugueses, que do Mato Grosso se vieram refugiar naquela aldeia” empenhavam-se nessa tarefa, em busca de desertores indígenas. Da mesma incumbência ocupavam-se os moradores da ilha Grande, que, todavia, não consentiram que o padre Raimundo Laines levantasse ali um cruzeiro, por suspeitarem dos intuits políticos dos missionários, em benefício dos castelhanos (CORRÊA FILHO, 2012, p. 284).

A presença maciça de contrabandistas portugueses nos territórios de Moxos e Chiquitos resultou no enfraquecimento da capacidade de produção instalada pelos jesuítas nas missões. Essa situação reforçou o alerta à coroa para que fossem tomadas as providências sobre essa questão. No ano de 1779, o rei Carlos III elevou a região a Vice-Reinado da Prata, implantando no ano seguinte os governos militares de Moxos e Chiquitos. Essa medida foi tomada com vistas a inibir o descaminho praticado por portugueses, através do aumento da vigilância na fronteira. Contudo, a medida não surtiu o efeito desejado: os portugueses

chegaram a ocupar toda a margem direita do rio Paraguai e passaram a promover fugas de índios castelhanos para o lado lusitano da fronteira (ANZAI, 2008).

O naturalista francês Castelnau descreveu na ocasião de seu relato de viagem o povoado de Vila Maria em 1845 – vizinha aos ditos terrenos – como uma “população de toda freguesia” e “habitantes de todos os matizes”, e confirmou em obra a presença de índios chiquitanos no povoado. Nesse mesmo sentido, o historiador mato-grossense, Domingos Sávio Garcia, confirmou em sua obra essa política portuguesa de incentivo ao contrabando e atração de indígenas das missões de Moxos e Chiquitos a Vila Maria do Paraguai, povoado limítrofe às missões jesuíticas:

Essa presença de índios chiquitanos em Vila Maria foi o resultado exitoso da política portuguesa de atração desses índios, moradores das vizinhas províncias espanholas de Mojos e Chiquitos, então vivendo um processo de crise na gestão das reduções jesuíticas da região. Esse trabalho consciente de incentivo ao contrabando e de atração de índios das províncias de Mojos e Chiquitos, vinha se acentuando desde a expulsão dos jesuítas e a sua substituição por administradores civis, curas e padres seculares, quando as missões organizadas pelos inácianos no oriente da Audiência de Charcas entraram em decadência. Já no governo do capitão-general João Pinto da Câmara (1765-1769) a fuga de índios para o território português se generalizou (GARCIA, 2013, p. 3).

Por conseguinte, esse mecanismo de incentivo à transmigração também deu origem a uma presença significativa de castelhanos na vila real de Cuiabá, fato este confirmado em cartas trocadas por autoridades regionais:

Faço a Sua Majestade presente o termo da nova fundação denominada Vila Maria do Paraguai, a que ultimamente dei princípio na margem esquerda do rio Paraguai, junto do lugar por onde de presente se dirige o caminho desta capital para a vila do Cuiabá, que distará 5 léguas do antigo marco do Jaurú; tendo-me valido assim de povoá-la, além de outros casais dispersos que pude congrega, de mais de sessenta índios castelhanos de ambos os sexos que houvera três meses desertaram da missão de São João de Chiquitos, persuadidos de pessoas que neste mesmo objeto fiz penetrar ao dito estabelecimento (NDIHR, micr. 273 in ANZAI, 2008, p. 18).

A população que habitava a vila do Cuiabá passou a ser cada vez mais miscigenada: índios portugueses e castelhanos, negros, paulistas, espanhóis desertados passaram a compor a nova povoação da vila:

(...) de que estas [as missões] se achavam quase solitárias, pelo crescido número de seus habitantes desertados, os quais no destino de também buscarem o asilo desta capitania sem saberem o verdadeiro caminho ou rumo, se achavam dispersos e como extraviados pelos bosques imediatos ao mesmo Jaurú e Paraguai, de onde fico esperando que efetivamente se desembaraçarão em consequência de ter expedido gente que os descubra e lhes mostre o caminho destes domínios, lisonjeando-me, talvez, de poder ainda mais consideravelmente povoar com gente castelhana a nova povoação de Vila Maria (NDIHR, micr. 273 apud ANZAI, 2008, p. 19).

E a presença de indígenas castelhanos vindos na missão jesuítica de Exaltación era registrada na Baixada Cuiabana, próximos à Chapada do Cuiabá:

Foram eles os primeiros que entraram por aquela parte. Pouco depois vieram outros índios. Sendo uns e outros recebidos com agasalho, foram mandados por sábia providência de Sua Excelência para a aldeia da Chapada do Cuiabá, em que há índios portugueses e também castelhanos vindos da missão de Exaltação e de outras, a fim de que não dêem tão facilmente execução a variedade de sentimentos que faz o seu caráter (AMADO & ANZAI, 2006, p. 201 apud ANZAI, 2008, p. 21).

A evolução do contrabando na fronteira entre a província do Mato Grosso e o Paraguai será tratada com a devida profundidade mais adiante neste trabalho. Contudo, faz-se necessário refletir a esta altura como o descaminho acompanhou o próprio desenvolvimento da região. O que diferenciava em cada fase era o produto a ser negociado: ora o gado, ora o ouro, ora a erva-mate ou mesmo todos eles. O que pode se afirmar é a existência de indícios de uma intensa troca entre os vizinhos durante um grande período, com ou sem tolerância das autoridades responsáveis por impedir que essa prática ocorresse:

Mais além do território peruano, como assinalámos anteriormente, a *Descrição* deixa entrever a ligação pelo Pacífico para a Nova Espanha e as capitanias e audiências centro-americanas, assim como a ligação com o Atlântico, o mar Oceano dos contemporâneos. Esta última é referida no texto, principalmente pelo Rio da Prata, onde convergem as rotas de comércio oficiais, com as do contrabando, amplamente utilizadas por portugueses e espanhóis (GARCÍA, 2013, p. 21).

Em maio de 1775, uma comunicação dos Anais da Câmara de Vila Bela registrou novamente as trocas entre portugueses e índios castelhanos:

Em dezessete desse mês [maio de 1775] entraram pela via de Chiquitos, em direitura ao porto de Jauru, distante desta vila 35 léguas, a leste, e pouco mais de duas [léguas] do marco que plantaram, na futura demarcação do sul, cinco contrabandistas castelhanos com uma partida de cento e tantas mulas suficientes, que foram de bem raridade neste país. Quando se recolheram, foram acompanhados de alguns portugueses que vieram a comunicar com os índios da missão de São

João, para a qual se faz viagem em seis ou sete dias por caminho que, sendo muito cheio de águas no inverno, na seca tem muita falta delas. Alcançaram dos mesmos índios, duzentas cabeças de gado vacum. Por mimo lhes compraram mais de 400, por preço muito módico, e a troco de fazendas e quinquilharias (AMADO & ANZAI, 2006, p. 198 apud ANZAI, 2008, p. 20).

Em face do exposto, constata-se a presença de indicativos que apontam que o intercâmbio comercial na fronteira em questão esteve presente em diversos momentos na história dessa região. As trocas aconteciam conforme as necessidades surgiam em ambos os lados. Portugueses, brasileiros, índios castelhanos, espanhóis, enfim, todos criaram uma forma de dar continuidade às trocas que garantissem o bem-estar frente a qualquer proibição.

A seguir, trataremos dos episódios ocorridos no período anterior ao conflito da Tríplice Aliança – século XVII – e nos aproximaremos dos antecedentes ao confronto que envolve os principais países do Cone Sul.

3.2 ANTECEDENTES

3.2.1 Província do Mato Grosso – fronteira e contrabando no século XVIII

Lo mío es lo contrabando, lo lirikotráfico; como saber adonde si ubica la frontera si non sei onde empieza el día y si acaba el sueño?; como conocer onde empieza el portugués y termina el castellano, si lo unico que seiés que el portuñol és infinito, assim como la borrachera? Lo mío és la poesia y el infinito, esa broma que llamamos vida (TERRÓN, 2008, p. 6)³⁴.

O cenário de fronteira – no sentido político do conceito, a partir de linhas imaginárias dividindo os territórios – envolve inúmeras redes de interação e contato entre os povos que nela habitam. As interações podem ser econômicas, culturais, sociais, políticas, religiosas, para além de outras múltiplas relações. Em decorrência desses contatos, ora geram relações amistosas na identificação de semelhanças, ora provocam conflitos por suas diferenças.

Para entender a fundo o contexto da fronteira que envolve a província do Mato Grosso, é necessário que retornemos momentaneamente ao século XVIII. Os diálogos entre

---

³⁴ Tradução livre: O meu é o contrabando, o lirikotráfico; como saber onde a fronteira está localizada, se não sei onde começa o dia e se o sonho termina? Como saber onde começa o português e o espanhol acaba, se a única coisa é que o Portunhol é infinito, assim como a embriaguez? O meu é poesia e infinito, aquela piada que chamamos de vida.

portugueses e espanhóis na região marcaram a província desde a sua fundação. A primeira referência poética ao Cuiabá corrobora essa miscelânea: um verso feito por um português em espanhol para a Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá:

(...) Sin quietud establece el claro príncipe
El Cuyabano emporio, donde prosperar
Auxílios rondarán con que divísimos
Los paulistanos dorarán sus cómodos³⁵

A prática de contrabando comercial desponta concomitantemente aos avanços comerciais da província. Chaves (2008), em *Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do Império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVII* relata o funcionamento das atividades de contrabando – de conhecimento ou não das autoridades oficiais – com as missões hispânicas:

O vale do Guaporé, no distrito do Mato Grosso, era habitado por diferentes populações ameríndias que falavam línguas e vestiam “estranhamente”. Nessa região limítrofe ao Vice-reinado do Peru, os portugueses construíram, às margens do rio Guaporé, as fortificações de Nossa Senhora [da] Conceição (depois, forte Bragança) e do Príncipe da Beira. Foi através desses estabelecimentos militares que a Coroa, a partir das décadas de 1760 e 1770, começou a estruturar, apoiada com recursos da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, “sigiloso” comércio de contrabando com as missões de Moxos e Chiquitos e com Santa Cruz de La Sierra (CHAVES, 2008, p. 176).

As primeiras comunicações a respeito de contrabando da região surgem a partir da diminuição do protagonismo da atividade mineradora na capitania. O enfraquecimento da estrutura aurífera provocou um desequilíbrio nas contas do governo regional, isso porque o destino da maioria do ouro retirado da região tinha como objetivo pagar os produtos vindos das capitanias centrais, com os comerciantes paulistas e as casas de comércio do Rio de Janeiro e Bahia. Frente a esse contexto, as dívidas contraídas pelos comerciantes da Vila Real do Cuiabá com os comerciantes dos centros cresceram de maneira considerável e se tornaram cada vez mais insustentáveis:

Com a redução da produção e da circulação do ouro nas minas cuiabanas, diminuiu o poder de compra de mercadorias pela população mineradora. Houve também dificuldades, por parte dos comerciantes estabelecidos nessas minas, no pagamento de suas dívidas com os monçoeiros que abasteciam os arraiais cuiabanos e do vale do Guaporé. Em parte, essa situação explica a tentativa dos comerciantes em procurar estabelecer intercâmbio comercial com os espanhóis (CHAVES, 2008, p. 183).

---

³⁵ MARTINS, Heitor. Diálogo entre o Deus Momo e o Censor-1726, Félix de Azevedo Carneiro e Cunha. *VIII Anuário do Museu da Inconfidência*. Apud: ROSA (1996).

Bandeiras exploratórias foram lançadas com destino ao Alto Paraguai e Arinos em nome de grupos comerciais no intuito de promover o comércio com os castelhanos do Reino do Peru, a província do Paraguai e indígenas. Chaves (2008) narra situação referida:

Com base em uma petição feita por comerciantes da Vila Real do Cuiabá ao rei D. João V, o ouvidor, representando os interesses do grupo de comerciantes, manifestara a intenção de “abrir comércio com os castelhanos do Reino do Peru, Província do Paraguai e com várias nações de índios, que habitam os pampas, às margens do dito rio, tudo na forma dos Capítulos oitavo, e cinquenta do Regimento do governo geral deste Estado dado ao Governador geral Roque da Costa Barreto no ano de 1677. Para Canavarros, as razões dos peticionários parecem cristalinas. Queriam mercados, estavam dispostos a montar negócios, pois circulava pouco ouro em Cuiabá naquela época, dando margem à saída de bandeiras exploratórias a partir de 1739, principalmente em direção ao Alto Paraguai e Arinos (CHAVES, 2008, p. 184).

Segundo o mesmo autor, os destacamentos militares funcionavam como peças-chave para a operação do comércio ilícito, dentre as mais relevantes pode-se ressaltar os destacamentos do Jauru, Forte de Bragança, Missão de Madalena e de Exaltación, do lado hispânico. Uma complexa rede, que envolvia comandantes, padres, colonos, comerciantes, comissários locais, religiosos, enfim, população mato-grossense e povoada por castelhanos, participava dessas operações.

Ainda de acordo com Chaves (2008), essas práticas comerciais podiam distinguir-se em três grupos:

Podemos apresentar três modalidades de comércio praticadas por diferentes grupos populacionais na capitania de Mato Grosso: a) o descaminho do ouro e diamantes (mercadorias que eram comercializadas sem passar pelo controle da Coroa e pelos registros e alfândegas, não pagando os infratores, desta forma, os devidos impostos do rei); b) o comércio regular era fiscalizado pela Coroa (passava pelos registros e alfândegas e pagava os tributos régios); c) o contrabando que se dividia em duas categorias, o oficial e o ilícito. O contrabando oficial era patrocinado pela Coroa, com apoio de uma ampla rede de pessoas, que envolvia a mais alta esfera da administração portuguesa e espanhola. Esse tipo de contrabando seguia uma pauta de mercadorias a serem comercializadas, com objetivos bem definidos pela Coroa, e havia o efetivo controle das operações a partir de Lisboa. O ilícito era, geralmente, punido pela Coroa, o que não impedia a participação de autoridades coloniais e de poderosos grupos econômicos envolvidos nesse tipo de comércio (CHAVES, 2008, p. 177).

Rosa (1996) menciona em seu trabalho a prática do *contrabando oficial e secreto*³⁶ realizado nos espaços fronteiriços com o território espanhol, que visava reparar os

---

³⁶ De acordo com relatos do provedor Felipe José Nogueira Coelho, em 1780, sobre o contrabando oficial e secreto, apresentado na obra de Rosa (1996): “Esta providência era contra o Direito Natural e contra a observância das praças de comércio, mesmo da corte e reino. Há, porém alguns casos em que os príncipes, por

prejuízos sofridos na região do Prata: “Nos anos 1770, esse monopólio tende a abranger a ‘Repartição’ do Cuiabá e, através do contrabando oficial ‘secreto’, a atingir as zonas espanholas fronteiriças – visando compensar as perdas sofridas no estuário do prata” (ROSA, 1996, p. 250). Ademais, segundo o mesmo autor, o comércio ilícito era conhecido na região, entre autoridades e comerciantes, e tornou-se cada vez mais habitual no local:

Essa inversão discursiva integrava a prática “bizarra mascarada”. Do contrabando oficial praticado pelo Governador Luís de Albuquerque, com o conhecimento do Provedor e do Ministro. E, no avesso do avesso, integrava a distorção do contrabando “secreto” estratégico em comércio ilícito interno, coordenado pelo “gerente geral” Luís de Albuquerque. Esse comércio ilícito interno, executado por militares e civis ligados ao governador vinha desde a segunda metade dos anos 1770 e com certeza tornou-se cada vez mais conhecido pelos comerciantes do Cuiabá (ROSA, 1996, p. 251).

Em consonância com o autor mencionado acima, Chaves (2008) aponta novamente a participação de diversas autoridades nessa rede de comércio irregular que envolveu várias capitanias e missões hispânicas:

Com a edificação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, a Coroa também chamou para si a estruturação de uma grande rede de contrabando com os povoados espanhóis do Vice-Reinado do Peru. Em 24 de dezembro de 1772, a Coroa procurou enviar ao governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, João Pereira Caldas, uma instrução que tinha como objetivo proporcionar o aumento do comércio, via rio Madeira, atingindo a capitania de Mato Grosso; além desse propósito, visava “regular o contrabando entre Belém a partir das vastas povoações hispânicas de Orinoco, Quito e Peru. Esse plano estava assentado praticamente em três pontos: contrabando, construção de feitorias e comércio com o Rio de Janeiro, Bahia e o Pará”. A instrução ou memória encaminhada pelo governador da capitania de Mato Grosso, Luis Pinto de Souza Coutinho, a seu sucessor, D. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, também revela um conjunto de ações, de forma sincronizada, entre a administração ultramarina e os governadores dessas duas regiões, no sentido de assegurar o incremento do contrabando nos domínios castelhanos. Nessa instrução, existem referências à alteração da política empreendida pela Coroa no sentido de estimular o comércio de contrabando com as províncias castelhanas de Moxos e Chiquitos (CHAVES, 2008, p. 188).

A prática do contrabando na capitania tornou-se tão usual que passou a ser aludida dentro da instituição. O próprio estatuto da capitania direcionava parte de seus recursos para pagamento de subornos mascarados na forma de regalos. Chaves (2008) descreve o funcionamento dessa atividade:

---

urgência do Estado e por algumas razões civis, modificam e restringem as leis naturais, aliás, imutáveis nos seus princípios. Assim ensinam os sábios Estatutos da Universidade de Coimbra, livro 2º, tit. 3º, cap. 2.º §5º. As utilidades que se pensavam na introdução da Companhia Geral do Grão-Pará cobriram essa determinação extraordinária.” Alçava assim Nogueira Coelho a questão ao nível teórico, contemplando as “urgências do Estado” (ou seja: a ênfase pombalina sobre o exclusivo comercial) e as “algumas razões civis” (vale dizer, os interesses empresariais próximos a Pombal) como legitimantes da “determinação extraordinária” (ROSA, 1996, p. 250-251).

Constavam, no estatuto dessa companhia, recursos para o envio de “presentes”, ou, mais explicitamente, pagamento de subornos às autoridades castelhanas estabelecidas no Vice-Reinado do Peru, a fim de facilitar o contrabando. Como compensação para esses investimentos, a companhia poderia auferir cerca de 75% de todas as transações feitas com os povoados espanhóis, o que poderia lhe garantir o acesso à prata espanhola extraída do altiplano andino (CHAVES, 2008, p. 190).

Avançando pela intrincada rede na qual se amparava o contrabando, foi verificado o envolvimento de diversos estratos da sociedade da época. Para, além disso, ao investigar pormenorizadamente toda a operação deste ilícito, foi constatado que não somente as motivações econômicas impulsionavam a prática, como também a possibilidade de ascensão social:

Identificamos, *grosso modo*, três formas de cooptação de sujeitos para dentro do bando: as alianças matrimoniais, a coerção extra-econômica (violência física) e os laços de reciprocidade (...). O bando significava para muitos uma alternativa de ascensão social. Vincular-se ao bando poderia significar acesso às várias formas de contrapartida oferecidas. Isso não significa, de forma alguma, que tal estrutura contribuísse para igualdade. Pelo contrário. O bando reproduzia a sua própria maneira, a desigualdade congênita daquela sociedade, possibilitando o acesso de uns ao que a maioria não possuía (GIL, 2003, p. 3).

Em vista do exposto, é relevante mencionar a esta altura o papel das autoridades oficiais da capitania do Mato Grosso, que atuaram como agentes fundamentais para a operação e manutenção do comércio ilícito na região. O governador Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres exerceu papel crucial na arquitetura do sistema de contrabando e, atuando ao lado do Frei Caetano de Fudela, chefe da missão de Madalena, conduziu as negociações:

Em outra correspondência enviada a Melo e Castro, Pereira e Cáceres detalhou as ações tomadas para dar prosseguimento à prática do contrabando oficial. Fazendo referência ao parágrafo 5º da carta instrutiva, o governador fez alusão à intenção do rei D. José I em “abrir por qualquer modo as Portas do Comércio dos espanhóis nesta Fronteira; fechada há muito tempo com as mais escrupulosas cautelas”. Segundo o governador, as dificuldades enfrentadas por seus antecessores em manter o comércio com os povoados castelhanos deviam-se à postura do “vigilante” governador espanhol D. Antonio Aymerik, que tinha ordens expressas da Coroa espanhola para impedir qualquer tipo de intercâmbio comercial com os portugueses, naquela região. As relações com as autoridades do Vice-Reinado do Peru começaram a mudar a partir da sucessão do novo governador D. León de Velasco, que era visto por Pereira e Cáceres como menos rigoroso e mais inclinado à prática do contrabando. Um outro receptor das mercadorias portuguesas foi o Frei Caetano de Fudela, administrador da missão de Madalena, “confidente e intérprete das nossas intenções”, dizia Pereira e Cáceres a Melo e Castro. Logo que assumiu o governo da capitania de Mato Grosso, Pereira e Cáceres recebeu a informação do frei Fudela, avisando que aguardava com grande expectativa, chegada das mercadorias que deveriam ser trazidas de Belém pelos comerciantes da companhia geral do Grão-Pará até o distrito do Mato Grosso (CHAVES, 2008, p. 192).

A região cortada pelo rio Paraguai também foi alvo do interesse de Pereira e Cáceres. Conforme mencionado neste trabalho, o comércio via rio Paraguai correspondia a uma parcela significativa das trocas na região oeste do Império. Essa situação foi exposta neste trecho:

Os planos de Pereira e Cáceres, orientados pela Coroa, consistiam em fomentar o comércio via rio Paraguai, pois através desta rota não correria o risco dos comboios de comerciantes e de tropas militares de sofrer nenhum embaraço como os existentes durante as travessias das cachoeiras nos rios Madeira e Guaporé. Considerava também que às margens desse rio haviam povoados castelhanos, nos quais, futuramente, poderiam ser introduzidas mercadorias de todos os tipos, atingindo inclusive a Província do Paraguai (CHAVES, 2008, p. 193).

Em síntese, as trocas comerciais entre portugueses e espanhóis e, posteriormente, brasileiros e paraguaios acompanharam a província desde a sua fundação, ora com a participação das autoridades oficiais na prática do descaminho, ora com a proibição do contrabando pelos governos instituídos. No item a seguir, exploraremos o funcionamento das casas de comércio durante o século XIX, instituições fundamentais nesta pesquisa, que atuavam particularmente no trecho Rio de Janeiro – Buenos Aires – Montevideu – **Asunción** – **Concepción** – **Corumbá** e **Cuiabá**.

3.2.2 Casas de Comércio – Província do Mato Grosso (Cuiabá – Corumbá – Concepción)

Casa antiga e baixa, na época, “a loja”. Balcão extenso separa o terreno dedicado à freguesia, do recinto privativo dos sócios e do pessoal do escritório. Verdadeiras enciclopédias comerciais as casas de comércio então. Importadora a princípio, depois também exportadora, atacadista e varejista (...). Desde os produtos naturais do Estado, a borracha, a ipecacuanha e outras plantas medicinais, os couros, exportados em larga escala para o estrangeiro, até os mais delicados artigos de Londres, Paris e New York, vestidos e chapéus da moda, sapatos, fazendas, ferragens, vendidos por atacado e varejo (PONCE FILHO, 1952, p. 31).

O início da atividade comercial na província do Mato Grosso, assim como outras partes do Brasil, foi formado a partir dos incentivos na Coroa Portuguesa. Fato que corrobora essa constatação é a mudança da administração dos recursos da capitania para a atuação da Corte. Tal medida buscou abrir caminho para a comunicação e o comércio na capitania, através dos rios Cuiabá Arinos e Tapajós em direção a São Paulo (BORGES, 2001).

No século XIX, o comércio era a atividade que impulsionava a economia da capitania e constituía a principal fonte de receita da província. Os donos das casas comerciais

representavam uma *classe* favorecida na sociedade regional, eram mais prestigiados que a classe política e até mesmo a classe militar. Na baixada cuiabana, as regiões eram separadas em razão da atividade econômica que predominava: em Cuiabá focava-se no comércio e na produção do açúcar, esta realizada também em Chapada dos Guimarães; criação de gado em Cáceres e Poconé; por fim, a mineração do ouro e diamante era predominante no distrito de Diamantino.

Como mencionado acima neste trabalho, as casas de comércio tiveram um importante papel para economia regional. Comumente chamadas de *armazéns*, essas casas comerciais surgiram na Província do Mato Grosso em meados do século XIX, fundadas principalmente por imigrantes alemães, portugueses e italianos. Esses estabelecimentos realizavam inúmeras operações mercantis para além da compra e venda, efetuavam também operações de importação e exportação, aquisição de terrenos e embarcações e, como iremos trabalhar a seguir neste capítulo, as casas comerciais chegaram até mesmo a efetuar operações financeiras de empréstimos, operando como representantes de instituições bancárias na região.

Emblemática obra nesse tema é o trabalho de Gilberto Alves (1984), que aborda o domínio econômico das casas comerciais durante os séculos XIX e XX. O autor ilustra como era o funcionamento desses armazéns:

A casa comercial, durante todo o período manufatureiro, foi o centro nervoso da economia das colônias e dos países recém-independentes. Ela correspondeu ao instrumento indispensável à acumulação de capital industrial, basicamente de origem inglesa, pois importava e distribuía suas mercadorias. Ia mais além a casa comercial, já que importava, complementarmente, os demais produtos que necessitava o consumidor e monopolizava a exportação de grande parte, quando não da totalidade, dos produtos locais (ALVES, 1984, p. 13).

É interessante notar que as negociações que envolviam preço e recebimento do pagamento eram feitas na ocasião da entrega do produto, momento no qual também era feita a avaliação da qualidade da mercadoria e só a partir daí era estipulado o preço final:

O domínio desse mundo material, que correspondeu ao controle da economia regional em benefício do comerciante, exigiu deste a manipulação de variáveis, sempre objetivas, que regiam as operações mercantis. Para tanto, não necessitava o comerciante de um maior lastro cultural, mas sim de capacidades pessoais, como a sagacidade, e de conhecimentos das noções matemáticas elementares envolvidas nos cálculos contábeis (...) tal operação só se efetivava mediante a presença física da mercadoria – mas é indispensável destacar duas questões a ela ligada. A primeira é que o pagamento só se fazia contra a entrega do produto, daí porque as operações de crédito eram desconhecidas, ou destituídas de maior importância face ao seu

insignificante volume. A segunda questão é que a peculiaridade da operação estava estreitamente associada à *qualidade* do produto, que ainda não apresentava, nessa fase, maior unidade. Logo, o preço acertado na compra e na venda estava sempre na dependência da *qualidade* da mercadoria, o que tornava indispensável sua presença física. Compreende-se com maior precisão, dessa forma, por que o comerciante não era dado à abstração nesse mundo tangível, onde somente a materialidade das coisas as tornava passíveis de consideração (ALVES, 1984, p. 13-14).

Ainda nesse sentido, merece destaque o fato de que o real poder exercido pelo comerciante nesse período derivava não da mercadoria que ele detinha em mãos para venda, mas sim da informação que ele dispunha: notícias sobre as plantações – a existência de pragas, informações sobre o clima nas lavouras, o volume plantado, informações sobre os garimpos e a exploração dos minérios, enfim, na posse dessas informações, o comerciante estimava um panorama da produção naquela região e calculava os riscos de superprodução ou da escassez de determinado artigo (ALVES, 1984).

Diante disso, percebemos que o produtor era muito mais dependente do comerciante do que o contrário, tanto no que se refere ao escoamento da produção quanto no abastecimento por outros itens:

(...) nas relações que estabelecia com a casa comercial, a posição do produtor era de dependência. A exportação de mercadorias regionais, tal como se fazia, evidencia esse fato. O caso da erva-mate é muito expressivo, pois Thomaz Laranjeira, o arrendatário que explorou os ervais sulinos, necessitou, pelo menos nos primeiros tempos de sua atividade, da sua casa comercial *Firmo & Ponce* para escoar o produto até os mercados consumidores do Prata. (...) Deduzindo todas as conseqüências do monopólio que a casa comercial exerceu sobre a navegação, que correspondeu ao monopólio do comércio de importação e de exportação, pode-se afirmar que todos os produtores regionais, sem exceção, dependeram da casa comercial para efeito de abastecimento e escoamento de mercadoria, o que os colocou sob o controle irrestrito desta. Também insinuou-se claramente, neste momento em que a casa comercial era a principal incentivadora da diversificação da produção mato-grossense, a presença de um novo mecanismo, que passava a medir as relações entre comerciantes e produtores: o *crédito* (ALVES, 1984, p. 28).

A partir dessas informações, o comerciante conseguia elaborar a conjuntura das principais atividades econômico-comercial da região. Certamente que esses dados não eram expostos ao público, dado que eles representavam poder de barganha, de maneira que a informação era negociada nos bastidores e guardada em sigilo:

As informações obtidas pela casa comercial não eram colocadas sob o domínio público, mas sonegadas, na medida em queda desinformação do produtor derivava a realização de lucrativas operações. Por ser o único elemento que dispunha de capital móvel na região, o comerciante auferia lucros significativos nas operações que

estabelecia diretamente com o produtor. (...) A prática desses artifícios, bem como o exercício da contravenção, explica por que a casa comercial se apropriou de boa parte da riqueza gerada na sua região de influência, durante todo o período manufatureiro (ALVES, 1984, p. 14).

Para além do comerciante, figura crucial era a do *tropeiro* e/ou do *caixeiro-viajante*. Eles eram contratados pelos donos das casas de comércio e buscavam as mercadorias diretamente com os produtores e artesãos no interior da província. Detinham o conhecimento sobre cada característica do produto e negociavam os preços a partir da demanda vinda da cidade. A diferença entre o *tropeiro* e o *caixeiro-viajante* era eminentemente a “área de cobertura”, enquanto este último concentrava sua ação apenas no âmbito local, o *tropeiro* tinha um alcance regional e somente ele possuía permissão de acesso aos mercados centrais como os do Rio de Janeiro e de São Paulo (ALVES, 1984).

Acerca da figura do *tropeiro* e do *caixeiro-viajante* e da grande influência exercida por eles nos negócios durante os séculos XVII e XIX, Lenharo (1979) expõe:

(...) Numa época de extrema carência de informações, a palavra recente do *tropeiro* significava a veiculação mais atualizada das novidades que procediam do mundo da Corte. Exercia também função capital junto dos proprietários do interior a quem punha a par das variações comerciais do momento, funcionando como seu conselheiro de negócios. A presença estratégica que ocupava na vida comercial exigia do *tropeiro* um aperfeiçoar constante que garantisse o bom desempenho de suas funções (LENHARO, 1979, p. 108).

A rota do comércio e distribuição das mercadorias tinha início na cidade do Rio de Janeiro e operava por Buenos Aires, Assunção, Corumbá e Cuiabá. O mapa abaixo possibilita a visualização de parte do caminho feito pelas mercadorias até atracar nos portos da Província do Mato Grosso:

Figura 7 – Rota fluvial

Fonte: Malha Digital do Brasil (IBGE, 2005).

Antes da abertura da navegação do rio Paraguai, as viagens feitas do Rio de Janeiro com destino a província do Mato Grosso duravam cerca de cinco a seis meses e eram percorridas através do caminho de Goiás. Com o franqueamento dos rios da Bacia do Prata, o tempo demandado pelo trecho reduziu para apenas um mês. Mamigonian (1986) descreve como era o trajeto dos portos feito nas viagens de transporte de mercadorias:

A pequena profundidade das águas no alto curso do Paraguai e nos rios São Lourenço e Cuiabá mostrou a necessidade de subdividir percurso em etapas,

realizadas sucessivamente por navios de menor calado. Corumbá tornou-se porto obrigatório nestas etapas (Rio, B. Aires, Assunção, Corumbá, Cuiabá), pois os vapores que faziam o transporte de passageiros e mercadorias até a capital do Paraguai não podiam ter calado superior a 8 a 9 pés, enquanto as embarcações que navegavam rio acima até Cuiabá eram de fundo chato e calavam no máximo um metro d'água (Diccionario, 1922, p. 699). Esta posição portuária foi garantida pela escolha de Corumbá como sede de um dos quatro distritos militares da fronteira de Mato Grosso (distrito do baixo Paraguai, que englobava o forte de Coimbra), tendo quartel com comando de distrito e corpo de artilharia (Leverger, 1863, p. 11), logo após a abertura da navegação (MAMIGONIAN, 1986, p. 54-55).

Cidade que operou como ponto estratégico no período estudado e que merece atenção neste trabalho é a cidade de Corumbá, situada ao sul da Província do Mato Grosso. A abertura da navegação do rio Paraguai para o Mato Grosso no dia 6 de abril de 1856 – assim como aconteceu com outros distritos na província – representou, do mesmo modo, um marco na evolução da vila de Corumbá.

Após esse episódio, Cuiabá perdeu relativamente o posto de principal núcleo comercial da província do Mato Grosso para a cidade de Corumbá. Em meados do século XIX, Corumbá passou a operar como entreposto comercial na rota que tinha como ponto de partida o Rio de Janeiro com paradas em Buenos Aires, Assunção, Corumbá e encerrava em Cuiabá.

Ao porto da cidade ancoravam navios trazendo mercadorias importadas de Portugal, Inglaterra, França, Itália e de outros países europeus que haviam despachado seus produtos nos portos do Rio de Janeiro. A diversidade dos itens importados chamava a atenção para a época: iam desde armas a vinhos, chapéus, maquinários, chapas de aço, roupas, charutos, móveis e outros. Dentre as atividades praticadas na cidade, o armazenamento das mercadorias importadas em grandes depósitos era feito em Corumbá para, em seguida, ser redistribuída em cidades da rota comercial.

O porto de Corumbá era o mais apropriado para receber embarcações de maior calado, navios que variavam de um a oitenta metros, e o porto possuía um canal de acesso de até três metros de profundidade. Dadas essas características, o porto de Corumbá era o local para onde as mercadorias chegavam por grandes navios – até oitenta metros – e de lá eram separadas e distribuídas em embarcações de menor porte que partiam para o norte da província por Cáceres e Cuiabá.

Borges (2001) comenta as mudanças ocorridas após o deslocamento do núcleo comercial da região e os efeitos decorrentes da nova conjuntura:

A esse deslocamento do principal núcleo comercial agrega-se, por outro lado, o grande crescimento alcançado pelo comércio, decorrente: do baixo preço do transporte e do baixo custo dos produtos, oferecidos pelos países, interessados em ampliar seus mercados em escala mundial. Percebe-se, assim, que a abertura do rio Paraguai à navegação conjugam-se transformações ao nível de produção e dos transportes em nível mundial. A esse “**novo**” comércio do Mato Grosso correspondeu novos esquemas de comercialização, demonstrados, por um lado, pelo maior intercâmbio realizado pelos comerciantes mato-grossenses com outros países e outras partes do Brasil (BORGES, 2001, p. 119, destaque do autor).

Seguindo a interpretação do autor referido acima, Cancian (2015) aborda esse dinâmico fluxo comercial no porto de Corumbá:

O porto geral de Corumbá tornou-se local de intenso movimento de indivíduos envolvidos com a comercialização de mercadorias, com as atividades alfandegárias e demais serviços. Ele tornou-se, igualmente, grande via de acesso às demais localidades da província de Mato Grosso. A movimentação era avolumada pelos viajantes estrangeiros, pois Corumbá era a primeira aglomeração mato-grossense onde os estrangeiros paravam, antes de seguir viagem para seus destinos finais. No porto, atracavam navios nacionais e estrangeiros, carregados de mercadorias para o comércio atacadista, que distribuía as mercadorias pela província. Corumbá transformou-se em praça comercial. Constituída por comerciantes nacionais e estrangeiros, acesso e porta de entrada para a província mato-grossense (CANCIAN, 2015, p. 401-402).

É a partir desse momento que as casas de importação e exportação se fortalecem na esfera regional, uma vez que naquela ocasião detinham o controle do monopólio efetivo do comércio local, atuando em diversos segmentos que, conforme dito variavam desde compra e venda, importações e exportações, até operações bancárias. Nesse sentido, no ano de 1862, o governo provincial passou a estimular a presença de estrangeiros para atuar no comércio regional:

Do ponto de vista econômico, a abertura da navegação possibilitou a inserção de Mato Grosso no contexto do capitalismo internacional, assim como também um ensaio de participação direta de capitais estrangeiro na sua economia, estimulando a expansão de novos grupos econômicos e sociais. Corumbá tornou-se um pólo de crescimento regional, centralizando e exportando a produção mato-grossense e processando, inversamente a redistribuição do comércio mundial, atraindo cada vez mais novos investimentos à região sul mato-grossense. Dois anos antes da guerra (1862), o governo imperial vinha estimulando a vinda de imigrantes, sobretudo, dos países latinos para a província de Mato Grosso, como que antevendo o crescimento da região (REYNALDO, 2007, p. 20).

A partir desse momento, abordaremos o funcionamento e operações de duas casas comerciais eleitas para esta pesquisa. Tal escolha se deu em função do ano de fundação, área

e região de atuação. As casas de comércio escolhidas neste trabalho são a Casa Alexandre Addor e M. Cavassa Filho & Cia. Trataremos separadamente sobre cada uma delas.

A Casa Alexandre Addor foi fundada no ano de 1865, curiosamente no contexto da Guerra do Paraguai. O proprietário do grande armazém era uma figura de grande prestígio socioeconômico-político da cidade. A sede da companhia foi instalada em Cuiabá, na rua XV de novembro – centro comercial do período – e ofertava serviços de importação de vários itens:

CASA ALEXANDRE ADDOR, fundada em 1865, com sede em Cuiabá, dedicavam-se a importação de diversos tipos de produtos; exportava borracha, couros e ipecacuanha e possui seringais próprios nos rios: Arinos (área total: 12.000ha) e Paranatinga (área total: 4.500 ha); e campos para a criação de gado nos rios: Paranatinga e Tombador, com uma área total de 9.600 ha. A casa possuiu também, filiais em Rosário e Diamantino e três embarcações próprias (BORGES, 2001, p. 121).

O anúncio abaixo, que será analisado pormenorizadamente no capítulo a seguir, destinado aos diagnósticos dos episódios selecionados, demonstra a complexa rede de atividades desencadeadas por essas instituições comerciais:

Figura 8 – Anúncio comercial da Casa Alexandre Addor

ALEXANDRE ADDOR, CUYABÁ

Endereço tel.: "ADDOR"
Telephone No. 16

Rua 15 de Novembro No. 67

Codigos em uso: Ribeiro e ABC 5^a
Casa fundada em 1865

Importação em geral

Exportação de Borracha, Couros e Ipecacuanha

A casa exporta annualmente m. ó. m. 80.000 kilos de borracha, na maior parte extrahida dos seringaes de sua propriedade, nos quaes occupa m. ó. m. 300 trabalhadores

Os seringaes proprios, situados nos rios Arinos e Paranalinga, abrangem 24 lotes com uma area total de 12.000 ha e 4.500 ha respectivamente.

Os campos para criação de gado comprehendem terrenos nos rios Paranalinga e Tombador, com uma extensão de 9.600 ha.

A firma é proprietaria de uma casa magnifica em Cuyabá, de seis edificios na villa do Rosario, onde mantém florescente filial, e 8 em Diamantino, também sede d'uma casa filial.

Para facilitar o transporte das suas mercadorias e productos, a casa mantém 3 embarcações que navegam entre a capital e a villa do Rosario.

Além da Alexandre Addor, a casa comercial M. Cavassa Filho & Cia. – sediada no porto de Corumbá na rua Presidente Costa Marques – teve uma função determinante para o comércio entre os dois países, trazendo indícios de funcionamento desde a liberação da navegação do rio Paraguai em 1858 até as primeiras décadas do século XX. O armazém M. Cavassa Filho & Cia. negociava artigos nacionais, querosene, farinha de trigo e “exportações de produtos do Estado”. A casa contava ainda com algumas embarcações, a exemplo do Vapor “Fernandes Viera” e Vapor “São José”, estabelecidas na carreira do Paraguai.

O anúncio comercial a seguir, registrado no Album Graphico do Estado de Mato Grosso, expõe os vários serviços e atividades exercidas pelo comércio M. Cavassa Filho & Cia.:

Figura 9 – Anúncio comercial da M. Cavassa Filho & Cia.

M. Cavassa Filho & Comp., Corumbá

Séde social: Rua Presidente Costa Marques (Porto) No. 36

Endereço tel.: "CAVASSA"

Codigos usados: ABC 5th, Ribeiro, Liebers

Caixa Postal No. 14

Telephon No. 66

Socios componentes da Firma: Srs. João Pedro Cavassa, Raphael Cavassa, Julio M. Cavassa, Manoel Cavassa filho, Marianno Cavassa e Salustiano A. Maciel. A firma é sucessora da extincta "Cavassa & Irmãos" que era composta dos tres primeiros, e estes negociavam exclusivamente com armazem de secos e molhados á então Rua do Commercio (hoje Presidente Costa Marques), commissões e consignações, em continuação da firma individual do Sr. Manuel Cavassa, pae dos referidos irmãos Cavassa, e que foi, em 1858, o fundador da casa, destruída por occasião da invasão paraguaya e restabelecida no anno de 1870 pelo mesmo Sr. Manuel Cavassa, já fallecido.

A firma hoje dedica-se com especialidade ao negocio, por grosso, de generos nacionaes, farinha de trigo, kerozene etc., bem como á exportação de productos do Estado.

São Agentes-Proprietarios das seguintes embarcações, estabelecidas na carreira do Paraguay: VAPOR FERNANDES VIEIRA, de porte de 300 toneladas e accomodações para 100 Passageiros de 1a classe, illuminado á luz electrica e installações de ventiladores; este vapor foi reconstruido em Corumbá, no estaleiro do Sr. C. G. Preza no anno de 1911. VAPOR SÃO JOSÉ, com capacidade para 280 toneladas de carga e accomodações para 20 passageiros de 1a classe, rebocador exellente, construído em Europa, para a então Companhia Cibils, no anno de 1903.

São Agentes dos vapores "CAMPOS" e "CUYABÁ", da Empresa Fluvial Brasil-Uruguay, da qual são encorporadores. Estes vapores fazem a carreira de Montevideo á Corumbá, occupando-se com a condução de cargas. O primeiro tem capacidade para 900 toneladas de carga e o segundo, actualmente navegando do porto de Montevideo ao do Rio de Janeiro, para 1200 toneladas, ambos aparelhados e dotados de installações electricas.

AGENTES do BANCO DO BRASIL n'esta cidade para a emissão de vales ouro, destinados ao pagamento de direitos aduaneiros, e também para cobrança de titulos.

Agentes da BRASIL LAND, CATTLE AND PACKING CO., Companhia ligada ao Sindicato Farquahr, com séde em São Paulo, que ultimamente adquirio as propriedades de Descalvados, Alegre e outros estabelecimentos da Industria Pecuaria n'este Estado.

Fonte: Album Graphico do Estado de Mato Grosso/Secretaria do Estado de Cultura de Mato Grosso.

Diante do exposto, pode-se constatar a imensa importância que as casas comerciais tiveram para as atividades comerciais na região durante o século XIX até o início do século

XX. Essas instituições englobavam uma complexa rede de atividades que envolviam desde a compra e venda (importação e exportação), passando pela aquisição de terrenos, chegando até a efetuar operações financeiras, atuando como instituições bancárias no interior da província do Mato Grosso.

A seguir, trataremos dos aspectos referentes à Guerra do Paraguai que trouxeram reflexões para esta pesquisa. É necessário pontuar que não há pretensão de analisar profundamente o conflito neste trabalho. Contudo, para investigar as práticas de resistência e estratégias adotadas por integrantes das redes comerciais e culturais no espaço econômico e cultural delimitado, a fim de assegurarem seus interesses apesar de restrições governamentais que lhes foram impostas, é preciso analisá-los conforme o contexto que envolveu o confronto.

3.3 ASPECTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870)

Iniciamos, portanto, a contextualização do tema com a Guerra do Paraguai. Em razão das limitações de tempo e de delimitação do tema aplicadas pela academia, esta seção não irá explorar as complexas questões que envolvem o conflito platino. Neste item, iremos resgatar questões pertinentes e significativas para as reflexões propostas por esta investigação, em especial as práticas de resistência e estratégias desenvolvidas por atores abrangidos nas redes comerciais e culturais do espaço econômico e cultural delimitado. Dito isso, avançamos nos aspectos contextuais.

O cenário geopolítico no cone-sul da América do Sul durante o início do século XIX exigia atenção. Na conjuntura da emancipação das colônias espanholas na América, surgia por parte de Buenos Aires a aspiração de formar naquele território uma confederação das antigas províncias do Vice-Reinado. Contudo, a realidade que despontou nesse espaço foi outra: Paraguai, Uruguai e Argentina afloraram como nações independentes.

O caso paraguaio tomou contornos próprios: em junho de 1811, na cidade de Asunción, uma junta governativa deliberou pela Constituição da República do Paraguai. As pretensões do Estado recém-formado contrariavam os objetivos portenhos, que consistiam em estender o domínio em terras paraguaias. A junta que estava à frente do governo em Buenos Aires tratou de tomar providências para cessar esse movimento de rebeldia: formou um exército e o enviou para território paraguaio. No entanto, em outubro de 1811, tais tropas

foram derrotadas e restou somente aceitar a independência paraguaia. No comando da Junta Superior Gubernatia estavam as figuras dos generais Alfonso Yegros, Fernando de la Mora e Pedro Juan Cabellero.

A República do Paraguai seguiu com o posicionamento incomum na região: monopolizou a navegação dos rios interiores, de modo a controlar precisamente o comércio de importação e exportação. Além disso, José Gaspar Rodríguez Francia, o primeiro governante paraguaio, deu início a uma política chamada *encierro*, que visava resguardar a economia interna através de medidas protecionistas, como a proibição da saída de navios mercantes para fora do país. Além dos barcos, tanto pessoas quanto produtos tinham que passar pelo crivo de Francia. A entrada de livros, periódicos internacionais e correspondências também foi proibida pelo governante (BOSIO, 2001).

Nunez (2015) comenta tais medidas comerciais tomadas pela administração de Francia:

En los primeros años de la revolución independentista, el gobierno paraguayó debió en repetidas ocasiones la salida de buques mercantes de Asunción con destino a Corrientes, Santa Fe o Buenos Aires. La medida estribaba en que la flota española de Montevideo controlaba el río Paraná con la finalidad de paralizar el comercio de las provincias emancipadas (NUNEZ, 2015, p. 130)³⁷.

Com a justificativa de proteger a independência e a unidade territorial do país recém-formado, em 1814, Francia instituiu nova proibição. Nessa ocasião, a medida atingiu a saída de metais preciosos na forma de exportação:

[...] se prohíbe nuevamente en todo el territorio de la Republica la exportación de todo el metal precioso, entendiéndose por tal el oro y la plata, sean sellados, labrados o en pasta, pena de confiscación con otro tanto del importe o cantidad que se haya dispuesto extraer³⁸.

Odriozola (2004) comenta as medidas tomadas por Francia nesse período:

A través de los muchos documentos que atestiguan la preocupación del Dictador por la actividad económica, se puede observar la aplicación de ideas de corte mercantilista. No puede extrañarnos, si recordamos que era la doctrina oficial del

³⁷ Tradução livre: Nos primeiros anos da revolução independista, o governo paraguaio repetidamente proibiu partida de navios mercantis de Assunção para Corrientes, Santa Fé ou Buenos Aires. A medida baseou-se no fato de que a frota espanhola de Montevideu controlava o rio Paraná com o objetivo de paralisar o comércio das províncias emancipadas.

³⁸ Fragmento retirado do Decreto del 13 de noviembre de 1814. ANA-SH, v. 223, n. 4. Apud: NUNEZ (2015).

Despotismo Ilustrado. En este sentido, la cantidad de metal precioso existente dentro del territorio de la República pasa a ser uno de los centros medulares de su estrategia. Una de las primeras medidas al respecto fue prohibir la salida de metales preciosos por concepto de rentas por las propiedades poseídas en el país por titulares residentes en el exterior (ODRIOZOLA, 2004, p. 98)³⁹.

Essa política isolacionista com distanciamento dos interesses internacionais empenhada por Francia não sofreu interrupção durante o governo de Carlos Antonio López. De acordo com Leon Pomer, López não era contrário à abertura dos rios para navios brasileiros e à livre navegação no rio Paraguai, contudo, essa concessão teria que vir acompanhada de um tratado que conferisse fronteiras seguras ao país guarani (POMER, 1979).

Os presidentes da província do Mato Grosso enviaram as missões diplomáticas *Leverger, Pimenta Bueno e José Maria da Silva Paranhos* sob o comando do Barão do Melgaço – Augusto Leverger – a Assunção durante os anos de 1839 e 1843. O envio dessas representações ao Paraguai foi feito de maneira autônoma e sem acompanhamento do Ministério de Negócios Estrangeiros do Império, e pretendia negociar o franqueamento do rio Paraguai. Contudo, tais delegações não obtiveram êxito e nem mesmo chegaram a ser recebidas por autoridades paraguaias em Assunção (REYNALDO, 2007).

Em 1856, o cenário mudou e acabou por favorecer os interesses brasileiros. Um incidente entre a República do Paraguai e os Estados Unidos da América fez com que o governo norte-americano deslocasse sua frota naval até a foz do rio da Prata, ancorando-a na região e causando alarde geral entre os países sul-americanos⁴⁰. Diante dessa situação de risco, o Paraguai se viu pressionado a buscar uma aliança com o Império: em 6 de abril de 1856, os dois países firmaram um tratado que permitiu a livre navegação para embarcações brasileiras no rio Paraguai até o porto de Corumbá, conectando a província do Mato Grosso aos centros do Império. No tocante à definição da fronteira, os dois governos se comprometeram a nomear os plenipotenciários para fazer o ajuste definitivo dos limites geográficos entre os dois países, dentro do prazo de seis anos.

---

³⁹ Tradução livre: Através dos muitos documentos que atestam a preocupação do ditador pela atividade econômica, pode-se observar a aplicação de ideias mercantilistas. Não pode ser surpreendente, se nos lembrarmos de que era a doutrina oficial do Despotismo Iluminado. Nesse sentido, a quantidade de metais preciosos existentes no território da República torna-se um dos centros centrais de sua estratégia. Uma das primeiras providências nesse sentido foi proibir a saída de metais preciosos a título de renda para propriedades de propriedade do país por proprietários residentes no exterior.

⁴⁰ No mês de dezembro de 1858, o governo norte-americano dirigiu uma missão naval a Assunção no intuito de exigir de Carlos Antônio López uma indenização e um pedido de desculpas acerca da agressão ocorrida na data de 1º de fevereiro de 1855, por parte de artilheiros paraguaios do Forte de Itapiru contra o navio *Water Witch*, da Marinha dos Estados Unidos da América.

O acesso ao comércio regional, que antes era feito pela via terrestre e tortuosa do Goiás, redirecionou para uma rota fluvial, que possibilitou a expansão mercantil e abriu espaço para setores inéditos até então para população local, como o comércio de luxo:

A circulação intensa de mercadorias inglesas na bacia do Prata, afastados os obstáculos à *livre concorrência*, ultrapassou as fronteiras do Paraguai, alargando seus limites para o interior do Mato Grosso. Com isso foram reduzidas sensivelmente as dificuldades do acesso à excêntrica Província brasileira, até essa época restrito ao caminho terrestre de Goiás. O barateamento das mercadorias, viabilizado pela redução dos custos de transporte, fixou em definitivo a nova rota fluvial do comércio tendo sido relegada ao abandono a antiga alternativa terrestre. Mato Grosso libertava-se, enfim, das limitações impostas pelo longo e tortuoso caminho de Goiás, que desembocavam numa atividade comercial de ritmo lento e de escalada reduzida, despida de quaisquer novidades e atrativos para o consumidor, já que restrita ao atendimento das necessidades das maiores Províncias. Porém, com a entrada maciça de mercadorias inglesas em seus portos fluviais, Mato Grosso começou a experimentar também o luxo e o consumo ostensivo, aprendendo inclusive por meio desses indicadores o significado do progresso capitalista. Não que o capitalismo se constituísse numa experiência propriamente nova para a Província, pois toda sua história fora capitalista. *O progresso* sim era um componente novo, pelo menos quando a referência é o século XIX (ALVES, 1984, p. 11, grifos do autor).

Nessa lógica, Paulo Esselin (2016) também comenta as mudanças ocorridas na província do Mato Grosso com a assinatura desse tratado entre o Brasil e o Paraguai:

A assinatura desse Tratado promoveu mudanças substanciais na região meridional de Mato Grosso que, através do franqueamento da navegação, ligou-se ao comércio mundial via o estuário do rio da Prata. A principal beneficiária desse Tratado foi a cidade de Corumbá, que teve possibilitada a abertura do seu porto a navios nacionais e estrangeiros. Já no ano de 1858, foi criada a Companhia Nacional de Navegação a Vapor, que manteve, a partir de então, uma viagem mensal entre Corumbá e Montevideu (MOUTINHO, 1869). A abertura da navegação pelos rios Paraguai e Paraná deu a Corumbá a condição de principal entreposto comercial da Província e porta de acesso às mercadorias européias da América do Sul e Europa. A princípio, não havia muito que levar da região: apenas couro do gado vacum e de animais silvestres, sebo, charque e penas de aves. A vida econômica da Província passou a se desenvolver; ao longo das regiões ribeirinhas havia um crescente movimento de mercadorias e pessoas, quebrando assim uma rotina de profundo paradeiro e abandono. (...) O Pantanal sul de Mato Grosso, depois de permanecer isolado pela conjuntura colonial portuguesa por mais de 150 anos, foi favorecido por fatores que provocaram a dinâmica do seu crescimento. Da abertura do porto ao início da guerra com o Paraguai, passaram-se somente oito anos, período esse marcado pelo crescente crescimento da região (ESSELIN, 2016, p. 6-7).

No interregno do tratado até a deflagração do conflito, os dois países deram início às suas estratégias de defesa. Por um lado, o Império Brasileiro passou a construir fortes por

É necessário destacar que as intenções imperiais ao levantar tais fortes não foram no sentido de proteção das comunidades locais, mas sim garantir a posse daquele território fronteiriço e objeto de litígio entre Brasil e Paraguai, fundamentando-se no princípio do *uti possidetis*, norma cara e empregada pelo Brasil na defesa de seus limites desde a Independência:

Preferindo os meios pacíficos, apenas cogitava de explorar a região fronteiriça e robustecer as provas do seu *uti possidetis*, mediante a fundação de estabelecimentos permanentes nas proximidades das posses particulares. (...) A decisão governativa apenas endossava, neste lance, o arrojo dos pioneiros, que se espraíavam pelas campinas do sul. Duas correntes povoadoras principais sobressaíram nessa audaz investida, sertão a dentro, que iriam fecundar com o seu trabalho e pertinácia. Originava-se a primeira da Capital, enquanto a outra derivava de Minas e São Paulo. Centralizada no presídio de Miranda, aquela, menos densa, moveu-se mais lentamente, ganhando fixidez o que lhe faltava em velocidade, ao assenhorear-se de parte do pantanal do rio Negro, Miranda, Taboco, Nioaque. Oriunda de Franca, da Farinha Podre, esta, mais volumosa, arrolou em suas fileiras um desbravador resolutivo, Joaquim Francisco Lopes, de Piumi (CORRÊA FILHO, 2012, p. 564).

Por sua vez, Solano López também concentrou sua atuação para a militarização da República do Paraguai:

Solano López, investido na máxima autoridade no Governo do Paraguai (64), logrou em elevar ao máximo de eficiência o seu exército. Arremêdo de grande homem, a obediência absoluta, sem restrições, que lhe prestava o povo paraguaio, habituado à férrea disciplina de França, desenvolveu-lhe o orgulho inato, que o levou a arvorar-se em árbitro das situações melindrosas da política internacional do rio da Prata (CORRÊA FILHO, 2012, p. 565).

Ademais, o governo paraguaio mobilizou recursos em busca de informações que viessem do outro lado da fronteira. Entre os anos de 1862 e 1863, o então presidente Solano López enviou dois oficiais do exército paraguaio disfarçados com o propósito de fazer o mapeamento da região: contabilizaram armamentos, rebanhos e estudaram a região que já pretendiam invadir.

Em 1862, as alianças motivadas por interesses comuns já estavam praticamente formadas. Por um lado, tinha-se o Império brasileiro, Bartolomé Mitre e os colorados do Uruguai liderados por Venancio Flores, ao passo que do outro lado estavam o Paraguai de Solano López e os *blancos* uruguaios, além da província de Corrientes e Entre Ríos exercendo oposição a Mitre. A escalada de tensão entre os governos se agravou quando, em abril de

1863, os colorados com Venâncio Flores invadiram o Uruguai, com a ajuda das tropas argentinas, no intuito de derrubar o presidente *blanco* Bernardo Berro. Esse ato deu início a uma guerra civil no país. Diante desses acontecimentos, Berro se aliou com López buscando assistência em caso de intervenção externa no país.

Em setembro de 1864, as tropas imperiais invadiram o Uruguai como ato de apoio a Flores, oferecendo-lhe assistência militar para conter a resistência dos *blancos*. Com esse ato, o Império deixava clara a intenção de retomar a influência sob a República do Uruguai que exerceu outrora. A figura de Bartolomé Mitre estava por trás da ocupação do Uruguai e da destituição do governo autonomista pelas tropas imperiais e de Venâncio Flores. A intenção de Mitre ao se associar com o Império era conter os defensores do federalismo provincial na Argentina: o partido Blanco uruguaio e o governo autônomo na República do Paraguai (ESSELIN, 2016, p. 9).

Em resposta à ocupação do Uruguai e como demonstração clara de apoio aos *blancos*, López aprisionou o vapor brasileiro “Marquês de Olinda”, que seguia em direção ao Mato Grosso com notícias da empreitada imperial em Montevideu. Tal ação infringiu o tratado de 1856 e deu amostra do que estava por vir.

Nesse mesmo contexto, López promoveu a invasão da província do Mato Grosso e declarou guerra ao Império em dezembro de 1864. A ofensiva paraguaia no Mato Grosso contou com 6.700 homens divididos em duas frentes de combate, fluvial e terrestre. A ofensiva fluvial contou com quatorze naus de guerra e 3.200 combatentes sob o comando do coronel Vicente Barrios, ao passo que a ofensiva terrestre reuniu 3.500 homens, amparada com doze peças de artilharia pesada, com a direção do coronel Isidoro Resquin (MONIZ BANDEIRA, 1975). A questão da demarcação dos limites foi uma das motivações centrais da empreitada de López na invasão do Mato Grosso, contudo, o *Mariscal* almejava com essa ação também conquistar o caminho por Chiquitos, que abriria uma saída para o Oceano Pacífico. López ambicionava o grande arsenal de armas e munições que acreditou existir na fortificação de Coimbra, para sustentar a contraofensiva das tropas imperiais (REYNALDO, 2007).

No mês de março do ano seguinte, López declarou guerra à Argentina em resposta à recusa de passagem de suas tropas por Corrientes sentido Uruguai para confrontar as tropas do Império brasileiro. Em primeiro de maio de 1865, o tratado da Tríplice Aliança foi assinado entre os governos do Brasil, Argentina e Uruguai. Tal acordo se manteve secreto durante boa parte do conflito e trazia no artigo de n. 7 os dizeres:

Não sendo a guerra contra o povo do Paraguai, e sim contra o seu Governo, os aliados poderão admitir em uma legião paraguaia os cidadãos dessa nacionalidade que queiram concorrer para derribar o dito Governo, e lhes darão os elementos necessários, na forma e com as condições que se ajustarem⁴¹.

Nessa conjuntura se iniciou o maior e mais sangrento conflito armado internacional em território sul-americano, que perdurou de dezembro de 1864 a março de 1870, com o exército paraguaio aniquilado, além da morte do *Mariscal* Solano López, pelas tropas brasileiras, na batalha de Cerro Corá. Esse conflito dizimou aproximadamente 70% da população paraguaia, especialmente por motivos de fome e doenças, sendo que a parcela masculina da população foi reduzida em 80%. Além das perdas humanas, o Paraguai ainda perdeu uma parcela significativa do seu território para o Brasil e para Argentina, na assinatura do Tratado de Paz de 1872 (BONALUME NETO, 2004).

Inúmeras versões foram levantadas para explicar as causas que levaram a essa guerra: ingerência britânica na América, imperialismo, equilíbrio de poder, entre tantas outras. O foco deste trabalho não é propriamente discutir a guerra em si. Portanto, a título de ilustração, passaremos brevemente por algumas teorias debatidas na academia acerca das causas que deram origem ao conflito.

É interessante pontuar que cada narrativa sobre as causas da guerra refletiu os interesses políticos que se pretendia destacar no período lançado. A narrativa memorialista – primeira abordagem construída sobre o episódio – foi marcada pelas produções militares, publicadas pela Biblioteca do Exército Brasileiro, e com um viés nacionalista que consagrava a atuação do exército brasileiro repleto de heróis – como a figura do Duque de Caxias e do Conde D’eu –, símbolos da pátria brasileira e da nacionalidade.

As obras com essa abordagem trabalham a questão da identidade nacional e representam o governo paraguaio como o culpado pela guerra. Além disso, uma importante característica dos autores que seguem essa perspectiva é o entendimento de que o povo paraguaio, assim como os outros atores do conflito, era igualmente vítima do seu governo tirano, imperialista e megalômano. No que se refere à vertente memorialista, Doratioto diz que:

---

⁴¹ O tratado está disponível na biblioteca do Senado Federal Brasileiro. A guerra da Tríplice Aliança (Imperio do Brazil, Republica Argentina e Republica Oriental do Uruguay) contra o governo da Republica do Paraguay (1864-1870) com cartas e planos. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242552>. Acesso em: 5.jul. 2018.

Após tantos sacrifícios e dúvidas quanto à condução do conflito, passou-se a “louvação das glórias militares do Brasil e do Império”. Por encomenda oficial, foram pintadas grandes obras tratando de momentos da guerra: *A Batalha do Avaí*, de Pedro Américo, e *Combate Naval do Riachuelo*, de Victor Meirelles. Chefes militares receberam títulos de nobreza e construiu-se, no plano narrativo, a epopeia da guerra (DORATIOTO, 2009, p. 3).

Sob essa corrente, citam-se o trabalho de Visconde de Taunay, *A retirada da Laguna* – obra em que o então tenente do exército reconstitui um episódio da Guerra do Paraguai –, e o título escrito pelo general brasileiro, Dionísio Cerqueira, *Reminiscências da Campanha do Paraguai*.

Com a proclamação da República em 1889, uma nova realidade possibilitou o questionamento por parte dos positivistas brasileiros acerca da legitimidade do conflito. Nesse contexto, surgiu uma corrente historiográfica sobre o embate denominado “positivismo ortodoxo”. Essa perspectiva tratou de discutir as ações imperiais, colocando em dúvida as reais motivações do Império para o conflito, além de expressar duras críticas à atuação brasileira no episódio:

Nas primeiras décadas da instalação do regime republicano no Brasil, estabeleceu-se certa ambiguidade acerca da Guerra do Paraguai, pois ao mesmo tempo em que os intelectuais positivistas ortodoxos brasileiros ligados ao novo regime, tentavam desconstruir a imagem dos feitos em relação ao conflito, inevitavelmente associados ao governo imperial, “personagens” que haviam participado da guerra ainda estavam vivos, relatando suas memórias, tecendo suas narrativas e interpretações acerca deste evento. Enquanto estes últimos apresentavam uma história que valorizava as virtudes dos militares brasileiros que participaram da guerra, destacando sua importância para a História nacional, aqueles primeiros ensaiavam uma espécie de revisionismo histórico, apresentando o país guarani como vítima do governo imperial, contestando a importância e necessidade do conflito e pondo em xeque a política externa do Segundo Reinado (DORATIOTO, 2009). Assim, o início da República é não somente marcado pelo confronto de ideais políticos entre republicanos e restauradores monarquistas, mas também pelo confronto de construções de uma História nacional, na qual a Guerra do Paraguai desempenhou um relevante papel. Entre discursos e contradiscursos em torno das explicações acerca da Guerra do Paraguai, teria prevalecido como abordagem mais usual, na historiografia brasileira, pelo menos até meados de 1960, a perspectiva memorialístico-militar-patriótica (SALLES, 2015, p. 30-31).

Uma terceira abordagem ganhou notoriedade ao final da década de 1960 e teve como seus principais expoentes o historiador argentino Leon Pomer, com a obra *La Guerra del Paraguay – Gran Negocio*⁴², e o jornalista Julio José Chiavenato, com o título *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. Em relação à obra do argentino, a crítica aponta

⁴² Obra traduzida para o português em 1980, com o título *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense*.

inconsistências no trabalho de Pomer. Ele ressalta a ideia de que o conflito deve ser visto sob a influência do capitalismo internacional, enfatizando principalmente o papel da Inglaterra. Pomer discorre também sobre a condução das elites locais que permitiram a entrada, consolidação e exploração da Grã-Bretanha no Prata:

A Grã-Bretanha nem sempre abriu mercados a tiros de canhão; soube combinar habilmente carícias com agressões. Neste caso, os cúmplices nativos pouparam à Grã-Bretanha o gasto com administração colonial e com soldados (POMER, 1979, p. 17).

Nessa mesma lógica, a obra de Chiavento – divulgada num contexto de ditadura militar – apresentou uma oposição à versão oficial nacionalista consagrada até então, expondo a teoria de que o imperialismo inglês seria o grande responsável pela guerra, apontando uma estreita relação entre Brasil e Inglaterra numa aliança contra o Paraguai. Contudo, diversos fatores revelam que a tese de Chiavenato apresenta incoerências. O primeiro fator a ser analisado é a visão idealizada do Paraguai no período antecedente à guerra. O Paraguai não era de fato uma grande potência na metade do século XIX: gozava de certo grau de desenvolvimento social e econômico, mas também lançava mão de uma política de isolamento comercial – como visto anteriormente –, que prejudicou as finanças paraguaias.

Outro ponto levantado por Chiavenato é de que a guerra foi arquitetada pela Grã-Bretanha para obrigar o Paraguai a se tornar um campo de investimentos e um mercado para exploração britânica, cuja principal matéria-prima seria o algodão, uma vez que a produção algodoeira na Inglaterra estava em declínio, boa parte em razão da Guerra Civil nos Estados Unidos da América, seu principal exportador. Quanto a esse quesito, é necessário ressaltar que o algodão representava uma porcentagem pequena na pauta de exportação do Paraguai, sendo, portanto, incapaz de atender às demandas buscadas pelos britânicos. Além disso:

En cuanto a la teoría de la crisis del algodón hay que comenzar por recordar que la guerra del Paraguay se inició cuando la lucha norteamericana terminara y que, durante los cuatro años de ese conflicto Estados Unidos había ubicado otras fuentes alternativas, particularmente en Egipto y en Brasil; por otra parte el algodón constituía un renglón muy pequeño de la exportación paraguaya, incapaz de atender las demandas que los británicos buscaban. Finalmente, la más firme desmentida de este argumento se basa en los propios esfuerzos que Francisco Solano López desplegó entre 1862 y 1865 para encontrar mercados a los productos paraguayos, especialmente el algodón; por lo tanto no puede afirmarse que López habría

impedido que el Paraguay exportase tanto algodón como le fuera posible (BREZZO, 2010, p. 16)⁴³.

O incidente Prince of Wales⁴⁴ e a Questão Christie⁴⁵ colocam em dúvida a proximidade da relação Brasil e Inglaterra apresentada pelo autor. Além desses episódios, a divulgação do Tratado da Tríplice Aliança por intermédio da diplomacia inglesa, a fragilidade da hipótese do mercado de algodão paraguaio e os conflitos regionais latentes mostram que a teoria levantada pelo jornalista é, no mínimo, controversa e, por essa razão, foi amplamente questionada por historiadores brasileiros especializados no tema, fomentando uma nova discussão acerca do assunto.

De acordo com os intelectuais críticos a essa vertente, apontar um agente exógeno como fator condicionante à Guerra do Paraguai é desistoricizar a própria América Latina,

---

⁴³ Tradução livre: Quanto à teoria da crise do algodão, devemos começar lembrando que a guerra paraguaia começou quando a luta americana já tinha terminado e que, durante os quatro anos desse conflito, os Estados Unidos localizaram outras fontes alternativas, particularmente no Egito e o Brasil; por outro lado, o algodão era um item muito pequeno das exportações paraguaias, incapaz de atender às demandas que os britânicos buscavam. Finalmente, a mais forte negação desse argumento baseia-se nos esforços feitos por Francisco Solano López entre 1862 e 1865 para encontrar mercados para os produtos paraguaios, especialmente o algodão; portanto, não se pode dizer que López teria impedido o Paraguai de exportar o máximo de algodão possível.

⁴⁴ O veleiro mercante britânico HMS Prince of Wales zarpou de Glasgow, na Escócia, com destino a Buenos Aires, na Argentina, em 2 de abril de 1861. A sua carga era constituída por carvão de pedra, louças, lenços e fazendas, azeite e vinho. Entre os dias 5 e 8 de junho, na costa da então província do Rio Grande do Sul, a embarcação encalhou e começou a adernar. Diante disso, a tripulação abandonou o navio e um grupo dirigiu-se à cidade de Rio Grande, para avisar a capitania do porto o sucedido e solicitar auxílio. Nesse meio-tempo, alguns populares em terra, ao tomarem conhecimento do que perceberam como um naufrágio, e dando a carga como perdida, resolveram apoderar-se dela. Quando os marinheiros britânicos retornaram para tentar rebocar a embarcação encalhada, encontraram na praia alguns corpos sem vida e constataram a perda da carga. Os sobreviventes apresentaram uma reclamação ao embaixador britânico acreditado no Rio de Janeiro, William Douglas Christie. Christie transmitiu sua reclamação ao imperador do Brasil Pedro II, além da exigência de um pedido de indenização e de desculpas, tendo recebido resposta negativa.

⁴⁵ Em 1862, no Rio de Janeiro, dois marinheiros da Marinha Real Britânica, tripulantes da fragata HMS Emerald, em trajes civis, envolveram-se em luta corporal com marinheiros brasileiros por causa das mulheres que estavam em companhia destes, provocando tumulto nas ruas da capital. A polícia portuária recolheu o grupo embriagado à prisão, soltando-o no dia seguinte. Dois dias após o incidente com os marujos, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, enviou uma nota diplomática ao embaixador britânico, solicitando que os responsáveis pela agressão aos brasileiros fossem colocados à disposição das autoridades nacionais. Recorde-se que os súditos britânicos, à época no Império do Brasil, respondiam apenas à Justiça de seu país. William Christie exigiu que a indenização das cargas fosse paga, os oficiais brasileiros envolvidos na detenção fossem exonerados e que houvesse a realização de um pedido de desculpas oficial do Governo Imperial Brasileiro. Não aceitando tais imposições, o diplomata inglês exigiu que embarcações inglesas apreendessem cinco navios brasileiros que estavam ancorados na Baía de Guanabara. Diante da escalada das tensões, a questão diplomática foi submetida por comum acordo ao arbitramento do rei Leopoldo I, da Bélgica. Complementarmente, o governo brasileiro, através da sua representação em Londres, encaminhou um pedido de indenização em função da apreensão de embarcações feita pelo almirante Warren no início do ano de 1863, além da exigência de um pedido formal de desculpas pela violação do território nacional. Em virtude da resposta negativa, o Imperador D. Pedro II decidiu romper relações diplomáticas com a Grã-Bretanha em maio daquele ano. Somente quando o governo britânico apresentou desculpas formais ao imperador brasileiro (1865) é que se reataram as relações diplomáticas entre as duas nações. Enquanto isso, a Guerra do Paraguai já havia começado, em 1864.

retirando-lhe o direito de ser sujeito da sua própria história, tornando-a incapaz de produzir até mesmo suas próprias guerras (DORATIOTO, 1991).

Na década de 1980, surgiu uma nova perspectiva historiográfica a respeito da guerra, conhecida como neorrevisionismo, cujos principais autores são Francisco Doratioto, Moniz Bandeira e Ricardo Salles. A respeito das abordagens anteriores, Doratioto avalia que tanto a visão nacionalista pós-guerra quanto o revisionismo de Chiavenato e Pomer pecam por se deixarem levar pelo contexto emocional e falham com relação à argumentação histórica:

Na verdade, tanto a historiografia conservadora como o revisionismo simplificaram as causas e o desenrolar da Guerra do Paraguai, ao ignorar documento e anestesiar o senso crítico. Ambos substituíram a metodologia do trabalho histórico pelo emocionalismo fácil e pela denúncia indignada (...) Dessas atenuantes, porém, não se beneficia o revisionismo, em sua vertente anti-imperialista (...) Contudo, continuar a defender, hoje, essa interpretação somente pode ser resultado da ignorância histórica ou, então, da natural dificuldade de se reconhecer errado (DORATIOTO, 2002, p. 20).

Doratioto (2002) argumenta que o conflito na bacia do Prata é resultado do processo de consolidação dos Estados nacionais e fruto de contradições políticas entre os dirigentes dos países envolvidos:

A guerra do Paraguai foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais na região. [...] A guerra era uma das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos. [...] A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar o seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideú, graças a uma aliança com os *blancos* uruguaios e os federalistas argentinos representados por Urquiza; para Bartolomé Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino, eliminando os apoios externos aos federalistas, proporcionados pelos *blancos* e por Solano López [...]; para o Império, a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas, iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López (DORATIOTO, 2002, p. 96).

Acerca dos efeitos provocados pelo conflito, Doratioto aponta a alteração das relações no contexto regional dos países envolvidos. O autor também destacou as perdas sofridas pelo Paraguai: perdas humanas e territoriais; a destruição do Estado e o esfacelamento da economia paraguaia.

A despeito dos debates historiográficos a respeito da Guerra do Paraguai, esta pesquisa – por limitações de tempo – não tem a pretensão de explorar com profundidade o confronto. O intuito deste item foi o de resgatar aspectos pertinentes e significantes para as reflexões trazidas por este trabalho, particularmente as que se referem às questões identitárias e as práticas de resistência cultural produzidas pelos habitantes do espaço cultural simbólico entre brasileiros e paraguaios no período que circunda a guerra. Dito isso, o item a seguir tratará da movimentação verificada no comércio local após o encerramento do conflito.

3.4 MOVIMENTAÇÃO DE REABERTURA DAS CASAS COMERCIAIS EM CUIABÁ E CORUMBÁ APÓS A GUERRA

Com o término da guerra e a reabertura da navegação dos rios da bacia do Prata, várias mudanças foram operadas no comércio regional, para além da propagação das casas comerciais nas cidades-polo da bacia do Prata. Com o escoamento da produção facilitado pela livre navegação dos afluentes do rio Paraguai, houve uma redução significativa no preço das mercadorias, proliferação das atividades comerciais nas margens do rio, além da importação de maquinários importantes para a produção regional.

Alves (1984) comenta esse fenômeno gerado pela reabertura da navegação nas cidades ribeirinhas do Prata:

De fato, processou-se, a partir desse momento, um sensível barateamento das mercadorias, acompanhado de um incremento vertiginoso da atividade comercial, eventos que fizeram parte de um movimento generalizado, só explicável em escala mundial, determinado pelos baixos custos de produção, viabilizados pela fábrica moderna, e pelos baixos custos dos transportes, propiciados pela navegação a vapor. A abertura dos rios da bacia do Prata ocorreu num momento em que as transformações na produção, na circulação e nas comunicações expandiam o comércio mundial, situação que se refletiu necessariamente no funcionamento da casa comercial, determinando novos rumos ao seu desenvolvimento (ALVES, 1984, p. 18-19).

Para além das mudanças mencionadas, a abertura dos rios para navegação acarretou a formação de uma espécie de *indústria moderna*, de acordo com Alves (1984):

O fato é que a abertura dos rios à navegação não trouxe somente mercadorias mais baratas e em maior volume para Mato Grosso; nem tampouco esgotou-se na importação de maquinaria moderna para as indústrias nascentes ou no desenvolvimento de cidades portuárias; nem se resumiu a chegada em Mato Grosso de uma quantidade expressiva de elementos estrangeiros, composta por proletários, de um lado, e por capitalistas, que se radicaram especialmente no comércio, de outro. As transformações incidiram mais sobre a qualidade do que sobre a quantidade, cuja vigorosa manifestação foi a implantação da indústria moderna na região. Presenciou-se nesse instante, Mato Grosso transitando do período manufatureiro para o maquinário industrial. E, assim como essa transição definiu a superação da indústria manufatureira pela moderna, também o comércio manufatureiro foi superado, nesse momento, por um *novo comércio* (ALVES, 1984, p. 22-23, grifos do autor).

Para esclarecer como sucedeu essa mudança significativa nos períodos de livre navegação, elaboramos um quadro – com informações contidas em anúncios comerciais registrados no Album Graphico do Estado de Mato Grosso – com a relação das casas comerciais nas cidades que formam o espaço econômico e cultural delimitado, com exceção da cidade paraguaia de Concepción, que representava um entreposto para depósito de mercadorias, de modo que não era sinalizada como polo comercial.

Quadro 1 – Casas comerciais de importação e exportação Corumbá – Cuiabá – Asunción

Razão social	Cidade	Ano de fundação	Atividades	Itens exportados
Adolpho Brandes	Cuiabá		Importação; exportação e representações.	
Alexandre Addor	Cuiabá	1865	Importação e exportação.	Borracha; couro e ipecacuanha.
Almeida & Companhia	Cuiabá	1870	Importação; exportação.	banqueiros e
Emilio Albers	Corumbá		Importação; exportação e comissões.	Couros; peles e penas.
Federico Pfeiffer	Corumbá		Importação e representação de fabricantes europeus.	
Feliciano Simon	Corumbá	1907	Navegação; exportação; transações bancárias; comissões; consignações e representações.	Couros secos; couros salgados; charque; borracha; penas de garça e ipecacuanha.

Fernando Leite & Co.	Cuiabá		Elaboração mecânica de produtos agrícolas	de Descascadores de milho e arroz; moinhos para mandioca e milho; separadores, debulhadores e máquinas para lavagem.
Josetti & Cia.	Corumbá		Exportação de itens nacionais.	Borracha; ipecacuanha; penas de garça; peles; madeiras; cereais; algodão; arroz; café e cana-de-açúcar.
M. Cavassa Filho & Cia.	Corumbá	1858	Exportação de gêneros nacionais, farinha de trigo, querosene; transporte de passageiros e de carga; representações bancárias.	Gêneros nacionais; farinha de trigo e querosene.

Naveira & Congo	Corumbá		Exportação de produtos do estado.	Sal; querosene; açúcar; arroz; café; erva-mate; farinha de trigo etc.
Navegación à Vapor – Vieri Fnos	Asunción	1890	Serviço misto de passageiros e cargas entre Asunción e Corumbá.	
Orlando Irmãos & Cia.	Cuiabá	1873	Importação em geral; exportação de borracha; transações bancárias e proprietários de seringais.	Borracha.
Paulo Schmidt & Jorge Andreas	Cuiabá		Comissões; consignações; importação de tecidos ingleses; importação de todo gênero de mercadorias para venda por atacado e exportação de todos os produtos do país.	
Pereira, Sobrinhos & Cia.	Corumbá	1882	Importação em geral; exportação e representação do Banco de la República (Asunción – Paraguay).	Couros vacuns secos; borracha, ipecacuanha e penas de garça.
Pharmacia e Drogaria Central – M. S. Pereira & Cia.	Corumbá		Importação e exportação; vendas por atacado e varejo.	
Wanderley, Bais & Cia.	Corumbá		Importação; exportação; transporte de cargas; operações bancárias; consignações e despachos.	Produtos químicos; drogas medicinais e para indústrias; preparados farmacêuticos; perfumarias etc.

Fonte: Elaboração feita por esta autora a partir de informações obtidas no Album Graphico do Estado de Mato Grosso/Secretaria do Estado de Cultura de Mato Grosso.

As indicações registradas no Quadro 1 serão analisadas com maior profundidade no Capítulo 4. Contudo, é necessário destacar algumas indicações trazidas pelo quadro acima. Nota-se que, a partir do ano de fundação das casas comerciais, alguns desses estabelecimentos foram inaugurados em anos emblemáticos para os fins deste trabalho. A casa comercial M. Cavassa Filho & Cia. foi fundada em 1858 – logo após a assinatura do tratado entre Brasil e

Paraguai, que liberava a navegação para embarcações brasileiras pelo rio Paraguai até o porto de Corumbá, conectando então a província do Mato Grosso ao restante do Império.

Outro indicativo importante foi trazido pelo ano de fundação do estabelecimento Alexandre Addor – 1865 –, um ano após a deflagração da guerra e período no qual os países beligerantes levantaram proibições ao comércio entre *rivaís*. Além desta evidência, a casa comercial Almeida & Companhia abriu suas portas em 1870, precisamente o ano em que se encerrou o conflito entre os países do Prata.

Além do exposto, notou-se também que os itens exportados pelos estabelecimentos listados no Quadro 1 correspondem em sua maioria – não coincidentemente – com os itens trocados entre Brasil e Paraguai durante o século XIX, conforme já demonstrado no Capítulo 3, destinado a discutir a economia da região. Contudo, reservaremos essa análise para o capítulo seguinte.

Adiante, afastando-nos brevemente dos aspectos comerciais, é imprescindível mencionar o crescimento significativo da população – particularmente das cidades ribeirinhas fronteiriças – logo após o término do conflito. Se em 1861, a população da cidade de Corumbá era de aproximadamente 1.315 habitantes (1.187 brasileiros, 84 estrangeiros e 44 escravos), já em 1872 – dois anos após o fim da guerra – a população mais que duplicou e alcançou o número de 3.361 habitantes (ALVES, 1984, p. 22).

Fonseca (1880) explica esse crescimento populacional e destaca a grande presença de paraguaios na cidade:

Em 1876, calculava-se a (população) da villa em cinco ou seis mil habitantes, incluindo a população de Ladario. (...) cerca de três á quatro mil paraguayos, em meados desse anno, affluiram á ella acompanhando as nossas forças, mandadas retirar de Assumpção, e que emigraram a mor parte por já estar acostumada á viver da magra etapa dos soldados, e quasi todos com receio da liberdade republicana. Assim viu-se de repente a villa com uma população quasi dobrada. O *Visconde de Inhauma*, o *Madeira* e outros grandes transportes, conduziram em cada viagem, com tropa, perto ou mais de mil e quinhentos paraguayos. **O comércio dobrou e a presença da tropa chamou uma nova colonia de negociantes, ou melhor traficantes.** O Ladario converteu-se também n'uma florescentissima povoação, com cerca de três mil almas, varias ruas e boa casaria (FONSECA, 1880, p. 288-289, destaque nosso).

Dentre os documentos analisados no acervo do Archivo Nacional de Asunción, encontramos o diário⁴⁶ do comerciante paraguaio Carasa, residente na cidade de Corumbá. Tal registro tinha como destinatária a Expedição paraguaia do norte, sendo composto por 32 folhas e datado no ano de 1864. No documento em questão, Carasa iniciou o relato pedindo desculpas por estabelecer seus negócios em território brasileiro. Contudo, o comerciante afirmou na correspondência que os interesses no Brasil eram puramente comerciais. Segundo a descrição de Carasa, o comerciante possuía grande fortuna e seu patrimônio era distribuído em seis propriedades comerciais, residências na região do porto e outros bens:

Tengo la satisfacción de acerle saber lo que me á en la curco de la guerra, **quiero que cualquier se ponga mi lugary que me digue francamente se me porte à mal uno hombre con una família numerosa como la mia acostumbradaa Vevir Central que nunca siemos envolvido en la (guerra) que no me pertence. Solamente en nuestros enterezes (comerciales).** Señor puede enformarçe de todas las personas que me (conocen). Tenemos en Corumbá 6 propiedades en diferentes calles estavan alquiladas, una dellas tenia un fillar con todo sus utençillos y con sus muebles a saber bancos sillãs mesas con piedras mármore cuadros de visitas espejos quinqués y otras varias mudencias la otra casa, tenia un mostrador y almason y otras 4 tenian negocios nuestro, una con mas y otras con menos capital. La residencia de la major parte de mia família a en la casa major que tenemos en el puerto (...) el dia 27 de diziembro de 1864 hemos sabido que tenia llegado la esquadra paraguaya en Coimbra(ANA, 1864, p. 1, destaque nosso)⁴⁷.

Na carta o comerciante manifestou seu pesar diante do início do conflito e por vezes retratou a tristeza da família com as primeiras ações da guerra. A condição de Carasa como paraguaio residente no Brasil durante o conflito nos faz retomar a ideia trazida pelo artigo 7º do Tratado da Tríplice Aliança contra o governo paraguaio e no qual as autoridades governamentais esclarecem que a intenção não era guerrear contra o povo paraguaio e,

⁴⁶ O documento pertence ao acervo do Archivo Nacional de Asunción (ANA), nomeado “Carasa comerciante extranjero establecido en Corumbá escribe sobre los acontecimientos acurridos durante la guerra”. Referência: Sección – Historia, v. 341, n. 13, año 1864, fojas 15.

⁴⁷ O documento pertence ao acervo do Archivo Nacional de Asunción (ANA), nomeado “Carasa comerciante extranjero establecido en Corumbá escribe sobre los acontecimientos acurridos durante la guerra”. Referência: Sección – Historia, v. 341, n. 13, año 1864, fojas 15. Em virtude da natureza do documento, pela ação do tempo e pelos procedimentos-padrão na digitalização do documento pelo ANA, algumas palavras foram “completadas” por esta autora, com base no contexto. Em tradução livre: Eu tenho a satisfação de fazer saber, eu estou no centro da guerra, eu quero que alguém se coloque o meu lugar e que, francamente, eu me digno a comportar mal um homem com uma família grande como a minha, acostumada a Vevir Central que nunca envolverei em (guerra) que não me pertence. Apenas em nossos interesses (comerciais). Senhor pode se informar com todas as pessoas que eu conheço. Temos em Corumbá 6 propriedades em diferentes ruas foram alugadas, uma delas tinha um fillal com todos os seus utensílios e com seus móveis ou seja bancos mesas com pedras mármore mesas de visitas espelhos quinqués e outros diversos objetos em outra casa, tinha um balcão e almason e outros, 4 tiveram nossos negócios, um com mais e outros com menos capital. A residência da maioria da minha família fica casa principal que temos no porto (...) em 27 de dezembro de 1864, soubemos que o esquadrão paraguaio havia chegado em Coimbra.

portanto, convoca os paraguaios para lutarem ao lado dos aliados no conflito: “Não sendo a guerra contra o povo do Paraguai, e sim contra o seu Governo, os aliados poderão admitir em uma legião paraguaia os cidadãos dessa nacionalidade que queiram concorrer para derribar o dito Governo (...)”⁴⁸.

Retornando ao diário do comerciante paraguaio, Carasa relembrou o episódio em que uma brasileira foi até a casa dele pedindo-lhe que a ajudasse a guardar itens enquanto ela estaria fora da cidade:

ha venido en mi casa una brasilera conosido me pedio se lo dejava poner 2 baulos en mi casa porque ella se hia aretirar. Yo le hei dicho que si pero a respondo porque puedo asuceder a las 12 tranque la puertas de la casa y venia a reunirme con mi família pasando por una boca calle (ANA, 1864, p. 3)⁴⁹.

Os acontecimentos relatados pelo comerciante Carasa se relacionam profundamente com as hipóteses exploradas por esta dissertação. Como habitante da região de fronteira, o paraguaio Carasa relatou os primeiros acontecimentos durante os períodos de proibições comerciais em virtude da guerra. Além disso, a narrativa dele na condição de comerciante e estrangeiro nos faz refletir sobre a situação diária no ambiente fronteiriço a partir do início dos confrontos. Apesar de enfatizar no documento que seus interesses na cidade eram exclusivamente comerciais, Carasa deixou as desavenças de lado quando uma brasileira bateu a sua porta solicitando auxílio. A situação representada nesse episódio mostra indicativos de que a área delimitada para esta pesquisa se transformou em um espaço de confluência econômica e cultural no período estudado, no qual as semelhanças culturais entre os habitantes os uniram num só grupo – como os interesses comerciais que fizeram com que paraguaios e brasileiros estabelecessem negócios na mesma cidade –, e diferenças culturais – como as nacionalidades antagonistas na guerra – foram negociadas para assegurar que tais interesses comerciais fossem atendidos.

Podemos notar a partir do relato de Carasa indícios que apontam a existência de uma rede comercial e cultural que envolveu o ambiente fronteiriço durante o período de

⁴⁸ O tratado está disponível na biblioteca do Senado Federal Brasileiro. A guerra da Tríplice Aliança (Imperio do Brazil, Republica Argentina e Republica Oriental do Uruguay) contra o governo da Republica do Paraguay (1864-1870) com cartas e planos. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242552>. Acesso em: 5 jul. 2018.

⁴⁹ Tradução livre: Uma mulher brasileira veio à minha casa e me pediu para deixá-la colocar duas malas na minha casa, porque queria fazê-lo. Eu disse sim, mas eu respondo porque posso garantir às 12h, tranquei as portas da casa e vim ao encontro de minha família passando por uma rua de boca.

proibições, e o amparo à brasileira que necessitava de ajuda é um indicativo de que tais práticas foram desenvolvidas para dar continuidade às trocas e ao convívio entre brasileiros e paraguaios na área de confluência cultural e econômica.

Nesse mesmo sentindo, é imprescindível citar o artigo “O princípio da fronteira e a fronteira de princípios: filhos ilegítimos em Cuiabá no séc. XIX”, de Maria Adenir Peraro, para pensar as trocas afetivas e familiares entre brasileiros e paraguaios no período abordado por esta dissertação. No texto em questão, Peraro (1999) aborda o tema da família – com enfoque na análise de filhos ilegítimos – no âmbito da Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá durante o século XIX. Na pesquisa, a autora aponta vários fatores que justificam o elevado número de filhos ilegítimos registrados em Mato Grosso: fatores econômicos, a condição de fronteira da capitania e a política de ocupação para atender a essa situação, e o episódio da Guerra do Paraguai:

A apresentação dos dados relativos aos registros de filhos ilegítimos na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá permitirá acompanhar a evolução deste segmento assim como dos legitimados, expostos e legítimos, em relação a um fato de relevância na Província de Mato Grosso: a Guerra do Paraguai. No que se refere à Província de Mato Grosso, a Guerra do Paraguai deve ser considerada como o ponto extremo de itinerância da população masculina, quando do recrutamento de milhares de soldados. Os dados de batizados referentes aos anos de duração da Guerra do Paraguai, assim como dos registros dos recortes de seis anos anteriores (1859-1864) e seis posteriores (1871-1876), podem fornecer informações a respeito da possibilidade ou não de uma relação entre o conflito e nascimentos de crianças ilegítimas na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá (PERARO, 1999, p. 67).

Alguns elementos em particular me despertaram o interesse durante a leitura acerca da investigação de Peraro. A primeira informação instigante é o elevadíssimo índice de ilegitimidade de crianças batizadas e registradas na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, quando comparado com outras localidades brasileiras, ficando atrás somente de Vila Rica em Minas Gerais⁵⁰. Ademais, segundo informações colhidas pela mesma autora, durante os anos que envolveram a conjuntura bélica no Prata (1868 a 1871), os nascimentos de ilegítimos superaram inclusive o número de filhos legítimos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

---

⁵⁰ De acordo com dados de Peraro (1999), o *ranking* de crianças ilegítimas nas principais paróquias brasileiras entre os séculos XVIII e XIX: Vila Rica (MG), 46,3%; Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 43,5%; São Cristóvão, 33,9; Curitiba, 27,4; São José dos Pinhais, 25,2; São Paulo, 23,2; Lapa, 22,4; Jacarepaguá, 18,5; Ubatuba, 16,4; Sorocaba, 9,5; e Santo Amaro, 5,5.

Tabela 1 – Batizados de legítimos e ilegítimos: Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1858-1878)

Ano	Legítimos		Ilegítimos		Total
	Absoluto	%	Absoluto	%	
1858	151	60,4	99	39,6	250
1859	125	52,7	112	47,3	237
1860	114	55,1	93	44,9	207
1861	127	51,6	119	48,4	246
1862	131	51,4	124	48,6	255
1863	119	51,5	112	48,5	231
1864	144	59,7	97	40,3	241
1865	195	61,1	124	38,9	319
1866	139	56,5	107	43,5	246
1867	110	55,3	89	44,7	199
1868	92	49,7	93	50,3	185
1869	127	42,5	172	57,5	299
1870	111	48,7	117	51,3	228
1871	113	46,3	131	53,7	244
1872	94	51,9	87	48,1	181
1873	122	54,2	103	45,8	225
1874	142	57,0	107	43,0	249
1875	137	61,7	85	38,3	222
1876	136	55,5	109	44,5	245
1877	157	58,4	112	41,6	269
1878	113	51,0	109	49,0	222

Fonte: Peraro (1999, p. 68) – adaptado⁵¹.

A partir dessas informações apresentadas por Peraro (1999), iniciei uma busca ao acervo da Cúria Metropolitana de Cuiabá para investigar o número de nascimentos e casamentos entre brasileiros e paraguaios no período que envolveu o conflito entre os dois países. Os arquivos paroquiais fornecem o quantitativo de estrangeiros estabelecidos em Cuiabá logo após o conflito.

⁵¹ De acordo com Peraro (1999), os dados foram obtidos a partir do Livro de Registro de Batizado. Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

Em “A imigração para Mato Grosso no século XIX – Mulheres paraguaias: estratégias e sociabilidades”, Maria Adenir Peraro (2001) apresenta dados quantitativos sobre a presença significativa de paraguaios em Cuiabá no período imediato do pós-guerra, em especial mulheres que possivelmente enterraram maridos e filhos no conflito da Tríplice Aliança.

Informação importante que corrobora a hipótese de miscigenação étnica, constatando a integração cultural no ambiente econômico e cultural relatado no decorrer desta pesquisa, é o registro de casamento, em junho de 1871 – pouco mais de um ano do fim da guerra –, da paraguaia Francisca de Paula com o brasileiro José Ferreira Gomes, de 23 anos. Entre os anos de 1871 a 1880, foram registrados 18 casamentos com paraguaios em Cuiabá, segundo dados do livro de assuntos de casamento de número 3 (PERARO, 2001):

Apesar de não ser constatada a presença de mulheres paraguaias no recenseamento de 1872, como moradoras da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, e sim apenas de homens paraguaios, necessário se faz ressaltar a presença de uma paraguaia nubente na paróquia. **Em junho de 1871, casava-se Francisca Paula, de 14 anos, procedente da República do Paraguai, com José Ferreira Gomes, de 23 anos, sendo ambos fregueses da Paróquia da Sé,** conforme Livro de assentos de casamentos, n. 3, à página 83. Assim sendo, conclui-se pela falha por parte dos recenseadores em não detectar a presença de uma mulher paraguaia na paróquia da Sé. Ou então ela (ou o casal) teria se mudado para outra paróquia, ou até mesmo para outra província quando do recenseamento. Esta última possibilidade, da mudança, deve ser eliminada **pois o Livro de assentos de casamento, n. 3, contém, a partir de 1873, casamentos de 17 paraguaias, totalizando, para o decênio de 1871 a 1880, um número de 18 casamentos de paraguaios** (PERARO, 2001, p. 6, destaques nossos).

A mesma autora abordou o movimento de migração de mulheres paraguaias – da elite ou carentes – que haviam perdido seus maridos e filhos em virtude da guerra, em direção à província do Mato Grosso, buscando melhores condições de vida. As mulheres paraguaias se ocupavam principalmente nas atividades comerciais – especialmente no comércio de aguardente –, ou em serviços, como lavadeiras e costureiras. O casamento com militares era visto como uma alternativa para escapar da miséria que assolava o Paraguai no período indicado:

Para as mulheres paraguaias do povo e da elite, despojadas de seus bens, cujas famílias – pais, filhos e maridos haviam perdido durante a guerra, restava, poucas alternativas para sobreviver. Ou procurar retomar a vida em meio aos escombros e trabalhar em atividades múltiplas como comércio, produção agrícola ou subsistência, ao tempo em que viam a língua guarani ser abolida mesmo das escolas ou, então, partir e se casar com militares estrangeiros – argentinos, uruguaios e brasileiros. Militares com quem conviveram ora como algozes, ora como

companheiros. Um paradoxo. Partir e retomar a vida em outro país e/ou região como o Brasil e Mato Grosso (PERARO, 2001, p. 9).

Uma situação específica apresentada por Peraro (2001) despertou minha curiosidade, uma vez que corrobora a hipótese de integração econômica e cultural entre brasileiros e paraguaios, criando um espaço de confluência entre os dois povos. Uma casa situada à rua do Rosário, onde conviviam oito pessoas, sendo sete brasileiros e uma paraguaia. Possivelmente o casal de brasileiros abrigou a paraguaia de 18 anos e a colocou sob sua proteção, uma vez que a moça não possuía nenhum laço sanguíneo com o casal brasileiro. As distintas nacionalidades foram abdicadas para acolher quem no momento mais necessitava e dar continuidade às trocas culturais:

Na casa n. 114, desse mesmo 1º Distrito, à Rua do Rosário, residiam 8 indivíduos com idade de 14 a 39 anos: sete brasileiros e uma paraguaia. Um homem adulto, José Maria Silveira dos Santos, Alferes do Exército, casado com Constança Amélia Gomes dos Santos, ambos brasileiros. Seria a nosso ver, um caso típico de vários indivíduos convivendo sob o mesmo teto sem, porém, laços consanguíneos. A paraguaia de 18 anos, parda, solteira, de nome Carlota, sem profissão identificada, convivia neste espaço com outras mulheres como Maria Leopoldina, Ana Rosa, Ana da Lapa Gomes Monteiro na condição de agregadas, supostamente sob a proteção do casal? Chama atenção sendo as paraguaias Francisca Florentina, de 50 anos e Ana Antonia do Sacramento de 60 anos, ambas fiandeiras e viúvas, que residiam em uma cabana. Algumas conjecturas podem ser feitas aí como a de que sofreram perdas de seus maridos durante a guerra do Paraguai e que, saíram, possivelmente juntas, de seu país em direção a Mato Grosso, procurando reconstituir suas vidas. Além das perdas e do sofrimento, o trabalho as aproximaram [*sic*], pois, ambas eram fiandeiras. Enredar os fios ao tempo em que enredavam suas memórias podiam tê-las aproximado ainda mais (PERARO, 2001, p. 12).

A estratégia de sobrevivência criada pelas paraguaias que viviam na província do Mato Grosso nesse período nos faz lembrar a obra *Mulheres no Brasil Colonial*, de Mary Del Priore (2003). Priore reconstitui a trajetória de mulheres – índias, negras, brancas e mulatas – no Brasil durante os séculos XVI a XVIII. Numa sociedade patriarcal e reduzidas à condição submissa e inferior aos homens, as mulheres do período tinham no casamento e/ou conúbio com os homens da região uma estratégia de sobrevivência. Como consequência – assim como no episódio representado por Peraro (1999) – foi registrada uma explosão de filhos ilegítimos e famílias concubinárias:

O que aos olhos da Igreja, e mesmo de alguns historiadores contemporâneos, aparece como fruto da luxúria, não passava de saudável alternativa de vida

numa sociedade capaz de adaptar-se a condições econômicas e culturais particulares e conviver com elas. Entre as classes subalternas, os concubinatos tornavam-se quase uma herança, um desdobramento de solidariedades entre as vicissitudes do sistema colonial e à distância das prédicas normativas institucionais (DEL PRIORE, 2003, p. 55, destaque nosso).

Ante o exposto, podemos constatar que esse quadro histórico não foi exclusivo da região fronteira do conflito com o Paraguai, e sim um representativo de uma prática comum no Brasil, fato esse que corrobora as análises apresentadas nesta pesquisa sobre os indicativos de que durante a Guerra tais práticas persistiram.

Retornando aos aspectos de migração de paraguaios à província do Mato Grosso, verificamos que as relações entre brasileiros e paraguaios nesse período nem sempre foram amistosas. SENA (2012) elaborou um breve estudo populacional nas principais cidades da província no período pós-guerra, abordando o grande fluxo de paraguaios em Corumbá e Cuiabá, e retratou ainda os episódios de preconceito registrados contra migrantes paraguaios, principalmente por parte de membros da elite, como nesta fala de João Severiano da Fonseca, trazida por Sena (2012): “O comércio dobrou e a presença da tropa chamou uma nova colônia de negociantes, ou melhor, traficantes” (SENA, 2012, p. 82). No que concerne aos migrantes paraguaios em Mato Grosso:

Depois de 1870, foi significativa a entrada de estrangeiros em Mato Grosso. Somente em 1876, ingressaram 1.276 e saíram 224 imigrantes. Os que adentraram a Província naquele ano eram provenientes dos seguintes países: Paraguai, Itália, França, Espanha, Inglaterra, Alemanha, Portugal, Grécia, Áustria, Argentina, México, Prússia, Suíça e Chile, além de indivíduos dos continentes asiáticos e africanos. É possível que boa parte desses imigrantes ingressasse em Mato Grosso via navegação fluvial, já que naquele momento era o meio mais rápido e cômodo de chegar à Província. É plausível ainda imaginar que muitos desses estrangeiros passaram e/ou permaneceram em Corumbá, dado as potencialidades do local. Entre o total de imigrantes que ingressaram e saíram, em 1876, a superioridade era o de paraguaios, respectivamente 859 e 78 pessoas. Entre 1872 e 1880, foi do país derrotado na Guerra que veio a maioria dos estrangeiros que entraram no território de Mato Grosso. Entre entradas e saídas, muitos paraguaios permaneceram no território provincial. (...) Como região fronteira, é provável que a vinda de paraguaios (as) deve ter sido mais elevada do que o total apresentado pelo presidente de província para o ano de 1876 (...) Em Cuiabá, antes mesmo de terminar a Guerra, os prisioneiros paraguaios juntamente com a população ribeirinha passavam a ensinar relações de Solidariedade e de trabalho. Assim como nas propriedades rurais em Corumbá, eles desempenharam atividades com o gado bovino dado a destreza de muitos com o corte e secagem da carne, na fabricação de arreios e no curtume de couro. No sul de Mato Grosso, atual sul do estado de Mato Grosso do Sul, os paraguaios foram utilizados na extração da erva-mate (SENA, 2012, p. 79-80).

Diversos autores referem-se ao preconceito sofrido pelos paraguaios nas cidades portuárias da província do Mato Grosso. De acordo com Siqueira (2000), as mulheres foram o principal alvo da discriminação por parte da população local, que as acusava de possuir vícios e maus hábitos:

Esse movimento de Assunção para Corumbá não surtiu o efeito desejado, qual seja, a fixação definitiva de um contingente humano que pudesse dedicar-se aos trabalhos agrícolas (...), o agente de imigração reclamava contra a qualidade dos paraguaios, elementos cheios de vícios e maus hábitos, especialmente as mulheres (SIQUEIRA, 2000, p. 66).

Nesse mesmo sentido, Peraro (2001) relata que, apesar do preconceito sofrido, a província do Mato Grosso se transformou em um ponto de atração de paraguaios que buscavam melhores condições de vida e trabalho, tanto durante a guerra quanto após o encerramento do conflito:

A imigração de contingentes dos países vizinhos era vista por parte dos administradores como pouco contributiva para o desenvolvimento da província. Os paraguaios e a população latina em geral eram tomados como portadores de má índole, conforme se pode perceber através dos relatórios dos presidentes da província, no final dos anos 70 e na década seguinte (...) Para os latinos, especificamente paraguaios, a vinda para Mato Grosso pode ter representado uma forma de livrar-se das conseqüências de viver em um país dizimado pela guerra, ao tempo em que a proximidade geográfica e a própria existência de conterrâneos radicados na província, constituíram-se para eles em pontos de atração. Sendo ou não benquistos, os latinos – homens e mulheres – fizeram-se presentes em Mato Grosso (PERARO, 2001, p. 5-6).

Por fim, a título de ilustração, o longa-metragem “Não devore o meu coração”, lançado em novembro de 2017 e dirigido por Felipe Bragança, abordou a questão do intercâmbio cultural entre brasileiros e paraguaios na fronteira entre os dois países, destacando as trocas culturais, familiares e afetivas. O filme é baseado em dois contos (autobiográficos) do escritor cuiabano Joca Reiners Terrón e trata do romance entre o brasileiro Joca e a guarani paraguaia Basano que vivem na cidade fronteira de Bela Vista-MS. O pano de fundo desse enredo são as cicatrizes deixadas pelo conflito travado no século XIX e as reverberações no cotidiano dos habitantes da região. Em depoimento emocionado sobre o filme, Joca Reiners Terrón relembra as memórias do amor de infância que viveu por Basano La Tatuana:

Não sou apóstolo, mas venho dar meu testemunho da paixão. No caso, a de Felipe Bragança pelo livro “Curva de Rio Sujo”, que inaugurou em 2003 meu fronteiro mundo privado com histórias passadas na região que surge no filme, um lugar aonde evitei regressar por décadas, pois não queria conspurcar aquilo que vivia na lembrança. Felipe me obrigou a voltar, e o que encontrei permanecia intocado: é como se Felipe recuperasse as imagens que estão no livro, imagens que pertenciam às minhas torpes lembranças e que traduzi em relatos, e as devolvesse novamente à condição de imagens que originalmente eram, no limbo entre a lembrança e o sonho. Assistir ao filme me causou estranho desconforto, misto de pudor de ver ali à frente de todos aquilo que se escondia em meu mundo privado, em minha vida secreta, com uma felicidade cálida, viva. E o rosto de Basano La Tatuada, que carreguei em sua versão 3×4 durante anos em minha carteira mofada, permanecia igual e a paixão guarani de Joca por ela permanecia igual, pura, intocada como as samambaias e avencas que despencam suas sombras sobre as águas barrentas do Apa. Desde o início, e foi um longo início, há quase dez anos, eu carregava a certeza de que um filme movido pela paixão só poderia resultar em amor e amizade e em algo perene, tão perene quanto as lembranças. Obrigado, Felipe e turma. Amigos, convido-os a ver o filme⁵².

O depoimento de Joca Reiners Terrón e a obra cinematográfica “Não devore o meu coração” demonstram que as relações construídas entre os habitantes da fronteira ainda trazem a recordação da guerra mesmo no século XXI e constataam que os vínculos construídos entre brasileiros e paraguaios nesse ambiente de confluência cultural podem ir muito além das decisões estatais.

Ante o exposto, os indícios apresentados no decorrer deste trabalho apontam para um importante volume de itens trocados entre Brasil e Paraguai desde o período colonial até os anos seguintes ao fim da guerra. O capítulo a seguir realizará os diagnósticos acerca dos episódios retratados ao longo desta pesquisa.

---

⁵² O depoimento de Joca Reiners Terrón foi retirado de: *Curva de Rio Sujo On My Mind*. Disponível em: <https://jocareinersterron.wordpress.com/2017/11/23/curva-de-rio-sujo-on-terrón-mind/>. Acesso em: 5.dez. 2018.

4 COMO OS COMERCIANTES E INDUSTRIAIS DA FRONTEIRA BRASIL E PARAGUAI CONVIVIAM COM AS RESTRIÇÕES COMERCIAIS ENTRE OS PAÍSES BELIGERANTES NO PERÍODO ANTECEDENTE E DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI?

Há um outro aspecto que é o da coragem da verdade: que tipo de resolução, que tipo de vontade, que tipo não só de sacrifício mas de combate somos capazes de enfrentar para alcançar a verdade? Essa luta pela verdade é diferente da purificação pela qual podemos alcançar a verdade. E seria interessante ver essa diferença. Seria a análise não mais da purificação pela verdade, mas **a análise da vontade de verdade, sob suas diferentes formas**, que podem ser a forma da **curiosidade**, a forma do **combate**, a **forma da coragem**, da **resolução**, da **resistência** (FOUCAULT, 2004, p. 110)⁵³.

Conforme dito brevemente no capítulo anterior, esta parte é reservada para tratar dos diagnósticos a respeito dos episódios selecionados, que levantam indicativos de que a população local manteve, de maneira ostensiva ou velada, muitas trocas comerciais e culturais apesar das proibições governamentais. Esta seção recupera ideias e reflexões trazidas das anteriores para compor a análise dos episódios.

Embora não exista a intenção de repetir o que já foi dito, faremos neste momento uma brevíssima retomada de fatos históricos determinados e que merecem ser lembrados. Tais fatos compõem o contexto dos episódios eleitos para efetuarmos os diagnósticos que demonstram uma vontade latente de trocar bens de acordo com a utilidade e as necessidades dos integrantes das redes comerciais e culturais no espaço cultural simbólico entre Brasil e Paraguai durante o século XIX.

Desde a formação da província do Mato Grosso, o comércio com o país vizinho acompanhou o desenvolvimento da região. Considerada inicialmente prática ilegal tanto pela Coroa portuguesa quanto pela Coroa hispânica, essa relação foi alvo de advertências em variadas oportunidades pela Rainha Dona Maria. Fortificações ao longo da fronteira foram construídas pelos dois lados para evitar o avanço do “inimigo”. Contudo, tal aparato não conseguiu evitar a movimentação de portugueses, espanhóis e indígenas para além das

---

⁵³ No original: Il y a un autre aspect qui est celui du courage de la vérité: quel type de résolution, quel type de volonté, quel type non seulement de sacrifice mais de combat est-on capable d'affronter pour arriver à la vérité? Cette lutte pour la vérité, c'est autre chose que la purification par laquelle on peut arriver à la vérité. Et il serait intéressant d'en voir la différence. Ce serait l'analyse non plus de la purification pour la vérité, mais l'analyse de la volonté de la vérité, sous ses différentes formes qui peuvent être la forme de la curiosité, la forme du combat, la forme du courage, de la résolution, de l'endurance (FOUCAULT, Michel. *Le courage de la vérité*, p. 117).

fronteiras e, a partir dessa situação, notou-se já no século XVIII a presença de espanhóis “desertores” em território lusitano. É necessário pontuar que a situação oposta também foi verificada a partir de relatos históricos que mencionam uma significativa presença de portugueses nas áreas pertencentes à Coroa hispânica no período em questão.

Contraditoriamente, a construção desses fortes durante as décadas de 1760 e 1770 resultou na estruturação – com recursos das Capitanias de Comércio – de um esquema de contrabando com as missões jesuítas de Moxos, Chiquitos e Santa Cruz de la Sierra, fronteiriças ao território ocupado por portugueses.

Ao final do século XVIII, contrabandistas portugueses nos territórios das missões jesuíticas espanholas dificultaram a administração da Coroa na região. De acordo com a corrente historiográfica regional, a redução dos ganhos das minas cuiabanas e o acúmulo de dívida com monçoeiros – responsáveis por trazer as mercadorias para a vila – deixaram um ambiente propício para a prospecção do comércio com os espanhóis. Tal prática contou até com lançamento de bandeiras exploratórias formadas por comerciantes no intuito de abrir mercado e montar novos negócios. Esse descaminho entre portugueses, hispânicos e indígenas – lusitanos e castelhanos – era recorrente nas comunicações que partiam da província com destino ao centro do Império.

Durante as décadas de 70 e 80 do século XVIII, a prática do descaminho passou a fazer parte do cotidiano dos comerciantes de Cuiabá, sustentado inclusive por autoridades locais, e deu origem a uma espécie de *contrabando oficial e secreto*, conforme apontou o trabalho emblemático de Rosa (1996) nesse sentido.

Nos anos seguintes, recursos da própria Capitania passaram a ser direcionados ao pagamento de suborno, na forma de “presentes” a autoridades castelhanas, na intenção de facilitar o contrabando. Em face do exposto, podemos constatar o fato de que motivações para avançar com as trocas comerciais para além da fronteiras existiram desde praticamente a criação das capitanias portuguesas e das missões castelhanas e que, apesar dos comunicados expressos feitos pela Coroa proibindo essas relações, quando investigado o cotidiano das populações que habitavam aquele local, constatou-se que os comerciantes e autoridades passaram a adotar estratégias para dar continuidade a essas trocas. A busca por rotas alternativas de comércio entre portugueses, espanhóis e indígenas que escapassem do controle governamental; o descaminho praticado por, ou em nome de comerciantes regionais; e o próprio ato de presentear autoridades castelhanas exemplificam as práticas de intercâmbio

cultural e econômico, apontando indícios de que as redes comerciais e culturais na região fronteira destacada nesta dissertação já estavam consolidadas no século XVIII.

Os primeiros anos que seguiram os processos de independência do Paraguai e posteriormente do Brasil foram marcados por momentos de arrefecimentos e de aproximações na relação bilateral. A política de *encierro* adotada especialmente por José Gaspar Rodríguez Francia e seguida em partes por Carlos López marcou os primeiros decretos na República do Paraguai e dificultou as relações comerciais entre esse país para com seus pares do cone-sul da América do Sul.

O documento a seguir se trata do Registro de Correspondência Oficial do Governo da Província do Mato Grosso com o Ministério dos Negócios Estrangeiros entre 1843 a 1851. A data desta comunicação é indicada para o dia 22 de fevereiro de 1851. O documento que nos interessa é composto por três páginas. Contudo, reservamos apenas uma delas, que destaca dois trechos pertinentes a esta investigação. A carta faz menção ao Presidente López, advertindo-o da responsabilidade do vizinho em proteger suas fortificações e conter as resistências que estavam se formando na fronteira.

O trecho contido no documento abaixo traz a notícia de que índios estavam fazendo o contrabando de armas de fogo, pólvora e munição na fronteira com o Paraguai. Para além disso, Augusto Leverger – presidente da Província e remetente da correspondência – informou que não precisava receber tal notificação para saber da existência de brasileiros em conjunto com os indígenas para operar o contrabando na fronteira do *Baixo Paraguay*:

Ainda agora recebi do Commandante interino no Baixo Paraguay as communicações que por cópia envio a V. Ex^a sob os n^{os} 1, 2 e 3. **Eu não precisava dellas para ter a convicção de que há gente nossa quem forneça aos ditos Indios armas de fogo, pólvora e munição, e quem lhes compra o producto de seus roubos.** Tenho recommendado de terminantemente modo ao mesmo Commandante que tome todas as medidas compatíveis com as leis, para fazer cessar tais abusos, e que signifique aos Indios que se tentarem novas excursões na minha Republica, não devem esperar tolerância de nossa parte, mas sim repressão⁵⁴ (APMT, doc. 78, p. 127, destaque nosso).

---

⁵⁴ Registro da correspondência oficial deste Governo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Período 1843-1851.

Figura 11 – Registro de Correspondência Oficial do Governo da Província do Mato Grosso com o Ministério dos Negócios Estrangeiros entre 1843 a 1851

127

diversos. Ainda agora recebi do Commandante
interino do Paiz Paraguay as communicações
que por copia envio a V. Ex. sob n.º 1, 2 e 3.
Eu não precisava dellas para ter a commissão
de que he gente, mais quem fornece aos ditos In-
dios armas de fogo, pólvora e munições, e quem
lhes compra o producto dos seus roubos. Tenho
recomendado de terminante modo ao mesmo
Commandante que tome todas as medidas con-
faveis com os liz, para fazer cessar touros au-
tuos, e que signifique aos Indios que se tentarem
novas excursões na vizinha Republica, não de-
vem esperar tolerancia da nossa parte, mas sim
severa repressão.

Devo notar que a palavra desarmados, que
se lê na copia n.º 2, parece-me menos exacta, e
que significa tão somente - desprovidos de pólvora
e munições - pois supponho que os Indios não
largarão as suas armas de fogo: esta presun-
ção intimei ao citado Commandante que
deligenciasse a permuta dessas armas por ob-
jectos de que se não possa fazer uso prejudicial:
porém não espero conseguir isto sem o mais pos-
sivelmente e com muito vagar.

Pela copia n.º 4 de hum officio da Capitania
João Jonquim de Carvalho, dirigido ao meu ilus-
trissimo, vossa V. Ex. a muito importancia que

Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, Estante 06, documento 78, p. 127.

O documento em pauta traz mais um indício para compor esta narrativa, apontando para a existência de redes comerciais e culturais na região fronteiriça e para a movimentação

de atores que desenvolveram práticas para dar continuidade a trocas, com a anuência ou não das autoridades governamentais. No caso mencionado, os governantes da província do Mato Grosso encararam a prática desenvolvida por indígenas como ato ilegal e que deveria ser combatida, apesar de confessar na carta que já tinham conhecimento das ações relatadas na região do Baixo Paraguay e, a partir desse comentário, deixa evidências de que essas práticas eram recorrentes na fronteira.

Para auxiliar na composição do cenário estudado, exibimos um trecho do periódico veiculado na capital paraguaia Assunção, *Semanario de Avisos y Conocimientos Utiles – Dedicado a los negociantes labradores e industriales*. O referido noticiário, em conjunto com o periódico *El Paraguay Independiente* foram os vanguardistas no que tange à criação e ao desenvolvimento do periodismo do Estado paraguaio, movimento inaugurado na década de 1840.

No ano de 1853, entrou em circulação o periódico *Semanario de Avisos y Conocimientos Utiles – Dedicado a los negociantes labradores e industriales*, inicialmente com oito páginas, cujo diretor foi Juan Andrés Gelly e contou com a colaboração de Idelfonso Bermejo, Gumersindo Benítez e Juan Crisóstomo Centurión. Além desses, o *Semanario* contou com o importante auxílio de Fidel Maíz, Jose de Rosario Medina e Francisco Espinoza. O periódico paraguaio tinha como público-alvo os comerciantes e industriais em geral, teve reduzido volume de tiragem e permaneceu por dezesseis anos em circulação. Esse noticiário se dedicou a tratar de assuntos econômicos e comerciais, trazia informes referentes à importação e exportação do país platino, informações sobre a fronteira e casualmente trazia folhetins (BOSIO, 2001). Logo nas primeiras edições, apesar de ter orientações concertadas com o presidente, o jornal criticou medidas da política econômica exercida pelo governo de Carlos Antonio López, opondo-se ocasionalmente com relação às medidas comerciais tomadas pelo governante, que, na visão do jornal, prejudicavam os interesses dos comerciantes.

De acordo com os periódicos da época, a campanha política no rio da Prata exercida por López havia colocado o Paraguai numa condição complexa e ameaçadora, que implicou a tributação de impostos cobrados do povo. A edição também colocou em pauta informações acerca da movimentação de navios mercantis, nacionais e estrangeiros, que aportavam em terras paraguaias. Ademais, o periódico possuía seções destinadas ao informe sobre a situação da política interna do país, suas relações externas e um espaço destinado à carta dos editores. A Figura 12 expõe o primeiro número do periódico comercial:

Figura 12 – Cabeçalho da edição n. 1 do periódico *Semanario de Avisos y Conocimientos Utiles* – Dedicado a los negociantes labradores e industriales

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira⁵⁵.

O trecho a seguir foi retirado da seção “Paraguay”, do periódico semanal, cujo propósito era o de apresentar as notícias e comentários sobre a situação comercial do país. E logo no primeiro número, o espaço apontou críticas em relação às políticas comerciais tomadas por López e o efeito social provocado na população indígena e aos mais pobres:

Hay no obstante allí gente que espera algunas franquicias comerciales, y hay quienes las reducen á una baja en las patentes y sellos. Entretanto sin reformas profundas radicales nada se avanzaria. Añadese a esto que segun entiendo se cree en el Paraguay que el Presidente siempre está temiendo complicaciones con sus vecinos (...) En efecto el estado social de aquella poblacion indígena es negativo, y el contacto con gentes civilizadas hace presumir allí facilidades para la anarquia, al quererse librar del estado presente, no muy liberal por cierto. El Presidente hasta cierto punto seria excusable por las restricciones que opone a la civilizacion del siglo, si se preparase para mas tarde otorgar algunas reformas económicas que mejores el estado de las clases pobres (SACU⁵⁶, 1853, p. 6)⁵⁷.

⁵⁵ O acervo da Hemeroteca Digital Brasileira que compreende o periódico paraguaio *Semanario de Avisos y Conocimientos Utiles* está disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709700&pasta=ano%20185&pesq=>.

⁵⁶ *Semanario de Avisos y Conocimientos Utiles*. Asunción – Dedicado a los negociantes labradores e industriales, sábado 21 de mayo de 1853, n. 1, p. 7.

⁵⁷ Tradução livre: Há, no entanto, pessoas que esperam por algumas franquias comerciais, e há quem as reduza a uma queda de patentes e selos. Enquanto isso, sem reformas radicais, nada seria avançado. Acrescente-se a isso que, no meu entendimento, acredita-se no Paraguai que o presidente sempre teme as complicações com seus vizinhos (...). De fato, o *status* social dessa população indígena é negativo, e o contato com pessoas civilizadas supõe a existência de facilidades para a população indígena. anarquia, querer se livrar do estado presente, não muito liberal pelo caminho. O presidente até certo ponto seria desculpável pelas restrições a que se opõe à civilização do século, se estivesse disposto a conceder mais tarde algumas reformas econômicas que melhorem o estado das classes pobres.

A Figura 13 apresenta outro trecho da edição n. 1 do periódico em questão, que aborda o tópico da navegação para a província do Mato Grosso:

Figura 13 – Trecho da página 7 da edição n. 1 do periódico *Semanario de Avisos y Conocimientos Utiles* – *Dedicado a los negociantes labradores e industriales*

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Nessa fase de contenção das trocas comerciais imposta por López, foi estabelecida uma pesada carga tributária aos principais itens da pauta comercial paraguaia. No trecho do periódico em questão, a decisão de impor tais restrições econômicas, além de dificultar a navegação via Mato Grosso, foi questionada pelo periódico semanal destinado de Assunção:

Se asegura que el Presidente Lopez se opone á la navegacion de Matogrosso por razones que **no son muy fuertes en mi opinion** que se basan en la necesidad quo supone de mantener en aislamiento a aquellas poblaciones. Se asegura tambien que los dos buques despachados por la legacion Argentina para Cuyabá han sido detenidos de órden del Presidente. Desde la caída de Rosas el Presidente Lopez se muestra muy indiferente para entrar en tratados con potencias extranjeras. Para

hacer concesiones liberales à la Francia y à la Inglaterra, se asegura que va a exigir em retribucion le garantan la posesion de los terrenos contestados por el Brasil (SACU⁵⁸, 1853, p. 7, destaque nosso)⁵⁹.

A partir dos acontecimentos expostos acima, deduz-se que o texto jornalístico revela a insatisfação de um estrato da sociedade – comerciantes e industriais – que nesse período estava descontente com as medidas praticadas por López e que possuía interesse de que o comércio regional não contasse com tantas restrições.

A despeito da já mencionada política de *encierro* praticada pelo Paraguai, no dia 6 de abril de 1856, foi assinado um tratado entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, no qual é liberada a navegação do rio Paraguai para embarcações brasileiras até o porto de Corumbá, na província do Mato Grosso. Esse acordo permitiu a expansão mercantil da região e deu origem à formação de casas comerciais que foram estabelecidas nas cidades ribeirinhas do Prata, destacando-se em especial as cidades de Asunción, Concepción, Corumbá e Cuiabá.

O mercado de importação e exportação desfrutou de excelentes resultados com o livre trânsito do rio Paraguai: exportavam-se principalmente ipecacuanha, couros e borracha e importavam-se os mais diversos e sofisticados produtos, variando desde bolachinhas em latas e frutas cristalizadas até vinhos e *whiskys* de várias nacionalidades.

---

⁵⁸ *Semanario de Avisos y Conocimientos Utiles*. Asuncion – Dedicado a los negociantes labradores e industriales, sabado 21 de mayo de 1853, n. 1, p. 7.

⁵⁹ Tradução livre: É assegurado que o Presidente Lopez se opõe à navegação de Matogrosso por razões que não são muito fortes, na minha opinião, que elas se baseiam na necessidade de manter estas populações em isolamento. Também está assegurado que os dois navios despachados pelo legado argentino para Cuyabá foram presos por ordem do presidente. Desde a queda de Rosas, o Presidente Lopez é muito indiferente a entrar em tratados com poderes estrangeiros. Para fazer concessões liberais à França e à Inglaterra, garante a si mesmo que vai exigir retribuição para garantir a posse das terras contestadas pelo Brasil.

Figura 14 – Anúncio da casa comercial Alexandre Addor – Importação e Exportação

ALEXANDRE ADDOR, CUYABÁ
 Endereço tel.: "ADDOR"
 Telephone No. 16
 Rua 15 de Novembro No. 67
 Codigos em uso: Ribeiro e ABC 5th
 Casa fundada em 1865

Importação em geral
Exportação de Borracha, Couros e Ipecacuanha

A casa exporta annualmente m. ó. m. 80.000 kilos de borracha, na maior parte extrahida dos seringaes de sua propriedade, nos quaes occupa m. ó. m. 300 trabalhadores

Os seringaes proprios, situados nos rios Arinos e Paranatinga, abrangem 24 lotes com uma area total de 12.000 ha e 4.500 ha respectivamente.

Os campos para criação de gado comprehendem terrenos nos rios Paranatinga e Tombador, com uma extensão de 9.600 ha.

A firma é proprietaria de uma casa magnifica em Cuyabá, de seis edificios na villa do Rosario, onde mantém florescente filial, e 8 em Diamantino, também sede d'uma casa filial.

Para facilitar o transporte das suas mercadorias e productos, a casa mantém 3 embarcações que navegam entre a capital e a villa do Rosario.

Fonte: Album Graphico do Estado de Mato Grosso/Secretaria do Estado de Cultura de Mato Grosso.

A partir do informe comercial acima, podemos identificar algumas características do comércio regional e averiguar seus indícios. A primeira informação contida no anúncio que merece destaque é a data de fundação do estabelecimento. Embora a data precisa de publicação deste anúncio comercial não constasse no *Album Graphico*, a fundação da casa comercial está apontada no documento no ano de 1865. É interessante notar que nesse ano o conflito da Tríplice Aliança contra o Paraguai já havia sido deflagrado.

Ademais, o informe comercial mostra as atividades ofertadas pelo estabelecimento: “Importação em Geral; Exportação de Borracha, Couros e Ipecacuanha”. É oportuno mencionar que, de acordo com Borges (2001), Ponce Filho (1952) e Reynaldo (2013), os principais itens produzidos e exportados pela província do Mato Grosso eram a **borracha**, o açúcar, **couros**, o fumo e a **ipecacuanha**. Além disso, conforme dados já informados neste trabalho, a exportação da ipecacuanha mato-grossense durante o começo da década de 1850 teve no vizinho Paraguai seu principal destino da bacia do Prata.

Desta forma, a partir das informações contidas no cartaz, podemos inferir que existe uma complexa rede de atividades que envolvem o estabelecimento, alcançando não somente o comércio de modo direto, mas também as grandes propriedades de terras que fomentaram a produção de borracha nos seringais; a criação de gado; além de toda logística feita pelas embarcações que realizavam o transporte dos produtos exportados em direção aos principais portos da região. Diante disso, pensemos nas numerosas relações envolvidas com o funcionamento da casa comercial Alexandre Addor: relações de trabalho – que o próprio anúncio revelou empregar em média 300 trabalhadores, número expressivo para o século XIX –, processos que variavam da extração do látex nos seringais, corte e coleta, processo de secagem, prensa e embalagem, além de toda a rede de transporte, logística e distribuição dessa cadeia produtiva.

De posse dessas informações, algumas reflexões merecem ser suscitadas: Será que a construção de toda essa estrutura foi pensada para durar pouquíssimo tempo, uma vez que a casa comercial foi fundada já num contexto de conflito? Todo o investimento empregado, trabalhadores envolvidos e uma estrutura montada por mero capricho de apostar contra a conjuntura ou havia convicção de que existia uma demanda significativa por esse comércio na região?

Indicativos contidos nos anúncios comerciais do período sugerem que tal insistência não era provocada por mera especulação ou imprudência do referido comerciante, mas sim originada por uma necessidade do mercado local. Insistir no estabelecimento em um contexto de proibições podia fazer com que a casa Alexandre Addor se transformasse no único provedor das mercadorias na região, possibilitando taxas de lucro altíssimas, que provavelmente iriam compensar os riscos. Em outras palavras, investir em relações comerciais, que aos olhos dos governos – num contexto belicoso – estavam com os dias contados, podia tornar o comerciante da Alexandre Addor um dos mais importantes provedores do Prata durante as proibições, proporcionando-lhe grandes lucros.

Reservada essa reflexão, partimos para a análise do próximo documento, novamente um informe comercial do século XIX, de um estabelecimento focado em representações e importações, localizado na cidade de Corumbá na província do Mato Grosso:

Figura 15 – Anúncio da casa comercial Federico Pfeiffer & Cia. – Importação e Representações

Companhia Centralizadora e Cooperativa de Cosecheros e Fabricantes Europeos
Federico Pfeiffer & Cia., Bordeaux
 (Agente Geral para o Estado de Matto-Grosso: Henrique Gutmann, Corumbá)

COGNAC da casa Bisquit Dubouché & Cia., Cognac
 CHAMPAGNE legitimo Henri Aubert
 LAMA, VIGOR e REM, os tres Aperitivos predilectos
 VERMOUTH italiano Bellardi
 VERMOUTH frances Cristal, de Taillan
 QUINA St. Germain e Fakir, os mais saudaveis
 GENEBRA em botijas e garrafas "A Cathedral"
 VINHOS franceses, de meza, de Bordéus, de Richard & Muller, P. Salin & Fils, Schroeder & Schyler & Co
 VINHOS franceses, da Borgonha, da casa Bouchard Père & Fils

AMEIXAS em potes, latas e vidros, de Dalidet e "Albatros"
 VINHOS italianos, Chianti, branco e tinto, de Ditta Ferd. Nencioni, Pisa
 VINHOS hespanhoes, da Vinicola Hispano Americana-Ruas
 VINHOS brancos, do Rheno, de Gebrueder-Schleif, Ruedesheim
 WHISKY de R. H. Thomson & Co., Leith e Glasgow
 LICORES de toda classe de Nuyens & Cia.
 RHOM, marcas Chulita e Blanquita
 AZEITES e VINAGRES de E. Dansse & Co.
 BOLACHINHAS em latas, marca "Olibet"

CHOCOLATES
 CONFEITOS
 FRUTAS CRYSTALLISADAS } da Societé Talencia, Talence
 MORTADELLAS } de Ulisse Colombini, Bologna
 CONSERVAS de carne }
 CONSERVAS de toda classe da celebre casa: George Dalidet & Co.
 VINHOS hespanhoes } da casa Adolfo Pries & Co., Málaga
 JEREZ-QUINAS }
 UVAS e FIGOS frescos e passados }

Para mais informações, material de propaganda e ofertas especiaes com o Agente Geral: Henrique Gutmann, Corumbá

Fonte: Album Graphico do Estado de Mato Grosso/Secretaria do Estado de Cultura de Mato Grosso.

Para além dos benefícios, já mencionados, trazidos pela abertura da navegação do rio Paraguai à província do Mato Grosso, ocorreu também a formação de um fluxo significativo de mercadorias de luxo, que inaugurou um comportamento de consumo ostensivo no comércio do Prata. A abertura dos caminhos fluviais levou a experiência do *progresso* para a província durante o século XIX. Posto isso, analisemos o anúncio comercial acima: a representante de produtos importados Federico Pfeiffer & Cia. divulgou em seu informe publicitário uma série de mercadorias suntuosas, que nem sempre estiveram disponíveis para as camadas mais abastadas da sociedade regional. Foi divulgada pelo estabelecimento a oferta de vinhos franceses e italianos; licores; chocolates; uvas e figos – frescos e passados.

A partir do informe acima, captam-se indícios de um diálogo comercial transatlântico que alcançou a bacia do Prata. Os representantes comerciais citados no documento fazem referência a marcas francesas, hispânicas, alemãs, italianas, entre outras. A província do Mato Grosso passou a ter ares cosmopolitas mesmo no século XIX e pairou nessa região um ambiente *à la belle époque* francesa – guardadas as devidas proporções.

As considerações alcançadas pelo cenário apontado no anúncio nos fazem atentar para o fato de que esses itens tão requintados para o período estudado foram ofertados naquela região justamente para acompanhar uma demanda existente. A aristocracia do Prata habituou-se como luxo proporcionado pelo *livre* caminho do rio Paraguai. Essa situação nos fez refletir sobre até que ponto os abastados do Prata estariam dispostos a abrir mão do requinte em nome do confronto governamental. Uma vez acostumados com os ganhos decorrentes dos negócios de luxo, é interessante cogitar até que ponto os comerciantes estariam prontos a abandoná-los em razão de embates políticos.

A seguir, procederemos à análise de um novo informe comercial muito pertinente a esta investigação. A casa comercial M. Cavassa Filho & Cia., responsável pela produção de produtos nacionais – farinha de trigo e querosene –, pela exportação de produtos do Estado e pelo transporte de passageiros e cargas no rio Paraguai. De acordo com as informações dispostas no anúncio abaixo, a casa foi fundada em 1858, logo após o tratado de livre navegação do rio Paraguai. O estabelecimento teve suas atividades interrompidas por ocasião da guerra e foi reaberto em 1870, precisamente o ano em que se encerrou o conflito.

O informe traz indícios de que havia uma intensa disposição para proceder às trocas comerciais pelos rios do Prata, dado que, embora o estabelecimento tivesse sido destruído por circunstância da Guerra do Paraguai, logo no ano em que se findou o conflito – nem ao menos aguardou para que essa paz fosse consolidada –, o comerciante reabriu seu estabelecimento. O informe mercantil abaixo traz algumas das informações já dispostas:

Figura 16 – Anúncio da casa comercial M. Cavassa Filho & Cia.

M. Cavassa Filho & Comp., Corumbá

Sede social: Rua Presidente Costa Marques (Porto) No. 36
Endereço tel.: "CAVASSA" Código usado: ABC 5ª, Ribeiro, Lihors Calça Postal No. 14
Telephon No. 66

Sócios componentes da Firma: Srs. João Pedro Cavassa, Raphael Cavassa, João M. Cavassa, Manoel Cavassa Filho, Mariano Cavassa e Salustiano A. Malet. A firma é sucessora da antiga "Cavassa & Irmãos" que era composta dos três primeiros, e esta negociavam exclusivamente com armazém de secos e molhados à então Rua do Comercio (hoje Presidente Costa Marques), comissões e consignações; em continuação da firma individual do Sr. Manoel Cavassa, por dois referidos irmãos Cavassa, e que foi, em 1858, o fundador da casa, destruída por ocasião da invasão paraguaya e reestabelecida no ano de 1870 pelo mesmo Sr. Manoel Cavassa, já falecido.

A firma hoje dedica-se com especialidade ao negocio por grosso, de generos nacionais, farinha de trigo, querosene etc., bem como à exportação de productos do Estado.

São Agentes-Proprietarios das seguintes embarcações, estabelecidas na carreira do Paraguay: VAPOR FERNANDES VIEIRA, de porte de 300 toneladas e acomodações para 100 Passageiros de 1ª classe, illuminado à luz electrica e installações de ventiladores; este vapor foi reconstruido em Corumbá, no estaleiro do Sr. C. G. Pires no anno de 1911. VAPOR SÃO JOSE, com capacidade para 280 toneladas de carga e acomodações para 20 passageiros de 1ª classe, rebocador excellent, construido em Europa, para a então Companhia Cibiis, no anno de 1903.

São Agentes dos vapores "CAMPOS" e "CUYABA", da Empresa Fluvial Brasil-Uruguay, da qual são incorporadores. Estes vapores fazem o correio de Montevideo à Corumbá, occupando-se com a condução de cargas. O primeiro tem capacidade para 900 toneladas de carga e o segundo, actualmente navegando do porto de Montevideo ao do Rio de Janeiro, para 1200 toneladas, ambos aparelhados e dotados de installações electricas.

AGENTES do BANCO DO BRASIL n'esta cidade para a emissão de vales ouro, destinados ao pagamento de direitos aduaneiros, e também para cobrança de títulos.

Agentes da BRASIL LAND, CATTLE AND PACKING CO., Companhia ligada ao Sindicato Figueira, com sede em São Paulo, que ultimamente adquiriu as propriedades de Descalvados, Alago e outros estabelecimentos da Industria Pecuaria n'este Estado.

A importância desse anúncio em particular consiste nos indícios que ele nos demonstrou. Tratava-se de uma casa comercial na cidade de Corumbá, portanto, na rota fluvial do comércio entre as fronteiras da bacia do Prata, e um dos serviços oferecidos era o transporte de passageiros e cargas por embarcações estabelecidas na carreira do Paraguay. Além disso, o estabelecimento teve suas atividades iniciadas no período que antecedeu a guerra e foram restabelecidas precisamente no ano em que se encerrou o conflito.

Diante dos fatos trazidos por este anúncio, uma reflexão merece ser considerada: Para que a reconstrução da casa comercial fosse concluída já no ano de 1870, possivelmente a reestruturação deve ter começado antes de março/abril de 1870, isto é, antes mesmo de a guerra ter acabado. Em face das questões apontadas neste trabalho, conclui-se que cada uma das indagações levantadas merece ser analisada de maneira profunda, tornando-se objeto de análise de muitas investigações. Contudo, o que podemos constatar a partir delas é que a disposição em dar continuidade às trocas sempre existiu, tanto por parte de comerciantes como também da população local, uma vez que, a exemplo do episódio apresentado acima, ao menor sinal do fim do conflito, as casas comerciais já se mostraram plenamente articuladas para restabelecer o comércio.

Como ponto de partida para estudar tais fenômenos, buscamos entender o surgimento dessas práticas e a evolução do processo de aceitação desse mecanismo no contexto social. Para tanto, foi necessário rememorar a trajetória desses atores que viviam na fronteira diariamente, buscando compreender a dinâmica das relações sociais existentes naquele local. Em busca desse objetivo, foi necessário debruçar sobre narrativas não oficiais, contos, relatos e poemas. Nesse processo de dar voz a narrativas que ficaram silenciadas por séculos, conseguimos captar episódios omitidos das narrativas convencionais e oficiais.

Posto isso, embasado na investigação dos documentos selecionados para compor este capítulo, foi detectada a presença de fortes indicativos de que a população local manteve – de maneira ostensiva ou velada – muitas trocas comerciais e culturais a despeito das proibições governamentais. No decorrer desta investigação, foi constatado ainda que as práticas desenvolvidas para a manutenção das trocas comerciais existiram desde o século XVIII, mesmo em períodos de proibição e contando inclusive com a participação de autoridades regionais. Essa situação era vista como prática recorrente pelo cotidiano da população local, visto que há indícios de que o contrabando nos limites fronteiriços existiu desde os primórdios da província do Mato Grosso, de modo que comerciantes e a comunidade local não

consideravam tal mecanismo sob o viés de ilegalidade ou simplesmente não se importavam com tal condição.

As restrições estabelecidas pelos governantes na região resultaram em diversas práticas de corrupção no decorrer dos séculos: seja através do contrabando, na sua forma mais clara, seja pelo pagamento de propina na forma de presentes aos chefes das missões hispânicas ou mesmo pelo próprio descaminho de mercadorias. Durante a investigação do cenário estudado, notou-se a existência de um espaço econômico e cultural entre brasileiros e paraguaios que negociavam dia a dia maneiras de assegurar a própria existência e a manutenção dos seus interesses. Notamos ainda que o essencial era dar seguimento às trocas: sejam elas na forma de relações comerciais, como nos episódios das casas comerciais; ou mesmo na forma de trocas culturais, como no exemplo ocorrido no Morro Azul, e em diversos outros episódios retratados nesta dissertação.

Para alcançar tais conclusões foi necessário investigar os processos históricos particulares da região estudada. Notamos que a instituição de limites e a proibição às práticas comerciais entre brasileiros e paraguaios acabaram por resultar na ressignificação do sentido de contrabando e o descaminho para os habitantes do espaço econômico e cultural estudado.

Para descobrir uma nova história, foi preciso descortinar estereótipos e retirar dessas práticas rótulos maniqueístas, como o legal e o ilegal ou o regular e o irregular, e somente a partir daí foi possível captar o vasto universo de trocas comerciais, afetivas, sociais, e muitas outras, que podem ter surgido a partir de classificações e imposições tomadas a distância por atores alheios à realidade diária da fronteira. A preocupação dos governantes recaiu mais sobre a imposição dos limites geográficos do que sobre a região fronteira, de modo que essa invisibilidade resultou não somente na incapacidade de compreender os processos ocorridos no espaço econômico e cultural, como gerou alianças, negociações e práticas para subverter decisões que não deram conta da realidade da fronteira.

A resposta dos habitantes que viveram nesse espaço econômico e cultural consistiu em atos de resistência motivados pela insatisfação de comerciantes, moradores e – em dado momento da história regional – até mesmo de autoridades que promoveram ações a sua maneira para dar continuidade às trocas entre brasileiros e paraguaios durante os períodos de proibições. Ao estudar a movimentação comercial na região, notamos que tais trocas eram recheadas dos saberes locais: os tropeiros e os caixeiros-viajantes eram exímios conhecedores das características das mercadorias e do fluxo comercial em toda a região. Proprietários de casas comerciais passaram o *тино de negócios* para os membros da família, visto que em

muitos casos essas casas comerciais passaram séculos sob a administração de uma mesma família.

Ao encarar os fenômenos ocorridos na fronteira sob a sua perspectiva econômica e cultural, encontramos uma confluência simbólica entre brasileiros e paraguaios que envolveu uma complexa rede de atividades econômicas, incluindo importação e exportação, aquisições de territórios, transporte de cargas e passageiros pela bacia do Prata, operações financeiras, que conseguiu movimentar até 300 trabalhadores em uma única casa comercial durante o século XIX. Deparamos então com um ambiente carregado de sentidos e significações próprias, construídos e reconstruídos a partir de interações que refletiam sentidos comuns.

Percepção essencial que notei durante toda a investigação foi a visão de uma fronteira negociada diariamente pela população que ali vivia: ora ela existia, ora ela era simplesmente fictícia, variando de acordo com os interesses de quem a via. Se o interessado em questão era um comerciante que tinha o seu maior rendimento no mercado do Prata, certamente a fronteira era vista como algo fluido. Contudo, se olhássemos através do ponto de vista de um soldado lotado na fortificação do Baixo Paraguai, a visão da fronteira seguramente era de um limite territorial político.

Podemos concluir, portanto, que a população local do ambiente do Prata não atuou como um mero reflexo das decisões tomadas pelos governantes, mas sim respondeu a partir de suas vivências pessoais, da trajetória da comunidade e elaborou práticas que permitiram a sobrevivência e a convivência com os “mesmos” e também os “outros”. Depreende-se com base nisso que a permanência das imposições comerciais proibitivas resultou na perpetuação de tais trocas à margem ou na ilegalidade, que afinal eram práticas de resistência e estratégias de sobrevivência.

Inferimos que a narrativa oficial empregada ao longo dos anos sobre as relações comerciais entre Brasil e Paraguai, principalmente no contexto da guerra do Paraguai, não reflete necessariamente a vida cotidiana no espaço econômico e cultural formado na região de fronteira entre os dois países. A narrativa oficial não sustenta a totalidade do fenômeno cultural emanado das populações locais e, por esse motivo, ignorara o significado simbólico das práticas produzidas pelos habitantes do espaço analisado. De modo que esse cenário alheio ao cotidiano local abriu caminho para que fosse elaborada outra narrativa histórica nesta dissertação, que optou por se distanciar dos discursos e documentos oficiais e buscar outra dimensão histórica, no dia a dia dos habitantes da região fronteiriça examinada e por meio das atividades das casas de comércio ali existentes, indícios de que fluxos comerciais e

trocas culturais continuaram a ocorrer entre os países beligerantes apesar das restrições estabelecidas pelas autoridades governamentais (e aparentemente com a conivência destas).

REFERÊNCIAS

- ABENTE, Diego. The War of the Triple Alliance: Three Explanatory Models. **Latin American Research Review**. The Latin American Studies Association, v. 22, n. 2, 1987. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2503485>. Acesso em: 6. dez. 2017.
- ALEIXO, Lucia Helena Gaeta. **Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado), PUC-SP, São Paulo, 1980.
- _____. **Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso**. Cuiabá: UFMT, 1995.
- ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a história – 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 61, 1984.
- AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli. **Anais de Vila Bela: 1734-1789**. Cuiabá: UFMT; Carlini & Caniato, 2006.
- ANDRADA E SILVA, Raul. **Ensaio sobre a ditadura do Paraguai 1814-1840**. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1978.
- ANZAI, Leny Caselli. Missões Religiosas de Chiquitos e a capitania de Mato Grosso. In: SILVA, Joana A. Fernandes (org.). **Estudos sobre os Chiquitanos no Brasil e na Bolívia: história, língua, cultura e territorialidade**. Goiânia: UCG, 2008.
- APMT – Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Correspondência Oficial Chefe da Província do Mato Grosso ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, doc. 78.
- _____. Registro da correspondência oficial deste governo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Período 1843-1851. Estante 06, doc. 78.
- AQUINO, Rubens de. Tereré. **Ciclo da erva-mate**. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986.
- ARECES, Nídia. *La economía paraguaya en los primeros años revolucionarios*. In: TELESKA, Ignacio; BREZZO, Liliana; CABALLERO, Herib. Paraguay 1813: La proclamación de la República. Asunción: Taurus, 2013.
- ARRUDA, Elmar de Figueiredo. **Formação do mercado interno de Mato Grosso, século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, PUC-SP, São Paulo, 1987.
- ARRUDA, Rinaldo; BARBOSA, Cleto; CARDIA, L. M; DEL RIO, José M. V.; DIAS, Maria Barboda; FUNES, E. A; PAREDES, O; LUCENA, Célia. **Historia y memorias de las Tres Fronteras – Brasil, Perú y Bolivia**. Cuzco: Universidad San Antonio Abad del Cusco; Alpha Servicios Gráficos, 2009.
- AZARA, Félix de. **Descripción e historia del Paraguay y el rio de la plata**. Madrid: Imprenta de Sanchiz, 1847.

BABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BARBOSA DE SÁ, José. **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá: Secretaria Estadual de Educação e Cultura/UFMT, 1975.

BARZOTTO, Leoné Astride. O entre-lugar na literatura regionalista: articulando as nuances culturais. **Raído**, Dourados, v. 4, n. 7, jan./jun. 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BITTENCOURT, Rita L. F. Guerra em deriva: Poéticas de fronteira. **Nau Literária, Guerra do Paraguai e literatura da América do Sul**, v. 2, n. 2, 2016.

BNPC – Biblioteca Nacional e Pública em Corte. Relatório do Presidente da Província do Mato Grosso. Assembleia Legislativa Provincial, Cuiabá, Typographia do Echo Cuiabano, 3 de maio de 1854.

BOAS, Franz. **A formação da antropologia americana**. Antologia. Organização e introdução George W. Stocking Jr. Trad. Rosaura Maria Cirne Lima Eichenberg. Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2004.

_____. **Antropologia cultural**. Trad. Celso de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. **El arte primitivo**. Trad. Adrián Recinos. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1947.

BONALUME NETO, Ricardo. Tríplice desafio. In: A Guerra do Paraguai: origens do conflito que sacudiu o continente. **Nossa História**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano 2, n. 13, nov. 2004.

BORGES, Fernando. **Do extrativismo à pecuária**: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso, 1870 a 1930. São Paulo: Scortecci, 2001.

BOSIO, Beatriz González de. **Periodismo escrito paraguayo 1845-2001**. De la afición a la profesión. Asunción: Intercontinental, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **La reproduction**. Paris: Minuit, 1970.

_____. **Le Métier de Sociologue**. Préalables Épistémologiques. 5. ed. Walter de Gruyter Inc., 2005. Apud: MARX, Karl. **Crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Flama, 2010.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BREZZO, Liliana. La historia de la Guerra del Paraguay: nuevos enfoques, otras voces, perspectivas recientes, 2010. Disponível em: <http://ri.conicet.gov.ar/>. Acesso em: 30. jul. 2018.

BRY, Georges. **Droit international public**. Paris: L. Larose & L. Tenin, 1901.

CALOGERAS, Pandia. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1945.

CAMBLOG, Ana María. Habitantes de frontera. **Cuadernos de Recienvenido**. São Paulo: Humanitas, 2012.

CAMPOS, Cristina de. As ferrovias estratégicas no estado de São Paulo, 2012. **Jornal da UNICAMP**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/526/ferrovias-estrat%C3%A9gicas-no-estado-de-s%C3%A3o-paulo>. Acesso em: 28. set. 2017.

CANCIAN, Elaine. A vila de Corumbá e a Guerra Grande: algumas reflexões. **História: Debates e Tendências**, v. 15, n. 2, jul./dez. 2015.

CARAVAGLIA, Juan Carlos. **Mercado interno y economía colonial**: tres siglos de historia de la yerba mate. 2. ed. Rosario: Prehistoria Ediciones, 1983.

CARDIN, Eric. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. **Geopolítica(s)**, v. 3, n. 2, 2012.

CARDOSO, Irene. Narrativa e história. **Tempo Social**. São Paulo, v. 12, n. 2, nov. 2000.

CARVALHO, Delgado de. **Geografia humana**. São Paulo: CNG, 1938.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Nacional, 1949. t. II.

_____. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

CHAVES, Otávio. Considerações introdutórias sobre a cartografia do contrabando secreto em espaço de fronteira colonial na América do Sul, século XVIII. **XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento Histórico e Diálogo Social**, Natal, 2013.

_____. **Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do império português: a capitania de mato grosso na segunda metade do século XVIII**, UFPR, Curitiba, 2008.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **A cata de ouro e diamantes**. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti, 1926.

_____. **A indústria açucareira em Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Brasil Açucareiro, 1841.

_____. **História de Mato Grosso**. Cuiabá: SEC-MT; Integrar; Defanti, 2012.

_____. Subsídio para o histórico da Mineração em Mato Grosso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, Cuiabá, v. 4, n. 11, t. 15, 1926.

CORRESPONDÊNCIAS de Antonio Rolim de Moura. Carta a Diogo de Mendonça Corte Real. 28 de maio de 1752, Cuiabá, UFMT, v. I, 1983.

CORRESPONDÊNCIAS de Antonio Rolim de Moura. Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 14 de fevereiro de 1755, Cuiabá, UFMT, v. II, 1983.

COSTA, Andriolli de Brites. **A lenda nas páginas do jornal**: a presença do imaginário no jornalismo a partir da cobertura dos tesouros enterrados no Paraguai. Florianópolis, 2013.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil colonial**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

DORATIOTO, Francisco Fernando. **A Guerra do Paraguai**: 2ª visão. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. História e ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai. **Encuentro Anual Del Cel**, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index49012.html>. Acesso em: 18.dez. 2018.

_____. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005.

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ESSELIN, Paulo. A grande guerra e a invasão do Mato Grosso. **I Congresso Internacional de História Regional – Pensando a Guerra do Paraguai e o Processo de Consolidação dos Estados Nacionais da Bacia do Rio da Prata**, 2016.

EVANS-PRITCHARD, Edward. **Los nuer**. Barcelona: Anagrama, 1977.

FIGUEIRÔA-RÊGO, João de. Notas de errância e diáspora. A presença de cristãos-novos portugueses no Peru: Inquisição e tabaco (séculos XVI-XVII). In: BRANCO, Isabel Araújo; GARCÍA, Margarita Eva Rodríguez; LACERDA, Teresa (eds.). **Descrição geral do Reino do Peru, em particular de Lima**. Trad. Isabel Araújo Branco & Ana Silva Notas de António Castro Nunes. Lisboa: CHAM, 2013.

FONSECA, João Severino da. **Viagem ao Redor do Brasil**: 1857-1878. Rio de Janeiro: Typ. Pinheiros, 1880. v. 1.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

FRONTEIRA Brasil e Paraguai – breve histórico. Disponível em: <http://info.lncc.br/ptt1872.html>. Acesso em: 20. ago. 2017.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Brasília: UnB, 1963.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. História e cotidiano em Walter Benjamin. **Revista USP**, São Paulo, set.-nov. 1992.

_____. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

GARCIA, Domingos Sávio. De vila a cidade: impactos da abertura da navegação do rio Paraguai em uma povoação da Fronteira Oeste. **XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento Histórico e Diálogo Social**. Natal, 2013.

GARCÍA, Margarita Eva Rodríguez. Descrição de Reino do Peru: a circulação no mundo andino aos olhos de um súbdito ibérico. In: BRANCO, Isabel Araújo; GARCÍA, Margarita Eva Rodríguez; LACERDA, Teresa (eds.). **Descrição geral do Reino do Peru, em particular de Lima**. Trad. Isabel Araújo Branco & Ana Silva Notas de António Castro Nunes. Lisboa: CHAM, 2013.

GICOVATE, Moisés. **Geografia geral**. São Paulo: Melhoramentos, 1942.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Thiago. O contrabando na fronteira: uma produção social de mercadorias, 2003. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_tiago_gil_o-contrabando-na-fronteira-uma-producao-social-de-mercadorias.pdf. Acesso em: 6. jun. 2018.

GRIMSON, Alejandro. Introducción ¿Fronteras políticas versus fronteras culturales? In: _____ (org.). **Fronteras, naciones e identidades**. Buenos Aires: CICCUS, 2000.

GUERRERO ARIAS, Patricio. **Corazonar**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2010.

_____. **La cultura – estrategias conceptuales para entender la identidad, la diversidad, la alteridad y la diferencia**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2009.

HELMER, Marie. **Cantuta**. Madrid: Casa de Velásquez, 1993.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa da Malha Digital do Brasil**, 2005.

JOHANSSON, María; SUJATOVICH, Luis. Papeles de guerra. Causas de la Guerra de la Triple Alianza a través de la prensa argentina y paraguaya (1862-1870). **UNIVERSUM**, v. 2, n. 27, Universidad de Talca, 2012.

KLUCKHOHN, Clyde. **Antropología**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LAMEIRA, Osmar. Cultivo da Ipecacuanha [*Psychotria ipecacuanha* (Brot.) Stokes]. **Circular técnica**, n. 28, Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2002. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/405771/1/Circ.tec.28.pdf>. Acesso em: 25. mar. 2019.

LARAIA, R. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

LARRAIN, Jorge. El concepto de identidad. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 21, ago. 2003.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEACH, Edmund. **Sistemas políticos de la Alta Birmania**. Barcelona: Anagrama, 1977.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil 1808-1842. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

_____. **Crise e mudança na frente oeste de colonização**. Cuiabá: UFMT; PROEDI, 1982.

LIMA, André. **Caminhos da integração, fronteiras da política**: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso. São Paulo: USP, 2010.

LIMA, Grazielli; LIMA, Erika. Deslocamentos culturais em Morro Azul: identidade cultural e pertencimento. **Nau Literária**: crítica e teoria de literaturas, Dossiê: migração, exílio e identidade, Porto Alegre, v. 10, n. 1, jul./dez. 2014.

LINHARES, Teodoro. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

LOPES, Cristina de Vasconcelos. **Os desertores da guerra na Tríplice Aliança**: utopia anárquica? São Paulo, 2015.

MAMIGONIAN, Armen. A inserção de Mato Grosso ao Mercado Nacional e a Gênese de Corumbá. **GEOSUL**, n. 1, 1º sem. 1986.

MANCILLA, Suzana. Interculturalidades no Contexto Puerto Quijarro (Bolívia) – Corumbá (Brasil). **Português língua de fronteira**: ensino, aprendizagem e formação de professores. São Paulo, 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

_____. Leitura crítica. In: LINDOSO, Felipe (org.). **Rumos [do] Jornalismo Cultural**. São Paulo: Summus; Itaú Cultural, 2007.

_____. **O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos.** São Paulo: Paulus, 2007.

MIRANDA, Gracy Ourives. Poaia, ipeca, ipecacuanha: poaia – uma riqueza descoberta em Mato Grosso. **Revista da Universidade Federal de Mato Grosso**, Cuiabá, v. 3, n. 3, set./dez. 1983.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna. **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança.** São Paulo: Ensaio, 1975.

MONZILLO, José Manuel Briceño. Nuestras fronteras con Colombia. **Acción Profesoral**, Mérida: APULA, n. 1, 1982.

MORENO, Alcides Parejas. **Chiquitos: un paseo por su historia.** Santa Cruz de la Sierra: APAC, 2004.

MUNHOZ, Lucas. A paz no Prata. 7 mar. 2018. Disponível em: <https://medium.com/the-urbi-et-orbi/a-paz-no-prata-60d66fd2f722>. Acesso em: 28 abr. 2018.

NANTES, Aglay. **Morro Azul: estórias pantaneiras.** Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010.

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Microficha 264 – Fundo: Documentos Avulsos sobre Mato Grosso – Caixa 18, n. 1164; Caixa 19, n. 1205.

_____. Microficha 273 – Fundo: Documentos Avulsos sobre Mato Grosso – Caixa 18, n. 1162.

NICOLAZZI, Fernando. **O conceito da experiência histórica e a narrativa historiográfica.** Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, Porto Alegre, 2004.

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. A conquista do Brasil Central: fronteiras e frentes pioneiras no século XIX. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XVI, n. 418, nov. 2012. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-9.htm>. Acesso em: 10. jul. 2018.

NUNEZ, Ronald. **El pensamiento político y económico de José Gaspar Rodríguez de Francia: 1814-1840.** Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-05112015-144136/pt-br.php>. Acesso em: 4. jun. 2017.

NWEIHED, Kaldone. Frontera y límite en su marco mundial: una aproximación a la fronterología. **IDEAEAL – Simón Bolívar**, Caracas, Venezuela, 1992.

ODRIOZOLA, Jaime Collazo. El dictador Francia y la sociedad paraguaya. 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/281/28100705.pdf>. Acesso em: 18. jun. 2017.

OLIVEIRA, Flavio. O conceito de cultura de Franz Boas e sua oposição historicista ao evolucionismo cultural do século XIX. **Congresso de História Jatai**, Anais, 2004. Disponível em: [www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(90\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(90).pdf). Acesso em: 5 jul. 2018.

PENNA, Herculano Ferreira (Presidente). Documento n. 30. Relatório de 1862. Estradas e Pontes. **Revista do Instituto Histórico de Matto-Grosso**, 1919.

PERARO, Maria Adenir. A imigração para Mato Grosso no século XIX – mulheres paraguaias: estratégias e sociabilidade. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 2, n. 1, jan./jun. 2001.

_____. O princípio da fronteira e a fronteira de princípios: filhos ilegítimos em Cuiabá no séc. XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n. 38, 1999.

_____; SANTOS, Quelce. Mulheres paraguaias, uma perspectiva de estudo a partir do recenseamento de 1890. **UNICIÊNCIAS**, v. 7, 2003.

PEREIRA, Alan. O revisionismo historiográfico de León Pomer: história e historiografia. **Anais do II Congresso Internacional de História da UFG/Jataí**, Jataí, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POMER, León. **Os conflitos da bacia do Prata**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PONCE FILHO, Generoso. **Generoso Ponce, um chefe**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PRESOTTI, Thereza Martha. A conquista dos sertões do Cuiabá e do Mato Grosso: os numerosos reinos de gentios e a “guerra justa” aos paiaguá (1719-1748). **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, 2005.

QUEIROZ, Silvânia. História e historiografia: revisando a obra *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*, de J. J. Chiavenato. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307797502_ARQUIVO_Hi,deJJChiavenato.pdf. Acesso em: 8. set. 2017.

REYNALDO, Ney. Comércio e navegação no rio Paraguai (1870-1940). **XI Jornada Interescuelas/Departamento de Historia**. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

_____. Guerra do Paraguai: um Conflito Anunciado (1852 a 1864). **9º Encontro Internacional da ANPHLAC**, Goiás, 2010.

_____. Uma análise econômica da Província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX. **Albuquerque: revista de História**, Campo Grande (MS), v. 5, n. 10, jul./dez. 2013.

RIBEIRO, Ana. **Gaspar Rodríguez Francia: el hombre de la independencia el aislamiento paraguayo**. Asunción: El Lector, 2011.

RIBEIRO, Claudio. A contribuição das noções de entre-lugar e de fronteira para a análise da relação entre religião e democracia. **REVER**, ano 15, n. 2, jul./dez. 2015.

RIVAROLA, Milda. **Vagos, pobres y soldados**: la domesticación estatal del trabajo en el Paraguay del siglo XIX. Ed. Asunción, 1994.

RODRIGUES PEREIRA, Renato. Qual o moderno conceito de fronteira, divisas e limites? **Revista Brasileira de Geografia**, ano III, n. 1, 1941.

RODRIGUES, Kelly. O conceito de lugar: a aproximação da geografia com o indivíduo. **XI Encontro Nacional ANPEGE – A Diversidade da Geografia Brasileira: Escalas e Dimensões da Análise e da Ação**, 2015.

ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá**: vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SALLES, André. A Guerra do Paraguai na historiografia brasileira: algumas considerações. **Cadernos de Aplicação**, Porto Alegre, v. 27/28, jan.-dez. 2014/2015.

SANTOS, José Nicolau dos. **Fundamentos jurídicos da transformação dos estados**. Curitiba: Empreza Gráfica Paranaense, 1943.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, 1977.

_____. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEIXAS, Renato. Migração simbólica e dialética da identidade cultural nos processos de migração. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, ed. 29, 2017.

SENA, Divino. O cotidiano de estrangeiros num lugar cosmopolita: Corumbá, 1870-1888. **sÆculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 27, jul./dez. 2012.

SILVA, Luis Paulo. **Hidropolítica sul-americana e a Bacia do Prata**: o lugar das sub-bacias em zonas de fronteira internacional. Tese (Doutorado), UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVEIRA, Mauro César. **A batalha de papel**. A charge como arma na guerra contra o Paraguai. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2009.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889)**. Cuiabá: UFMT, 2000.

STOCKING JR., George W. Introdução: Os pressupostos básicos da antropologia de Boas. **A formação da antropologia americana**. Antologia. Organização e introdução George W. Stocking Jr. Trad. Rosaura Maria Cirne Lima Eichenberg. Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2004.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Formação territorial: considerações sobre alguns aspectos geográficos, históricos e políticos. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia: UFG, v. 2, n. 2, jul./dez. 1982.

_____. O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (org.). **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: IESA, 2002.

TERRÓN, Joca Reiners. Curva do rio Sujo on my mind. Disponível em: <https://jocareinersterron.wordpress.com/2017/11/23/curva-de-rio-sujo-on-my-mind/>. Acesso em: 5. dez. 2018.

_____. **Transportuñol borracho**. Paraguai/Ponta Porã, MS: Yiyi Jambo, 2008.

THIÉBLLOT, Marcel. **A mata da poaia e os poaieiros do Mato Grosso**. São Paulo: Escola do Folclore/Livramento, 1980.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. 1930. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

TULUX, Bruno. Desentendimentos no sul da Capitania de Mato Grosso: a ocupação e a guarnição da Fronteira colonial oeste (1748-1801). **Albuquerque: revista de História**, Campo Grande (MS), v. 3, n. 6, jul./dez. 2011.

VELHO, Gilberto; VIVEIROS, Eduardo. O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. **Artefato – Jornal de Cultura**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, jan. 1978.

VIEIRA, Priscila. **A coragem da verdade e a ética intelectual em Michel Foucault**. Tese (Doutorado), UNICAMP, Campinas, 2013.

WHIGHAM, Thomas. **La economía de la independencia**. Asunción: El Lector, 2011.

_____. **Lo que el río se llevó:** Estado y comercio en Paraguay y Corrientes (1776-1870). Asunción: CEADUC, 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual: In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2009.